

UNESP, UNICAMP E PUC-SP (“SAN TIAGO DANTAS”)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PAZ, DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo Jorge

**AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DOS ESTADOS UNIDOS E A
INTERVENÇÃO NO AFGANISTÃO: UM NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO?**

MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÃO PAULO

2009

UNESP, UNICAMP E PUC-SP (“SAN TIAGO DANTAS”)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PAZ, DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo Jorge

**AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DOS ESTADOS UNIDOS E A
INTERVENÇÃO NO AFGANISTÃO: UM NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO?**

MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, área de concentração em Estudos de Paz, Defesa e Segurança Internacional (“Pró-Defesa”) pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP (“San Tiago Dantas”), sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser

Prof. Dr. Oliveiros S. Ferreira

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP (“San Tiago Dantas”) pelo fornecimento de bolsa de estudos.

Ao Professor Doutor Reginaldo Mattar Nasser (PUC-SP), meu orientador, com quem aprendi diversos novos assuntos sobre segurança internacional e alguém que me ensinou também bastante acerca de metodologia da pesquisa científica.

A todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP (“San Tiago Dantas”), que ministraram excelentes disciplinas que muito agregaram em minha formação acadêmica.

Particularmente aos Professores Héctor Luis Saint-Pierre, Suzeley Kalil Mathias, Luiz Fernando Ayerbe, Oliveiros da Silva Ferreira e Shiguenoli Miyamoto.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP (“San Tiago Dantas”), Giovana Cristina Vieira, que sempre foi solícita às minhas demandas de assuntos referentes à secretaria do programa.

À Silvia, secretária do Observatório das Relações Internacionais da PUC-SP.

Aos colegas e amigos que fiz no mestrado, particularmente à Thalia Lacerda de Azevedo e David Magalhães.

À minha família, principalmente minha mãe, Maria do Carmo Wahl, e meu avô, Domingos Conrado Wahl, que me apoiaram moral e financeiramente durante o período em que cursei o mestrado acadêmico; Ronaldo Bassitt Giovannetti e Ivan Whately, pela leitura dos originais e comentários que me levaram à novas reflexões.

Aos Professores Doutores Eugênio Diniz e Domício Proença Júnior, pelas sugestões de literatura sobre o tema que pesquisei.

À Cremilda, bibliotecária da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil.

À Cicero Brasileiro e Paula Nunes.

À amiga Camila Lissa Asano.

À minha querida Clarissa.

O problema real é que Washington não entendeu a natureza do desafio apresentado pelo Afeganistão e interpretou mal os interesses da América naquele país (...) A guerra no Afeganistão não será vencida militarmente. Ela pode vir a ser resolvida, ainda que imperfeitamente, apenas através da política (BACEVICH, 2008).

Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo Jorge

**AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DOS ESTADOS UNIDOS E A INTERVENÇÃO NO
AFEGANISTÃO: UM NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO?**

RESUMO: A reação inicial da administração de George W. Bush aos atentados de onze de setembro de 2001 foi atacar o governo Talebã no Afeganistão, visando a derrubar o regime do pregador religioso Omar do poder e a estabelecer bases que serviriam para a caçada à al-Qaeda, que tinha naquele país um santuário para planejar suas ações. A capital Cabul, assim como outras regiões no interior afegão, foram conquistadas rapidamente, isto teoricamente em função do plano militar estadunidense, baseado no emprego de Forças de Operações Especiais, poderio aéreo e na utilização de um parceiro local: a Aliança do Norte. O suposto sucesso dos Estados Unidos seria decorrente, conforme o discurso oficial norte-americano, da “transformação militar” que estava sendo promovida pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld. O chamado modelo afegão foi considerado um “novo” modo de guerra americano e, a partir de então, dentro do contexto de “guerra ao terror”, as Forças de Operações Especiais passaram a ocupar, como nunca antes na história dos EUA, um lugar por demais proeminente dentro da concepção estratégica de Washington. Todavia, passados cerca de sete anos dos movimentos iniciais de invasão, a situação afegã não é das melhores, o que leva ao questionamento da validade e aparente inovação daquelas ações militares americanas.

PALAVRAS-CHAVE: Forças de Operações Especiais; Modo de Guerra Americano; Modelo Afegão; Transformação Militar; George W. Bush; Donald Rumsfeld; Estados Unidos da América.

Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo Jorge

**UNITED STATES SPECIAL OPERATIONS FORCES AND THE INTERVENTION IN AFGHANISTAN:
A NEW AMERICAN WAY OF WAR?**

ABSTRACT: The initial reaction of the George W. Bush administration to the violent acts of september 11, 2001 was to attack the Taliban government in Afghanistan, aiming to bring down the Mullah Omar regime and to set up bases that would serve to the hunting of al-Qaida, organization which had that country as its sanctuary to plan its actions. The capital Cabul, as well as another regions in the countryside, were quickly conquered, theoretically because the american military plan, based on Special Operations Forces, air power and in the use of a local allie: the Northern Alliance. The supposed success of the United States would be the result, according to the official speech, of the “military transformation” that was being encouraged by the Defense secretary Donald Rumsfeld. The afghan model was considered a “new” american way of war and the Special Operations Forces, inside the context of “global war on terror”, went on to the center of the american strategic conception. However, after seven years of the invasion, the afghan situation is not good, so it is possible to question the validity and the apparent inovation of that american military actions.

KEYWORDS: Special Operations Forces; American Way of War; Afghan Model; Military Transformation; George W. Bush; Donald Rumsfeld; United States of America.

LISTA DE SIGLAS

BUR: *Bottoms-Up Review* [Revisão de Baixo para Cima];
CENTCOM: *Central Command* [Comando Central];
CIA: *Central Intelligence Agency* [Agência Central de Inteligência];
DARPA: *Defense Advanced Research Projects Agency* [Agência de Pesquisa de Projetos Avançados de Defesa];
DIA: *Defense Intelligence Agency* [Agência de Inteligência de Defesa];
DOC: *Designed Operational Capability* [Capacidade Operacional Designada];
FATA: *Federally Administered Tribal Areas* [Áreas Tribais Administradas Federalmente];
FCS: *Future Combat System* [Sistema de Combate Futuro];
GPS: *Global Positioning System* [Sistema de Posicionamento Global];
HIG: *Hizb-I Islami Gulbuddin* [Partido Islâmico];
IROA: *Islamic Republic of Afghanistan* [República Islâmica do Afeganistão];
ISAF: *International Security Assistance Force* [Força Internacional de Assistência de Segurança];
ISI: *Inter-Services Intelligence* [Inteligência Entre-Serviços];
JRT: *Joint Regional Team* [Equipe Conjunta Regional];
JSTARS: *Joint Surveillance and Target Attack Radar System* [Sistema de Radar Conjunto de Monitoramento e de Ataque a Alvos];
MARSOC: *Marine Corps Forces Special Operations Command* [Comando de Operações Especiais dos Fuzileiros Navais];
MIR: *Military Intelligence Research* [Pesquisa de Inteligência Militar];
MRC: *Major Regional Conflict* [Conflito Regional Principal];
NCW: *Network-Centric Warfare* [Guerra Centrada em Rede];
NWFP: *North West Frontier Province* [Província da Fronteira Noroeste];
OE: Operações Especiais;
OEF: *Operation Enduring Freedom* [Operação Liberdade Duradoura];
OODA: *Observation, Orientation, Decision and Action* [Observação, Orientação, Decisão e Ação];
OOTW: *Operations Other Than War* [Operações Outras que a Guerra];
OSS: *Office of Strategic Services* [Escritório de Serviços Estratégicos];
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte;
PRT: *Provincial Reconstruction Team* [Equipe de Reconstrução Provincial];
QDR: *Quadrennial Defense Review* [Revisão Quadrienal de Defesa];
RMA: *Revolution in Military Affairs* [Revolução nos Assuntos Militares];
SAS: *Special Air Service* [Serviço Aéreo Especial];
SEAL: *Sea, Air and Land* [Mar, Ar e Terra];
SOCOM: *Special Operations Command* [Comando de Operações Especiais];
SOE: *Special Operations Executive* [Executivo de Operações Especiais];
TRADOC: *Training and Doctrine Command* [Comando de Doutrina e Treinamento].

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	01
CAP. I – TRANSFORMAÇÃO MILITAR	07
1. INTRODUÇÃO	07
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	09
1.2 Os Anos 1980	10
1.2.1 MUDANÇAS NO PÓS-VIETNÃ	10
1.2.1.1 Força de Voluntários	10
1.2.1.2 Tecnologia Militar	11
1.2.1.3 Treinamento	12
1.2.1.4 Doutrina	13
1.2.2 CRIAÇÃO DA FORÇA DELTA	14
1.2.3 DOCTRINA WEINBERGER	15
1.2.4 LEI GOLDWATER-NICHOLS	16
1.2.5 TEORIAS DO PODER AÉREO	17
1.3 A DÉCADA DE 1990	18
1.3.1 FIM DA GUERRA FRIA	18
1.3.2 FORÇA BASE	19
1.3.3 GUERRA DO GOLFO	19
1.3.4 DOCTRINA POWELL	20
1.3.5 LES ASPIN E A REVISÃO DE BAIXO PARA CIMA	21
1.3.6 DUAS GUERRAS PRINCIPAIS SIMULTÂNEAS	24
1.3.7 REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES	24
1.3.8 GUERRA CENTRADA EM REDE	26
1.3.9 CONFLITOS DE BAIXA-INTENSIDADE	27
1.3.10 OPERAÇÕES OUTRAS QUE A GUERRA	27
1.4 ANO 2000 EM DIANTE	28
1.4.1 RUMSFELD E A TRANSFORMAÇÃO MILITAR NA ADMINISTRAÇÃO DE GEORGE W. BUSH	28
1.4.2 ONZE DE SETEMBRO DE 2001	31
1.4.3 O ASSALTO NO AFGANISTÃO	33
1.4.4 NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO	35
1.4.5 A PROEMINÊNCIA DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	37
1.5 CONCLUSÃO	40
CAP. II – O NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO	42
2. INTRODUÇÃO	42
2.1 O MODO DE GUERRA AMERICANO TRADICIONAL	43
2.2 O NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO	50
2.3 PRIMEIRA GUERRA DE COMANDOS E O SOLDADO PERFEITO	53
2.4 DESCONSTRUINDO O SUCESSO AFEGÃO	58
2.4.1 NADA DE MUITO NOVO NO <i>FRONT</i>	58
2.4.2 QUANDO OS OBJETIVOS NÃO COINCIDEM	60
2.5 RESPOSTAS À DESCONSTRUÇÃO	63
2.6 O LEGADO DE RUMSFELD	68
2.7 CONCLUSÃO	69
CAP. III – A EVOLUÇÃO DA GUERRA NO AFGANISTÃO	71
3. INTRODUÇÃO	71
3.1 AFGANISTÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	72
3.2 DEFININDO A GUERRA NO AFGANISTÃO	74

3.2.1 GUERRA POR PROCURAÇÃO E A CAÇADA À AL-QAEDA (2001-2002)	75
3.2.2 ESFORÇOS INICIAIS DE ESTABILIZAÇÃO (2002-2003)	76
3.2.3 PREVENINDO A GUERRA CIVIL (2003-2004)	77
3.2.4 A CAMPANHA NO SUL (2005-2006)	78
3.3 O TALEBÃ: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL	80
3.3.1 HISTÓRIA	80
3.3.2 CULTURA	81
3.3.3 RELIGIÃO	81
3.3.4 ETNICIDADE	82
3.3.5 RECURSOS	82
3.3.6 ESTRATÉGIA	83
3.3.7 ESTRUTURA	83
3.3.8 O FUTURO DO TALEBÃ	84
3.4 A ASCENSÃO DA “INSURGÊNCIA” NO AFEGANISTÃO	85
3.5 ENTENDENDO A FRONTEIRA ENTRE O AFEGANISTÃO E O PAQUISTÃO ...	89
3.5.1 ETNOGRAFIA, ESTRUTURAS TRIBAIS E INSURGÊNCIA	90
3.5.2 A GEOPOLÍTICA DA FRONTEIRA	93
3.6 DO GRANDE JOGO À GRANDE BARGANHA	95
3.7 CONCLUSÃO – AFEGANISTÃO: O CEMITÉRIO DOS IMPÉRIOS	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
BIBLIOGRAFIA	105
GLOSSÁRIO	111
APÊNDICE – AS OPERAÇÕES ESPECIAIS E AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	112
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	112
1.2 DEFININDO AS OPERAÇÕES ESPECIAIS	114
1.2.1 CARL VON CLAUSEWITZ	115
1.2.2 GUERRILHA	117
1.2.3 TERRORISMO	120
1.2.4 CONTEXTO DE GUERRA CONVENCIONAL DE ALTA-INTENSIDADE: OS COMANDOS.....	122
1.2.5 UMA DEFINIÇÃO MAIS AMPLA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS	124
1.3 TEORIA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS	125
1.4 AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	127
1.4.1 PEQUENAS GUERRAS	128
ANEXO I – FORÇAS ESPECIAIS NO AFEGANISTÃO	131
ANEXO II – MAPA DO AFEGANISTÃO	132
ANEXO III – MAPA DO PAQUISTÃO	133
ANEXO IV – BIBLIOGRAFIA ADICIONAL	134

INTRODUÇÃO GERAL

O título desta dissertação é uma pergunta – As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a Intervenção no Afeganistão: Um Novo Modo de Guerra Americano? Ao longo deste trabalho, pretende-se responder a esta indagação. Para tanto, alguns temas serão centrais neste estudo: as Forças de Operações Especiais, o modo de guerra americano, a administração de George W. Bush, o assalto no Afeganistão e o que nos EUA é chamado de transformação militar. Nos parágrafos que se seguem, serão levantados o estado da questão, isto é, basicamente o que já foi escrito sobre os temas Forças de Operações Especiais, o modo de guerra norte-americano, o modelo afegão (referente às operações estadunidenses naquele país) e a transformação militar. A interação dos temas em questão dará forma à esta pesquisa. Simultaneamente, serão manifestadas as intenções e os objetivos, o tema, o problema, a tese e os procedimentos que virão a ser adotados para o desenvolvimento do raciocínio, bem como a justificativa do plano de trabalho.

Após uma busca inicial constituída essencialmente de levantamento, revisão e análise bibliográfica, foram identificadas, basicamente, duas visões distintas sobre a pesquisa acadêmica que envolve a temática das Forças de Operações Especiais: por um lado, conforme Colin S. Gray, a literatura sobre as Operações Especiais é “profundamente insatisfatória”, isto é, a maioria dos trabalhos sobre o assunto é “totalmente desinteressada” na relevância estratégica das Operações Especiais. Consoante Gray, em vez de se focarem no conceito estratégico, os escritos sobre o tema geralmente se concentram em narrativas – ou “anedotas” – sobre “aventuras”, “façanhas audaciosas” ou “histórias pitorescas dos regimentos”. Mesmo quando determinados analistas se debruçam sobre questões de consequência estratégica, dedicam-se apenas aos desafios às Forças de Operações Especiais de seus respectivos países (GRAY, 1999: 286, nota 48).

Por outro lado, Anthony King aponta que, ao longo dos anos 1990, as Forças de Operações Especiais atraíram muito a atenção do público e, particularmente nos Estados Unidos, uma literatura acadêmica significativa sobre as Forças de Operações Especiais foi desenvolvida. Em artigo no qual analisa as atividades táticas e a organização institucional do Serviço Aéreo Especial – *Special Air Service* (SAS) britânico, King nota que um dos desenvolvimentos mais notáveis nas Forças Armadas britânicas da atualidade é a emergência do SAS – a maior e mais conhecida unidade de Forças de Operações Especiais britânica – como um elemento central na defesa nacional inglesa (KING, 2008: 1).

De acordo com King, desde o fim da Guerra Fria a maior ameaça de defesa terrestre não são mais as divisões armadas do Pacto de Varsóvia, mas sim grupos de insurgentes e terroristas que se mobilizam em uma base global em torno de novas identidades religiosas e étnicas. Com a ascensão dessas novas ameaças assimétricas, tropas qualificadas e com mobilidade – como as Forças de Operações Especiais – tornaram-se cada vez mais relevantes. Simultaneamente, os orçamentos de defesa declinaram de forma significativa na década de 1990, de modo que os governos tinham de buscar maior eficiência de suas tropas. Ao mesmo tempo em que os orçamentos diminuem e as ameaças militares se globalizam, as Forças de Operações Especiais oferecem uma solução a custos acessíveis aos desafios estratégicos (KING, 2008: 4).

Depois do onze de setembro de 2001, o assalto norte-americano no Afeganistão trouxe à tona um debate sobre uma mudança no modo de guerra americano. Mesmo antes disso, o próprio presidente George W. Bush e o primeiro secretário de Defesa de sua gestão, Donald Rumsfeld, já objetivavam transformar em mais leves e ágeis as “pesadas” Forças Armadas dos Estados Unidos. Rumsfeld utilizou os resultados iniciais da campanha no Afeganistão para tentar provar a validade da “transformação militar” que estava tentando implementar. Segundo Robert Andrews, então sub-secretário de Defesa assistente para as Operações Especiais e os conflitos de baixa-intensidade, as tropas especiais dos EUA “dramaticamente aumentaram a efetividade da campanha aérea e, no solo, transformaram a Aliança do Norte [força opositora ao regime Talebã no Afeganistão] em um exército de conquista”. Além disso, conforme Andrews, as equipes das Forças Especiais e os *Rangers* do Exército, os *Seals* da Marinha e os comandos da Força Aérea “mudaram a face da guerra” (KOZARYN, 2001).

Trata-se do que posteriormente ficou conhecido como “modelo afegão”: o uso de Forças de Operações Especiais combinadas com tropas locais e apoiadas pela Força Aérea. Donald Rumsfeld ficou bastante satisfeito com o modelo e se tornou um entusiasta das Forças de Operações Especiais. Desde então, as Forças de Operações Especiais, tradicionalmente marginalizadas dentro do estamento militar americano, ganharam uma proeminência como nunca antes na história dos EUA. Para o então secretário, as movimentações iniciais no Afeganistão, aonde as Forças Especiais se locomoviam montadas em cavalos, constituíram-se no “primeiro ataque de cavalaria do século XXI” (RUMSFELD, 2002):

... Eu me encontrei com um grupo extraordinário de homens, as Forças Especiais, as quais estiveram envolvidas no ataque a Mazar-e-Sharif. Eu tenho dito em um número de ocasiões que a guerra ao terror será diferente de qualquer guerra que lutamos antes. Estes homens surpreenderam a todos nós com as suas solicitações por suprimentos.

INTRODUÇÃO GERAL

Eles pediram botas, munição... e alimento para cavalos. (...) Do momento em que pousaram no Afeganistão, eles começaram a se adaptar às circunstâncias no solo. Eles usavam barba e as vestimentas tradicionais. Eles montavam em cavalos... (...) No dia agendado, uma de suas equipes penetrou e se escondeu atrás das linhas inimigas, prontos para chamarem pelos ataques aéreos... Bombas precisas foram disparadas contra posições do Talebã e da al-Qaeda. Muitos afegãos [a parte aliada aos EUA] se aproximaram do inimigo... Foi o primeiro ataque de cavalaria do século XXI... O que venceu a batalha de Mazar e fez o Talebã cair do poder foi uma combinação da habilidade das Forças Especiais, as mais avançadas armas do arsenal dos Estados Unidos, lançadas pela Marinha, Força Aérea e *Marines* e a coragem dos lutadores afegãos, alguns com apenas uma perna. Naquele dia, nas terras do Afeganistão, o século XIX se encontrou com o século XXI...¹

O contexto delineado levou a muitos estudos sobre a pertinência do modelo afegão, bem como a análises sobre as Forças de Operações Especiais e a apreciações sobre o “novo” modo de guerra americano. Tratava-se realmente de um “novo” modo de guerra americano? A hipótese deste trabalho é que não, sendo que isto será demonstrado ao longo da dissertação. Dado que os resultados no Afeganistão foram promovidos pela administração de George W. Bush como exemplos das mudanças nas Forças Armadas que o governo estava promovendo, é importante delinear o significado de “transformação militar” como entendido nos EUA, de modo que se tenha o arcabouço adequado para se falar sobre a eventual mudança no modo de guerra americano. Em seguida, visando à comprovar a hipótese desta pesquisa, é necessário se atentar à evolução do conflito no Afeganistão, a qual mostra que o sucesso inicial, seguido do que nos EUA é chamado de “insurgência”², desmanchou-se com o passar do tempo. As visões sobre o Afeganistão, inclusive as ocidentais, tornaram-se cada vez mais pessimistas, pelo menos até o fim de 2008, marco temporal final deste trabalho.

Assim, esta dissertação está dividida em três capítulos, antecédidos desta introdução e seguidos das considerações finais, da bibliografia, de um glossário, de um apêndice e de

¹ A tradução e a adaptação são do autor desta dissertação. Para evitar notas de rodapé que não sejam essenciais, já fica avisado aqui que as próximas citações seguirão o mesmo modelo.

² O termo insurgência será colocado entre aspas ao longo desta dissertação quando o mesmo for usado por determinados atores e autores para se referirem aos fenômenos no Afeganistão após a invasão norte-americana. Assim como “guerra global ao terror” (“guerra ao terror” ou “guerra longa”) e, em alguns casos, “terrorismo” e “terroristas”, fazem parte de um discurso proferido pela administração de George W. Bush, chamar os acontecimentos entre os afegãos de “insurgência” também não deixa de ser um rótulo colocado por uma visão ocidental. A palavra resistência, por exemplo, no contexto de uma invasão estrangeira, não deixa de ter a sua validade também. Ademais, da mesma forma serão usadas aspas quando a expressão “transformação militar” se referir à política de Rumsfeld. Como modo de guerra americano e modelo afegão têm um uso mais amplo, não apenas se referindo a uma política pública, com eles não serão usadas aspas. Já com o “novo” modo de guerra americano serão usadas aspas, as quais não serão utilizadas apenas no título da dissertação e do capítulo dois.

quatro anexos³. O primeiro capítulo se intitula Transformação Militar e será sustentado basicamente a partir da leitura de livros dos analistas Frederick Kagan, George Friedman, Dale Herspring e Robert D. Kaplan, os quais comentam a chamada transformação militar. Este termo ficou em alta nos Estados Unidos nos anos 1990, sendo algo, portanto, que antecede a administração de George W. Bush. No capítulo em questão serão elencados episódios que caracterizam mudanças nos serviços armados norte-americanos. Embora os debates sobre a transformação militar sejam mais intensos na década de 1990, é a partir do final da Guerra no Vietnã que começam algumas mudanças significativas. Dessa forma, é deste momento que o capítulo partirá, passando pelas décadas de 1980 e 1990 e chegando, finalmente, ao onze de setembro de 2001 e aos episódios subsequentes.

O segundo capítulo, nomeado O Novo Modo de Guerra Americano, descreverá a operação norte-americana no Afeganistão a partir da percepção da administração George W. Bush. Para tanto, primeiro será resgatado o que se entende como modo de guerra americano, expressão que tem como estudo clássico um livro de Russell F. Weigley. Depois, um aprofundamento será feito no que se chamou de “novo” modo de guerra americano, a partir da leitura de discursos do presidente George W. Bush e do secretário Donald Rumsfeld, bem como de notícias publicadas à época e análises, como as de Max Boot e James F. Dunnigan, que estavam mais de acordo com a visão oficial do governo. O sub-secretário de Defesa para Operações Especiais Michael Vickers chegou a dizer que o modelo afegão se tratava de uma “forma revolucionária de guerra não convencional” (SALHANI, 2008). A equipe 555 das Forças Especiais teria delineado o “novo” modo de guerra (PRIEST, 2002: A01):

A Equipe 555 foi escolhida para ser a primeira entre as equipes A [*A Teams*, unidades básicas de organização dos Boínas-Verdes] a ser infiltrada no Afeganistão ao longo da guerra, a vanguarda de uma presença terrestre americana pequena e quase invisível que ajudou a derrubar o Talebã com uma impressionante velocidade e testou um novo modelo de guerra... As Forças Especiais desempenharam o papel central no conflito [pela primeira vez]. E elas o fizeram com cerca de 300 soldados.

Em seguida, no mesmo capítulo, tem-se a intenção de “desconstruir” o discurso oficial, demonstrando que não havia nada de muito novo no chamado modelo afegão. Para tanto, serão utilizados os estudos de Stephen Biddle e de Michael O’Hanlon, seguidos da resposta conjunta de Richard Andres, Craig Wills e Thomas Griffith, os quais escrevem um artigo que defende o modelo afegão.

³ No primeiro anexo há duas fotos de soldados das Forças Especiais dos EUA montados em cavalos nas montanhas afegãs. Já o segundo anexo é um mapa do Afeganistão e, o terceiro, um mapa do Paquistão. No quarto anexo, há referências adicionais de bibliografia.

Finalmente, o terceiro capítulo, que recebe o título de Evolução da Guerra no Afeganistão, tratará dos acontecimentos que se seguiram às supostamente bem-sucedidas operações iniciais no Afeganistão. Deste modo, além de ser dado um contexto histórico do país, tratar-se-á do Talebã enquanto organização, da escalada da “insurgência”, da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, da chamada campanha do neo-Talebã e de acontecimentos mais recentes: atualmente já se fala na possibilidade de negociação com o chamado Talebã moderado. Robert D. Kaplan afirma que o Afeganistão representa mais do que a “guerra ao terror”: interesses geopolíticos estariam em jogo – entre eles um posicionamento mais próximo dos Estados Unidos em relação à China. A Estimativa de Inteligência Nacional de 2008 dos EUA apontou que o conflito no Afeganistão está piorando. O embaixador inglês Sherard Cowper-Coles chegou a defender um ditador para o Afeganistão: seria a única maneira “realista” de unir aquele país. Ao mesmo tempo, o comandante militar britânico no Afeganistão, brigadeiro Mark Carleton-Smith, disse que a OTAN não vencerá no Afeganistão (COGHLAN; EVANS: 2008):

O Talebã nunca será derrotado... Uma vitória militar sobre o Talebã não é possível... O que nós precisamos são tropas o suficiente para conter a insurgência em um nível no qual não seja uma ameaça estratégica ao governo eleito.

O marco final da análise será o fim do ano de 2008, isto é, quando termina a gestão de George W. Bush. Assim, é inevitável que também se adentre no período pós-Rumsfeld, isto é, quando Robert Gates assume como secretário de Defesa dos EUA. Este último capítulo terá como base artigos científicos e notícias publicadas em jornais.

Nas considerações finais, além de ser retomado brevemente o raciocínio desenvolvido ao longo deste trabalho, serão apontadas possíveis tendências das Forças Armadas norte-americanas. A partir do ataque no Afeganistão, e ao longo da “guerra ao terror”, as Forças de Operações Especiais estadunidenses se tornaram essenciais na estratégia de “guerra longa” do governo neo-conservador em Washington (os elementos que comprovam isto estão elencados no final do primeiro capítulo deste trabalho). Desta forma, é possível questionar se os serviços armados americanos serão mais focados em Forças de Operações Especiais. No final do capítulo dois, será mostrado que não é possível focar um estabelecimento militar em torno de Forças de Operações Especiais. Desse modo, sabendo disto, nas considerações finais a análise prospectiva será focada em três eixos: o debate acerca do tamanho adequado das Forças Armadas dos EUA, a permanência do enfoque em tecnologia e as missões de estabilização se candidatando ao posto de um possível verdadeiro “novo” modo de guerra americano.

Para melhor compreensão das Forças de Operações Especiais, e tentando auxiliar no desenvolvimento de uma literatura sobre as mesmas, a esta dissertação está agregado um apêndice que se focará em um entendimento mais conceitual e definicional das forças em questão. Neste apêndice se trabalhará com a evolução das tentativas de definições sobre as Operações Especiais e as Forças de Operações Especiais. Da incorporação às Forças Armadas regulares das táticas dos irregulares, sobre as Forças de Operações Especiais há algumas definições, das essencialmente militares às de cunho mais acadêmico, passando até pelo desenvolvimento de uma teoria sobre elas. Com a reconstrução histórica dos esforços em favor de uma definição mais precisa acerca das Forças de Operações Especiais, fica menos difícil para os estudiosos lidarem com o tema. Por exemplo, a designação Forças de Operações Especiais se refere à todas as unidades de Forças de Operações Especiais – como, no caso dos EUA, nosso objeto, a Força Delta, os *Seals*, os Boinas-Verdes, etc – enquanto que o termo Forças Especiais (*Special Forces*, em inglês) é o nome oficial dos Boinas-Verdes do Exército norte-americano. Ademais, as denominadas forças de elite, como os *Rangers* (regimento de infantaria ligeira do Exército americano) não são necessariamente Forças de Operações Especiais, enquanto estas são unidades de elite. Enfim, unidades convencionais também podem conduzir Operações Especiais.

Em suma, quer-se demonstrar que o modelo afegão não é necessariamente um “novo” modo de guerra americano e, além disto, agregar algo à literatura das Forças de Operações Especiais, bem como apontar tendências futuras acerca das Forças Armadas estadunidenses. Estes são os três objetivos principais deste trabalho. Para poder alcançá-los, serão escritos três capítulos e um apêndice: o primeiro capítulo será a base para melhor entendimento do segundo, sendo este o capítulo central da dissertação, o qual, por sua vez, terá continuidade no terceiro capítulo. Como ao longo do trabalho serão abordadas as Forças de Operações Especiais, será redigido um apêndice específico sobre elas, para melhor entendimento conceitual das mesmas. A proeminência das Forças de Operações Especiais dos EUA a partir da intervenção no Afeganistão chamou a atenção do autor desta dissertação, que achou ser importante estudá-las mais a fundo.

CAPÍTULO I

TRANSFORMAÇÃO MILITAR

SUMÁRIO: Resumo; 1. Introdução; 1.1 Contextualização; 1.2 Os Anos 1980; 1.2.1 Mudanças no pós-Vietnã; 1.2.1.1 Força de Voluntários; 1.2.1.2 Tecnologia Militar; 1.2.1.3 Treinamento; 1.2.1.4 Doutrina; 1.2.2 Criação da Força Delta; 1.2.3 Doutrina Weinberger; 1.2.4 Lei Goldwater-Nichols; 1.2.5 Teorias do Poder Aéreo; 1.3 A Década de 1990; 1.3.1 Fim da Guerra Fria; 1.3.2 Força Base; 1.3.3 Guerra do Golfo; 1.3.4 Doutrina Powell; 1.3.5 Les Aspin e a Revisão de Baixo para Cima; 1.3.6 Duas Guerras Principais Simultâneas; 1.3.7 Revolução nos Assuntos Militares; 1.3.8 Guerra Centrada em Rede; 1.3.9 Conflitos de Baixa-Intensidade; 1.3.10 Operações Outras Que a Guerra; 1.4 Ano 2000 em Diante; 1.4.1 Rumsfeld e a Transformação na Administração George W. Bush; 1.4.2 Onze de Setembro de 2001; 1.4.3 O Assalto no Afeganistão; 1.4.4 Novo Modo de Guerra Americano; 1.4.5 A Proeminência das Forças de Operações Especiais; 1.5 Conclusão.

RESUMO: O principal objetivo de Donald Rumsfeld quando assumiu o posto de secretário de Defesa na administração de George W. Bush era implementar a sua visão de “transformação militar”, baseada em alta tecnologia e números reduzidos de tropas. Para Rumsfeld, a Guerra no Afeganistão, mais especificamente os soldados das Forças Especiais “montados em cavalos”, foram um exemplo da “transformação militar” que o secretário estava tentando implementar, sendo que aquilo, conforme a percepção da administração em questão, “mudaria a face da batalha”. Porém, não se trata de uma idéia inteiramente nova, nem nos EUA, nem no restante do mundo. No caso específico dos Estados Unidos da América, que são o enfoque deste trabalho, a transformação remete ao período subsequente à Guerra no Vietnã, quando Washington começou a implantar mudanças em suas Forças Armadas. Deste momento até o assalto realizado no Afeganistão em 2001, diversos conceitos e eventos dão corpo a uma transformação militar nos Estados Unidos. Assim, este capítulo inicial visa à resgatar e estruturar tais acontecimentos de modo que se tenha subsídios para melhor compreender o que se passa no governo de George W. Bush após, e até mesmo antes, os atentados de onze de setembro.



1. INTRODUÇÃO

Qual é o significado de transformação militar? Ao contrário das revoluções nos assuntos militares, as quais serão abordadas logo à frente, trata-se de um conceito com menos capacidade de se sustentar. É uma definição cunhada nos anos 1990 sem nenhuma referência histórica, cujo significado concreto vem exclusivamente do programa de política de defesa específico ao qual a transformação se referia. O termo transformação não significa nada mais do que mudança, e seu objetivo não é muito claro: pretende mudar a natureza da guerra, ou a natureza dos serviços armados dos Estados Unidos? Este problema emergiu fortemente a partir da Operação Liberdade Duradoura em 2001 (KAGAN, 2006: 311), que envolveu o envio de tropas ao Afeganistão e às Filipinas, e sobre a qual se falará mais detalhadamente

nos capítulos subseqüentes. A partir deste momento, para a administração de George W. Bush, parece que tudo se tornou “transformacional”.

Parece que, para algumas das visões nos EUA, qualquer mudança nas Forças Armadas de pronto já caracteriza uma transformação. De repente, pode-se inferir ser provável que os norte-americanos tentem dissuadir os adversários já com os próprios conceitos relacionados à guerra. Para melhor compreender o que a percepção americana entende por transformação militar, assim, dividir-se-á este capítulo em três partes, além desta introdução, de uma contextualização e da conclusão. Tais seções serão categorizadas por décadas, isto é, os anos 1980, a década de 1990 e, finalmente, após o ano 2000. Em cada uma delas vai-se elencar e tratar de conceitos e eventos que caracterizam e dão base à chamada transformação militar.

Nos anos 1980, o enfoque será no contexto do pós-guerra do Vietnã, quando os EUA, seguindo a derrota no sudeste asiático, visaram à reformar seus serviços armados. Os crescentes atentados terroristas nos anos 1970 (como nas Olimpíadas de Munique) levaram à criação da unidade de elite anti-terrorista Força Delta. Ademais, no governo Reagan, houve a elaboração da Doutrina Weinberger, além da uma ampla reforma no Departamento de Defesa conhecida como Lei Goldwater-Nichols (que enfatiza as operações conjuntas e levou à criação do Comando de Operações Especiais) e a formulação de teorias do poder aéreo, as quais terão um grande impacto na Guerra do Golfo e nos anos 1990 como um todo. Chegou-se a afirmar que o poder aéreo sozinho poderia ganhar uma guerra. Todavia, não foi o que se verificou posteriormente.

Já na década de 1990, situa-se o contexto do pós-Guerra Fria, quando a administração de George H. W. Bush (pai) delinea a chamada Força Base, isto é, a estrutura das Forças Armadas dos EUA para o mundo pós-soviético. O grande evento deste momento é a Guerra do Golfo, da qual os Estados Unidos da América emergem como uma superpotência militar aparentemente incontestável, mas que não necessariamente a levou a ser militarmente bem-sucedida. Colin Powell, quando chefe do Estado-Maior Conjunto, delinea sua doutrina, o secretário de Defesa de Bill Clinton, Les Aspin, promove a revisão de Baixo para Cima – com a qual se busca estruturar as Forças Armadas estadunidenses para lutarem “duas guerras principais simultâneas” – debate-se a chamada revolução nos assuntos militares e a guerra centrada em rede (*network-centric warfare*). Simultaneamente, os conflitos de baixa-intensidade e as “operações outras que a guerra” ganham mais importância, talvez no contexto dos Estados Unidos como “policiais” do mundo globalizado.

A partir do ano 2000, o enfoque será no governo de George W. Bush (filho), mais especificamente no papel do secretário de Defesa Donald Rumsfeld. Este assumiu seu termo no Departamento de Defesa tendo como objetivo principal implementar a sua visão de “transformação militar”. Rumsfeld, ademais, teve um expressivo número de conflitos com os militares, especialmente com o então chefe do Estado-Maior do Exército, Eric Shinseki. Com o onze de setembro de 2001 e a posterior intervenção no Afeganistão, o secretário Rumsfeld afirmou que a guerra no Afeganistão, mais especificamente o uso das Forças Especiais montadas em cavalos, era um exemplo da “transformação militar” que ele estava conduzindo. Falou-se até em um “novo” modo de guerra americano – e, a partir de então, as Forças de Operações Especiais norte-americanas ganharam uma proeminência nunca antes vista na história militar estadunidense.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Muitas vezes a transformação militar se confunde com a designação revolução nos assuntos militares. A origem da base teórica verdadeira dos debates recentes e atuais sobre a transformação militar se desenvolveu na União Soviética nos anos 1960, sob o conceito de *revoliutsiia voennykh del*, geralmente traduzido como revolução nos assuntos militares (*revolution in military affairs*) ou sob a sigla RAM (RMA). É este conceito soviético que adentrou no diálogo ocidental sobre guerra nos anos 1970 e 1980 e revolucionou os debates nos anos 1990 (KAGAN, 2006: XI).

Para os soviéticos, naquela época, a revolução militar de verdade não viera das bombas atômicas, mas sim do casamento de ogivas termonucleares com mísseis balísticos intercontinentais. Dessa forma, o conhecido balanço clausewitziano entre ataque e defesa diminuiria-se e o tempo da guerra seria dramaticamente reduzido (embora tais premissas não tenham sido testadas). É importante destacar, ademais, que revoluções nos assuntos militares não ocorrem como resultados das ações de um único Estado-nação, mas como resultado das interações entre múltiplos Estados (KAGAN, 2006: XI-XVIII).

A natureza essencial das revoluções militares é que elas se proliferam ao longo do tempo para todas as principais potências do mundo, isto é, não são monopólio de nenhum Estado (como os EUA achavam nos anos 1990 em relação à “era da informação”). Neste sentido, o uso extensivo da internet pela al-Qaeda e os esforços agressivos da China para invadir sistemas de computadores norte-americanos apontam para a determinação com a qual os inimigos e potenciais inimigos de Washington buscam explorar as mesmas tecnologias que

dão agora às Forças Armadas dos EUA sua vantagem na “guerra da informação” (KAGAN, 2006: 210-211).

1.2 Os ANOS 1980

A Guerra no Vietnã (1959-1975) levou à transformação militar dos Estados Unidos. A transformação dos anos 1970 foi uma das mais completas e bem-sucedidas da história. Os avanços dos anos 1980 que conduziram diretamente à criação das Forças Armadas norte-americanas que atacaram o regime de Saddam Hussein duas vezes (em 1990 e em 2003) se desenvolveram a partir da transformação dos anos 1970 (KAGAN, 2006: 3-5). Dentre as mudanças, pode-se destacar a criação de uma força de voluntários no lugar da conscrição, avanços na tecnologia militar, uma revolução no treinamento das tropas e o renascimento da doutrina militar. Além das mudanças no período pós-Vietnã, os anos 1980 também se destacaram pelo surgimento da Força Delta, a elaboração da doutrina Weinberger, a ampla reforma no Departamento de Defesa e o desenvolvimento de teorias do poder aéreo. Vai-se falar de cada um destes eventos com mais detalhes nas sub-seções a seguir.

1.2.1 MUDANÇAS NO PÓS-VIETNÃ

O pós-Vietnã se caracterizou basicamente por mudanças na estrutura das Forças Armadas dos Estados Unidos, pelo desenvolvimento da tecnologia militar, incrementos no treinamento dos serviços armados e mudanças na doutrina militar. O ambiente de aperto fiscal naquela época levou o processo de transformação militar a buscar soluções criativas. Os ímpetus iniciais de cada uma das mudanças foram diferentes e independentes. Todavia, juntos, operaram de forma sinérgica e produziram uma verdadeira revolução nos assuntos militares (KAGAN, 2006: 11-12).

1.2.1.1 Força de Voluntários

A recuperação estadunidense após a Guerra no Vietnã passou pela transição de uma força de conscritos para uma força de voluntários, a qual reorientou a prioridade nos gastos de defesa. De um foco tradicional em equipamento, treinamento e prontidão, passou-se a atentar para o recrutamento e a retenção do pessoal alistado. Já que a prontidão não estava mais em primeiro plano, negociações diplomáticas buscaram mitigar a ameaça termonuclear soviética, prevenindo a necessidade de aumentar os gastos em defesa para alcançar a paridade com a URSS (KAGAN, 2006: 6, 10).

No início dos anos 1980, havia 16 divisões do Exército na ativa. Este aumentou suas forças de combate em alguns anos em mais de 20% sem adicionar nenhum soldado extra, apenas realocando pessoal da logística. Trata-se do programa de “Força Total”, que visava a maximizar a força de combate imediata em um momento de apertos fiscais. Embora poucos tenham percebido naquela época, o advento da força de voluntários criou uma oportunidade para os militares dos EUA aumentarem sua efetividade de combate (KAGAN, 2006: 21-24).

1.2.1.2 Tecnologia Militar

Somando-se às enormes perdas, a Guerra no Vietnã comprometeu severamente as teorias do poder aéreo e muitas das justificativas da aviação que se tornaram proeminentes na era nuclear. A guerra em questão levou a uma sensação de falha e de crise nos serviços aéreos. A fixação norte-americana com armas nucleares durante a administração de Dwight D. Eisenhower (1953-1961) deixou um legado de tecnologia mal escolhida e atitudes erradas nos serviços aéreos. A política de “retaliação massiva” adotada por Eisenhower se baseava em armas nucleares e, assim, levou à redução das forças armadas convencionais e à economia de recursos. Basicamente tais escolhas não eram as mais adequadas para o teatro do Vietnã.

Todavia, nos anos 1980, John Boyd criou o conceito de “Maneabilidade de Energia” (*Energy Maneuverability*). A combinação do baixo desempenho dos caças norte-americanos no Vietnã e o conceito em questão levaram um grupo chamado “Máfia dos Caças” (*Fighter Mafia*) a desenvolver um avião para substituir o F-111 (bombardeiro/caça tático de múltiplo uso desenvolvido nos anos 1960): o F-15 *Eagle*, o primeiro avião da Força Aérea dos EUA em muitos anos designado primariamente para ganhar a superioridade aérea. Foi o primeiro avião em muito tempo que não havia sido designado para carregar armas nucleares. Porém, o F-15 ainda era um tipo muito grande, e a “Máfia dos Caças” continuou no desenvolvimento de um avião mais leve, que seria o caça “perfeito”. O resultado foi o F-16 *Falcon*.

Simultaneamente, a Marinha desenvolveu um esforço paralelo, que resultou no F-14 *Tomcat*, outro avião desigando para ganhar a superioridade aérea vencendo os caças oponentes no céu, não destruindo-os em suas bases no solo, como se fazia antes. A resistência do Congresso em aceitar o alto preço do F-14 levou ao desenvolvimento do F/A-18 *Hornet*, designado tanto para a superioridade aérea quanto para ataque ao solo, isso a um preço menor do que o F-14. A Marinha acabou adotando uma combinação de ambos.

O enfoque da comunidade dos “caças” na manutenção da superioridade aérea foi acompanhado pelo desenvolvimento de bombardeiros dedicados à preencher os papéis de

penetração à longa-distância e apoio aéreo próximo. Assim, a Força Aérea começou o desenvolvimento do bombardeiro B-1 e do avião de ataque ao solo A-10. A ênfase histórica dos soviéticos em sistemas de defesa aérea integrados e multi-facetados, ademais, colocou um desafio significativo aos pilotos norte-americanos. A solução para tanto foi a tecnologia invisível (*stealth*), que emergiu nos anos 1980⁴.

Desenvolveu-se também uma doutrina de superioridade aérea focada na eliminação das defesas aéreas inimigas como prioridade inicial. Os incrementos nos aviões dos EUA resultaram de uma decisão em parar de produzir sistemas singulares para lidarem com todos os tipos de missão e em produzir os melhores aviões para tarefas críticas. Tal melhoria também resultou da rejeição do foco em um único tipo de guerra, a nuclear, e a determinação em se preparar para lutar muitos tipos de conflitos contra distintos inimigos.

Paralelamente, o Exército acreditava que os tanques de guerra deveriam ser menores, mais leves e mais rápidos. Assim, armou seus tanques com mísseis em vez de canhões e fez os tanques mais leves e rápidos o suficiente para se defenderem de ataques com mísseis. Um novo tipo de blindagem, a “Chobham”, possibilitou um tanque blindado e leve ao mesmo tempo. Além disso, passou-se a empregar turbinas a gás como sistema de propulsão dos tanques. O tanque M1 revolucionou a guerra terrestre (KAGAN, 2006: 40). Um sistema que resultou da combinação do tanque M1 com o Veículo Combatente de Infantaria *Bradley*, os helicópteros de transporte *Blackhawk* e o de ataque *Apache*, assim como o míssil anti-aéreo *Patriot* antecipou o que nos anos 1990 os entusiastas da transformação militar chamariam de “sistema de sistemas” (KAGAN, 2006: 41).

1.2.1.3 Treinamento

Os anos 1970 e 1980 também viram uma revolução fundamental na maneira como as Forças Armadas estadunidenses treinavam para a guerra (KAGAN, 2006: 43). É possível destacar dois treinamentos: o do poder aéreo e o do Exército. No primeiro, que envolve a Marinha e a Força Aérea, aquela desenvolveu a “Estação Aéreo-Naval Miramar” (*Naval Air*

⁴ O primeiro avião capaz de fugir dos radares foi o F-117 *Night Hawk*. Sua missão era voar em áreas bastante defendidas, para eliminar instalações de radares e baterias de mísseis anti-aéreos, limpando o terreno para outros caças e bombardeiros. Também era usado para destruir centros militares de comunicação e controle. Foram construídos cerca de 59 aviões, cada um custando aproximadamente US\$ 45 milhões. O F-117 foi usado pela primeira vez em combate durante a invasão norte-americana no Panamá, em 1989. Em 2006, com a introdução do F-22, o Pentágono decidiu aposentar o *Night Hawk*, de maneira tão secreta como foi o nascimento do avião. Para mais detalhes, ver, por exemplo, Peter PAE. F-117 leaving the way it arrived – stealthily. *Los Angeles Times*, April 22, 2008. Disponível em: <<http://articles.latimes.com/2008/apr/22/business/fi-stealth22>>. Acesso 26 jan. 2009.

Station Miramar), informalmente conhecida como *Topgun*. Já a Força Aérea se focou em um recorte mais realista, aonde os pilotos “agressores” adotavam táticas e formações soviéticas já conhecidas. Trata-se do programa “Bandeira Vermelha” (*Red Flag*), de 1975. A Força Aérea americana também adotou a “Capacidade Operacional Planejada” (*Designed Operational Capability – DOC*), que se constituía de esquadrões específicos que se focavam em diferentes missões aéreas. Em 1973 foi estabelecido o Comando de Doutrina e Treinamento do Exército (*U.S. Army Training and Doctrine Command – TRADOC*). Os líderes do Exército nos anos 1970 começaram a colocar muito mais ênfase no treinamento militar em tempos de paz, de maneira distinta do que se fazia anteriormente. O Centro de Treinamento Nacional em Fort Irwin proporcionava um treinamento realista de armas combinadas. O resultado geral de todas estas mudanças foi criar militares capazes, pela primeira vez na história dos EUA, de chegar em pouco tempo no campo de batalha com um ótimo treinamento e com experiência em combates simulados realistas. O nível de proficiência técnica e tática se traduziu em autoconfiança na batalha.

1.2.1.4 Doutrina

Quanto ao chamado renascimento da doutrina militar, pode-se destacar duas: a *Defesa Ativa* e a *Batalha Aérea-Terrestre*. O primeiro comandante do TRADOC, general DePuy, afirmava ser necessário se preparar para ganhar a primeira batalha da próxima guerra. Ele quis reorientar o pensamento, organização e o treinamento do Exército. Todavia, sua doutrina não foi colocada em contexto histórico (KAGAN, 2006: 54-55) e, também por conta de outras variáveis, acabou caindo no ostracismo.

Por outro lado, há também a chamada *Batalha Aérea-Terrestre*, proposta por Don Starry. O foco dela era operacional, não tático (como a *Defesa Ativa*). O nível operacional está entre a tática e a estratégia. O nível tático se preocupa com as batalhas, já o operacional com a ligação das batalhas em uma ou mais campanhas em um teatro. A transição do foco tático da *Defesa Ativa* para o operacional da *Batalha Aérea-Terrestre* possibilitou novas maneiras de se pensar sobre a guerra (KAGAN, 2006: 60).

A idéia de atacar o inimigo simultaneamente através de toda a profundidade de seu desdobramento defensivo era um conceito que os soviéticos abraçaram desde 1930. No fim dos anos 1970, tornou-se o cerne da doutrina da *Batalha Aérea-Terrestre* norte-americana. Advogando o movimento de unidades de solo em apoio aos ataques profundos, a manobra retornou para um lugar antes ocupado pelo poder de fogo. Uma das virtudes da doutrina da

Batalha Aérea-Terrestre era que ela não era específica para o teatro europeu (KAGAN, 2006: 61), continente que poderia sofrer uma invasão terrestre soviética e que, portanto, era o foco dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

1.2.2 CRIAÇÃO DA FORÇA DELTA

O Primeiro Destacamento Operacional de Forças Especiais “Delta” do Exército dos Estados Unidos foi criado secretamente em outubro de 1977 pelo coronel Charles Beckwith, em resposta aos numerosos incidentes terroristas dos anos 1970, como aquele promovido pelo grupo Setembro Negro nas Olimpíadas de Munique em 1972 e o seqüestro do voo 139 da *Air France* no aeroporto de Entebbe, em Uganda, no ano de 1976. Desde o início, a Força Delta foi influenciada pelo seu equivalente britânico: o SAS. Designada como uma unidade contra-terrorista, é especializada em resgate de reféns e reconhecimento, entre outras habilidades. A força é constituída de voluntários em sua maioria oriundos da 82a. Divisão Aerotransportada, das Forças Especiais (Boinas-Verdes) e do 75o. Regimento de *Rangers*. Organizada sob a forma de três esquadrões operacionais (A, B e C), sub-divididos em grupos menores conhecidos como tropas, uma de suas primeiras missões foi no fracassado episódio de tentativa de resgate de reféns norte-americanos em Teerã nos anos 1980, dentro do contexto da Revolução Islâmica iniciada no Irã pelo Aiatolá Khomeini em 1979⁵.

Entre outros eventos envolvendo a Delta, pode-se destacar a localização e a destruição de mísseis *Scud* nos desertos no norte do Iraque na Guerra do Golfo e a participação em uma Força-Tarefa *Ranger* na Somália em 1993, a qual, assim como no Irã, também não foi bem sucedida, já que dois helicópteros *Blackhawk* foram derrubados e corpos de soldados americanos foram arrastados pelas ruas da capital Mogadíscio – o que depois levou o governo Clinton a se distanciar das missões humanitárias. Este evento foi reconstituído no filme *Falcão Negro em Perigo* (2001), baseado em livro homônimo de Mark Bowden e dirigido por Ridley Scott. Em janeiro de 1997, uma pequena equipe Delta ajudou na operação de retomada e resgate de reféns da embaixada japonesa em Lima, no Peru. Ademais, em seu livro *Killing Pablo* (2002), Mark Bowden afirma que foi um atirador de elite da Força Delta o responsável pela morte do traficante de drogas Pablo Escobar. Mais recentemente, o comandante da Delta Dalton Fury reconta no livro *Kill Bin Laden* (2008) a caçada promovida pela Força Delta no complexo montanhoso de Tora-Bora, no Afeganistão, aonde procuravam por Osama bin Laden, o qual, aparentemente, conseguiu fugir para o Paquistão.

⁵ Sobre este episódio, sugere-se a leitura de Charles COGAN. Desert One and Its Disorders. *The Journal of Military History*, Vol. 67, No. 1, Jan. 2003, pp. 201-216.

1.2.3 DOCTRINA WEINBERGER

Os Estados Unidos precisavam revitalizar suas Forças Armadas em todos os níveis e áreas, de modo a restaurarem o valor da deterrência nuclear e também a emancipação da deterrência convencional de sua dependência das armas atômicas. O presidente Ronald Reagan (1981-1989) revolucionou a grande estratégia norte-americana para lidar com a URSS, rejeitando não apenas o método de Jimmy Carter, mas também aspectos-chave da contenção estabelecida no final dos anos 1940 (KAGAN, 2006: 77). Os EUA tinham que se preparar para uma guerra prolongada e global. Reagan combinou seu discurso sobre a grande estratégia com o aumento nos gastos em defesa em um terço entre 1981 e 1989. O presidente também trabalhou para reestabelecer o balanço nuclear que, na visão de Reagan, estava pendendo para o lado dos soviéticos. A *Iniciativa Estratégica de Defesa*, também conhecida como projeto “guerra nas estrelas”⁶, foi uma mudança inesperada para a grande estratégia da Guerra Fria. Ronald Reagan não transformou as Forças Armadas dos Estados Unidos, mas criou o ambiente para o desenvolvimento das mudanças dos anos 1970 (KAGAN, 2006: 81).

A Marinha foi o maior beneficiário institucional das ampliações da defesa na era Reagan. A história do colapso da Marinha nos anos 1970 e seu renascimento nos anos 1980 é importante não apenas por causa do seu papel crítico nas operações recentes, mas também em razão da transformação no pensamento estratégico naval. A visão da administração Reagan de um conflito prolongado e global, em vez de apenas eurocêntrico, facilitou o renascimento completo da estratégia marítima e um programa massivo de construção de navios. Thomas Hayward, Chefe de Operações Navais de 1978-1982, concluiu que o problema da Marinha não era dinheiro, mas pensamento estratégico.

Todavia, na gestão de Reagan, o que mais se destacou foi o surgimento de uma doutrina que dá o título a esta seção. Caspar Willard “Cap” Weinberger foi secretário de Defesa do presidente Ronald Reagan entre 21 de janeiro de 1981 a 23 de novembro de 1987, o mais longo mandato depois de Robert S. McNamara e Donald H. Rumsfeld. O republicano Caspar Weinberger ficou conhecido, entre outros acontecimentos, pelo seu papel na *Iniciativa Estratégica de Defesa* e pelo episódio do Irã-Contras, o qual envolveu vendas de armas para grupos moderados no Irã, país com o qual Washington não mantinha relações diplomáticas.

⁶ Sugerida em 1983, a iniciativa usaria sistemas baseados no solo e no espaço para proteger os Estados Unidos de ataques de mísseis balísticos nucleares. A iniciativa em questão enfocava uma defesa estratégica em vez da política anterior de ataque estratégico oriunda da “destruição mútua assegurada” (MAD, na sigla em inglês). Antes do onze de setembro de 2001, a política de defesa dos EUA sob George W. Bush estava centrada em um escudo anti-mísseis cuja origem está na “guerra nas estrelas” de Ronald Reagan. Todavia, o ataque aos Estados Unidos não veio de um míssil externo, mas sim de um interno. No caso, um avião comercial.

Além disso, o secretário em questão também formulou uma doutrina sobre o uso do poder militar, a qual viria a influenciar as futuras gerações nos Estados Unidos.

Em um discurso intitulado *Os Usos do Poder Militar*, realizado no Clube da Imprensa Nacional em 28 de novembro de 1984, Caspar Weinberger delineou os pontos daquilo que ficaria conhecido como “Doutrina Weinberger”. Para o então secretário, no contexto mundial dos anos 1980, a divisão entre a guerra e a paz era menos clara do que em qualquer outro momento da história. A divisão entre os conflitos abertos e encobertos ficara tão sutil que não se podia prever com precisão aonde, quando, como e de que direção viria a ameaça. Os Estados Unidos deveriam estar preparados, em qualquer momento, para lidar com ameaças que variassem na intensidade: de atos terroristas isolados, passando por ações de guerrilha e chegando a confrontação militar de alta escala. A doutrina se constitui basicamente de seis pontos (WEINBERGER, 1984):

1. Os Estados Unidos só devem se comprometer a lutar no caso de seus interesses nacionais vitais – ou de seus aliados – estarem em jogo;
2. Se Washington decidir ser necessário colocar tropas de combate em determinada situação, deve fazer isto de maneira entusiástica e com a intenção clara de vencer;
3. Se os EUA decidirem envolver tropas além-mar, devem ter objetivos políticos e militares bem definidos;
4. A relação entre os objetivos e as forças (tamanho, composição e disposição) deve ser continuamente reavaliado e reajustado se necessário;
5. Antes dos EUA envolverem tropas de combate pelo mundo afora, é preciso ter certeza do apoio popular e do apoio dos representantes no Congresso;
6. Finalizando, o uso da força deve ser o último recurso.

1.2.4 LEI GOLDWATER-NICHOLS

A Lei Goldwater-Nichols de Reorganização da Defesa (*Goldwater-Nichols Defense Reorganization Act*) – cujo nome é oriundo dos senadores Barry Goldwater (republicano) e William Flynt Nichols (democrata) – de 1986, acompanhada pela Emenda Cohen-Nunn (*Cohen-Nunn Amendment*), de 1987, culminou em uma grande mudança no Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Trata-se da maior alteração desde a Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*), de 1947. A Lei Goldwater-Nichols resultou no fim da independência dos vários braços do serviço militar norte-americano, isto é, Exército, Marinha, Aeronáutica e *Marines*, e fortaleceu o papel do comandante do Estado-Maior Conjunto. A partir de então, a ênfase seria em operações conjuntas. A Emenda Cohen-Nunn tratou da reorganização e da consolidação de todas as Forças de Operações Especiais, a partir de então reagrupadas sob o

Comando de Operações Especiais (SOCOM, na sigla em inglês). O comandante deste teria sob si todas as Forças de Operações Especiais das Forças Armadas dos EUA e unidades para serem enviadas aos comandantes dos comandos geográficos⁷. Uma vez que tais unidades chegassem ao teatro, elas operariam sob as ordens do comandante regional, exceto no caso de certas operações sensíveis que poderiam ser comandadas a partir dos próprios Estados Unidos. O comandante do Comando de Operações Especiais, por seu lado, controlaria a doutrina, o treinamento e o orçamento de todas as Forças de Operações Especiais.

1.2.5 TEORIAS DO PODER AÉREO

Os anos 1980 também são conhecidos por uma revolução no poder aéreo norte-americano. John Boyd, o arquiteto dos “super caças”, delineou o *Discurso sobre Vencer e Perder*. Neste, o autor propõe o conceito de “Laço OODA” (a sigla, em inglês, significa observação, orientação, decisão e ação). Conforme John Boyd, organizações complexas como os exércitos podem ter múltiplos “Laços OODA” operando simultaneamente. Boyd acreditava ser essencial manter altos níveis de flexibilidade e de iniciativa para fazer as ações imprevisíveis e rápidas. Organizações complexas como exércitos e Estados só poderiam funcionar se suas partes trabalhassem harmonicamente. Boyd se utiliza do conceito de “centro de gravidade”. Todavia, não tem o mesmo significado do *schwerpunkt* de Clausewitz (sobre o “centro de gravidade” clausewitziano, ver apêndice desta dissertação). John Boyd defendia a destruição das conexões entre os centros de gravidade, os quais, assim, tornar-se-iam “não cooperativos” e limitariam as ações do inimigo. Jomini⁸ argumentara que um Exército poderia ser derrotado através de ataques em suas comunicações. Dessa forma, o conceito de Boyd usa

⁷ Em 1946, o Pentágono começou a elaborar o que depois ficaria conhecido como Plano de Comando Unificado (*Unified Command Plan – UCP*), que dividia o mundo em comandos militares combatentes para lutarem um conflito global no caso da Guerra Fria vir a se tornar “quente”. Tratam-se de seis os comandos geográficos, cada um com a sua área de responsabilidade: o Comando Norte, responsável pela América do Norte, o Comando Sul, responsável pela América Latina, parte do Oceano Atlântico sul e parte do Pacífico sul, o Comando Africano, responsável pela África, o Comando Central, responsável pelo Oriente Médio, o Comando Europeu, responsável pela Europa e Rússia e o Comando do Pacífico. Ver <<http://www.defenselink.mil/specials/unifiedcommand/>>. Acesso 26 jan. 2009.

⁸ O Barão Antoine-Henri Jomini nasceu na Suíça em 1779 e morreu em 1869. Foi general na França e, depois, na Rússia. Trata-se de um dos grandes intérpretes da arte da guerra napoleônica. Para Jomini, a conduta da guerra é governada por um pequeno número de princípios fixos; entre eles, o mais importante é que um dos atores do conflito deve buscar uma linha de operações capaz de ameaçar as comunicações do inimigo enquanto as suas mantenham-se seguras. Em segundo lugar, a chave da vitória residiria na concentração das forças no chamado “ponto decisivo”. Este seria menos as ações do inimigo e mais a configuração do terreno e a distribuição de rios e estradas. Aliás, podem ser áreas fracas ou mal defendidas nas linhas inimigas. Seu livro *A Arte da Guerra* está disponível *online* em inglês no portal do *Projeto Gutenberg*. Confira <<http://www.gutenberg.org/etext/13549>>. Acesso 26 jan. 2009.

uma idéia e argumentação clausewitzianos para apoiar uma visão de guerra jominiana (KAGAN, 2006: 104-111).

O piloto de caça John Warden também desenvolveu a sua teoria aérea. No livro *A Campanha Aérea (The Air Campaign)*, de 1988, desenvolveu a tese de que a superioridade aérea é fundamental para a vitória na guerra moderna. Seu argumento é baseado na revisão da história militar recente. O autor reconhece, todavia, que o poder aéreo tem um papel limitado em contra-insurgência. Para Warden, o “centro de gravidade” é onde o inimigo é mais vulnerável (assim, uma outra interpretação diferente do conceito de Clausewitz, para o qual o “centro de gravidade” é onde o inimigo é mais forte). Warden sugere a idéia de “assalto ao centro de gravidade aéreo” (*Assaulting the Air Center of Gravity*). O ataque ao centro de gravidade – uma vulnerabilidade crítica, conforme Warden – quebraria o sistema inimigo sem ter que enfrentá-lo diretamente. Isto é o oposto de Carl Clausewitz, que sugere atacar e destruir a força inimiga. Warden identifica “cinco anéis” estratégicos do inimigo: a liderança, a produção industrial, a infra-estrutura, a população e as próprias forças inimigas. Também propõe a idéia de “guerra paralela” e sugere o uso do poder aéreo sozinho para alcançar diretamente os objetivos políticos da guerra. Porém, o conceito de guerra aérea de Warden era apenas parte de uma longa tradição da teoria do poder aéreo (KAGAN, 2006: 112-125).

1.3 A DÉCADA DE 1990

Todos nos Estados Unidos concordavam acerca de uma premissa básica: quaisquer que fossem os requerimentos de uma estratégia de segurança nacional no pós-Guerra Fria, a nação poderia desfrutar de um “dividendo da paz” significativo sob a forma de um orçamento de defesa reduzido e Forças Armadas menores (KAGAN, 2006: 144). Desta forma, nos anos que se seguiram à queda do império soviético, os governos de George H. W. Bush (pai) e William Clinton buscaram delinear a nova estratégia dos EUA.

1.3.1 FIM DA GUERRA FRIA

Com a queda do muro de Berlim (1989) e o desmantelamento da União Soviética (1991) – caracterizando, dessa forma, o fim da Guerra Fria – o *establishment* estadunidense pensava que a guerra seria um exercício marginal e a paz, assim como as questões comerciais, seria a “condição” norte-americana. Se a guerra não seria mais uma ameaça sistêmica (como foi na bipolaridade EUA-URSS), as Forças Armadas não teriam mais um uso estratégico. Os militares até poderiam ser úteis, mas não estavam mais no centro da segurança nacional. Um

dos argumentos que viriam a emergir na administração de Bill Clinton (1993-2001) era da necessidade de uma definição completamente nova de segurança nacional, onde a ligação tradicional entre os militares e a inteligência seria complementada, ou substituída, por considerações pouco tradicionais: dos direitos humanos ao comércio. Os tipos de ameaças militares nas quais os Estados Unidos se focariam eram os “Estados párias”, sendo que os militares e a inteligência deveriam mudar seus focos para acomodar tal nova realidade. A Agência Central de Inteligência (CIA), inclusive, foi pressionada para cortar sua espionagem político-militar e se focar na inteligência econômica. Os militares americanos deveriam mudar seu foco dos conflitos de “alta-intensidade” e da “guerra estratégica” para os conflitos de “baixa-intensidade” e as “operações outras que não a guerra” (FRIEDMAN, 2004: 81).

1.3.2 FORÇA BASE

Como adaptar a estratégia norte-americana à nova realidade pós-soviética? Na administração de George H. W. Bush (1989-1993), o sub-secretário de Defesa para Política, Paul Wolfowitz, e o chefe do Estado-Maior Conjunto, Colin Powell, queriam determinar o tamanho apropriado das Forças Armadas dos EUA para o mundo pós-Guerra Fria. O resultado foi algo chamado de “Força Base”. Foi designada para conduzir dois conflitos de larga escala (*Major Regional Conflicts*) ao mesmo tempo. Sob o conceito de Força Base, o Exército seria reduzido de 18 divisões da ativa e dez da reserva para 12 divisões da ativa e seis da reserva; a Marinha passaria de 508 navios para 411; a Força Aérea seria reduzida de 24 asas da ativa e 12 da reserva para 15 e onze, respectivamente. Mas o congressista Les Aspin, chefe da comissão sobre as Forças Armadas no Congresso, não estava convencido, e argumentou a favor de uma completa reavaliação da grande estratégia dos EUA e da postura militar americana, solicitando o que ele chamou de “Revisão de Baixo para Cima” (*Bottoms-Up Review*). A administração Bush (pai), mesmo com a oposição de Aspin, trabalhou pelo programa do governo para ser aprovado no Congresso e a Força Base se tornou a essência da redução dos serviços armados americanos depois do fim da Guerra Fria, mas apenas por pouco tempo (KAGAN, 2006: 145-150).

1.3.3 GUERRA DO GOLFO

Em julho de 1990, um jogo de guerra dos EUA mostrou que a Arábia Saudita poderia ser defendida de um ataque iraquiano, mas a um custo alto. Em dois de agosto do mesmo ano, o Iraque invadiu o Kuwait. Sob a influência da guerra contra o Irã, Saddam Hussein acusava o Kuwait de roubar petróleo iraquiano. Em cinco de agosto, o presidente George H. W. Bush

afirmou que a invasão não continuaria. Em seguida, o rei saudita Fahd se encontrou com Richard Cheney, então secretário de Defesa, solicitando apoio militar dos Estados Unidos. Imediatamente aviões norte-americanos começaram a se deslocar para a Arábia Saudita (a instalação militar estadunidense naquele país não agradaria Osama bin Laden). No dia 17 de janeiro de 1991, após aprovação no Congresso dos Estados Unidos e nas Nações Unidas, começou o ataque aliado de 34 nações, através do uso de helicópteros Apache. Aviões invisíveis F-117 foram usados para atacar instalações de radares iraquianos. A Força Delta foi enviada para buscar mísseis *Scud*, que estavam sendo lançados contra posições em Israel. Mísseis norte-americanos *Tomahawk* foram lançados contra alvos no Iraque. Depois de uma ampla mobilização das forças convencionais, como os *Marines* e o Exército, bem como a Marinha e a Guarda Costeira, em 28 de fevereiro de 1991 deu-se o cessar-fogo. A campanha militar foi considerada um sucesso, embora Saddam Hussein não tenha sido retirado do poder. O bom funcionamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, antes “travado” por disputas da Guerra Fria, levou a um pensamento sobre um novo paradigma de segurança coletiva. Os Estados Unidos da América emergiram do episódio como a única “superpotência global” remanescente, a qual lideraria o mundo em uma “nova ordem mundial”, caracterizada pela globalização da democracia liberal.

1.3.4 DOCTRINA POWELL

Terminada a Guerra do Golfo em 1991, Colin L. Powell, então chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos Estados Unidos da América (1989-1993), delineou sua visão para ações militares decisivas e eficientes. O plano é chamado de “Doutrina Powell”, embora não haja um documento formal com esta nomeação. Entretanto, Powell expôs suas idéias em um artigo publicado na *Foreign Affairs*. Colin Powell afirmou que a instabilidade e a incerteza que acompanham a queda de impérios (no caso, a ex-União Soviética) estavam crescendo em vez de diminuir. A nova estratégia militar dos Estados Unidos tinha como sua idéia central a mudança do foco em uma guerra global contra a URSS para um foco em contingências regionais. Para lidarem com uma ampla gama de possibilidades, as Forças Armadas dos EUA deveriam ser capazes de conduzir um vasto número de missões. Em função disto, as novas Forças Armadas estadunidenses seriam orientadas em termos de capacidades bem como em termos de ameaças. Os Estados Unidos deveriam se concentrar nas capacidades de suas Forças Armadas para estas lidarem com um conjunto de ameaças, e não uma ameaça única como foi a URSS. Tratava-se de uma orientação bastante diferente daquela

adotada na Guerra Fria. Conceitualmente, as Forças Armadas orientadas à capacidades eram chamadas de “A Força Base” (POWELL, 1992/93).

Essencialmente, a doutrina Powell defende que a ação militar só deve ser usada como último recurso e apenas se houver um risco claro à segurança nacional dos EUA. A força, quando utilizada, deve ser esmagadora e desproporcional à inimiga. Deve haver um amplo apoio por parte da opinião pública e uma estratégia de saída bem definida para o conflito no qual os militares se engajarão. Washington deveria ganhar e ganhar decisivamente. Powell teve como parte da base de sua doutrina de guerra as visões do antigo secretário de Defesa dos Estados Unidos Caspar Weinberger (1981-1987), além da própria experiência pela qual passou Powell enquanto major do Exército norte-americano na Guerra do Vietnã (1959-1975). Conforme Charles Krauthammer, a Doutrina Powell encontrou sua expressão máxima na Guerra do Golfo (1990-1991). A idéia não era competir com o poder iraquiano, mas esmagá-lo completamente com aviões, tanques, tecnologia, poder humano e vontade. Isto faria a guerra curta e a vitória certa. Atualmente a doutrina Powell parece óbvia, mas não era naquele tempo. Durante anos, os Estados Unidos seguiram uma política de proporcionalidade: restrita em razão do medo da escalada na guerra. Era sob esta teoria que o major Colin Powell viu seus homens sangrarem e morrerem no Vietnã (KRAUTHAMMER, 2001).

1.3.5 LES ASPIN E A REVISÃO DE BAIXO PARA CIMA

Quando o presidente William (Bill) Clinton (1993-2001) nomeou Leslie (Les) Aspin seu secretário de Defesa em 1993, ao novo secretário foi dada a missão de definir a estratégia militar norte-americana para o contexto do pós-Guerra Fria. Aspin iniciou um processo chamado “Revisão de Baixo para Cima” – *Bottoms-Up Review* (ou BUR) – cuja missão era repensar cada aspecto da política militar americana. Aspin chegou a basicamente quatro conclusões (FRIEDMAN, 2004: 83-84):

1. O interesse principal dos Estados Unidos era a manutenção da estabilidade mundial como base para a expansão global da prosperidade econômica. Dessa forma, a missão dos militares norte-americanos era manter a estabilidade planetária através de intervenções contra potências menores dentro de um contexto de coalizões. Os Estados Unidos não teriam que lidar com um rival à altura, como foi a URSS.
2. Os EUA, portanto, teriam que continuar projetando força por todo o mundo afora, inclusive em lugares inesperados e em momentos não antecipados (as Forças Armadas deveriam ser capazes de fazer isso).
3. Porém, o maior problema, evidenciado na Operação Tempestade no Deserto (Iraque, 1991) era que as Forças Armadas dos Estados Unidos eram muito pesadas. Levaria-se cerca de seis meses para se montar uma força capaz de lançar um ataque substantivo, ou seja, algo muito demorado.

4. Dessa forma, os EUA precisavam construir uma força mais leve e mais rápida, com grande ênfase em tecnologia e que fosse capaz de lidar com uma inúmera variedade de inimigos que eventualmente entrariam em confronto naquele novo contexto.

Os militares norte-americanos ficaram divididos quanto à visão de Aspin. A Força Aérea gostou, da mesma forma que o Comando de Operações Especiais, já que seria ampliada a tecnologia disponível para ambos, tornando-os mais “letais” e importantes. O Exército, por outro lado, não gostou dos resultados da “Revisão de Baixo para Cima”. Tal arma havia construído sua força em torno de blindados e helicópteros, ambos levando muito tempo para serem desdobrados ao campo de batalha e precisando de altos níveis de suprimentos para operarem. Com a BUR, o Exército viu o seu papel ser diminuído. A partir de tal revisão, surgiu a visão de que a projeção de poder dos EUA teria duas bases: o poder aéreo e as Forças de Operações Especiais. Esse era o quadro de trabalho, aliás, com o qual os planejadores trabalharam quando delinearão a invasão do Afeganistão quase uma década depois. A Força Aérea dos Estados Unidos desenvolveu um conceito chamado “Alcance Global” (*Global Reach*), que significava que a força poderia atacar alvos a partir de bases localizadas nos próprios EUA, usando bombardeiros de longa distância. Isso economizaria tempo, já que não seria necessário enviar, em um primeiro momento, aviões táticos ao teatro envolvido ou manter navios ao redor do mundo. O conceito de “Alcance Global” colocou a Força Aérea dos Estados Unidos da América no centro da emergente nova estratégia norte-americana (FRIEDMAN, 2004: 84). Simultaneamente, o Comando de Operações Especiais e as Forças Especiais do Exército americano apresentavam soluções para o deslocamento mais rápido de tropas e efetivo do que as unidades convencionais do Exército.

As Forças de Operações Especiais viam a sua missão da seguinte maneira: deveriam levar a letalidade rapidamente. Dessa forma, elas propuseram três maneiras de fazer isto. Primeiro, as suas próprias forças poderiam entrar rapidamente em um país hostil e executar operações encobertas precisamente. Segundo, as Forças Especiais do Exército poderiam penetrar as fronteiras de determinado país, juntar-se à forças locais que eventualmente compartilhassem dos interesses dos Estados Unidos e guiá-las nas batalhas. Finalmente, na terceira maneira, os operadores especiais poderiam localizar alvos e chamar ataques aéreos contra tais alvos (e poderiam fazer isto em dias em vez de meses). Particularmente nos pequenos conflitos dos anos 1990, o Comando de Operações Especiais se percebia lutando a guerra até que o Exército convencional pudesse chegar para ocupar o país.

Um novo modelo de guerra, baseado em três pilares, começou a emergir. O poder de fogo pesado não viria da artilharia e dos tanques, mas dos aviões. As forças de combate de solo seriam mais leves, rápidas e sofisticadas tecnologicamente, além de organizadas pelo Comando de Operações Especiais em vez do Exército convencional. Quando forças terrestres maiores fossem necessárias, elas poderiam ser recrutadas, treinadas e guiadas pelas Forças Especiais do Exército dentro da nação inimiga. Isto resolveria o problema de levar as forças pesadas do Exército ao conflito. Assim, os planejadores foram levados a um princípio básico da guerra americana que remonta ao período anterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918): os Estados Unidos não lutam sozinhos, mas sim com coalizões, quer sejam de forças locais, quer sejam de Estados-nação (FRIEDMAN, 2004: 85). O modo de guerra sugerido por Aspin aumentou a dependência dos EUA em relação à outras nações, bem como em relação à forças locais. Isto levou as Forças Especiais ao centro da estratégia emergente, já que era o trabalho destas fazer com que uma força local lutasse pelos Estados Unidos.

As Forças Especiais (também chamadas de Boinas-Verdes e “Comedores de Cobras”, além de auto-denominadas “Profissionais Silenciosos”) foram criadas nos anos 1950 com a missão de conduzir guerra com táticas de guerrilha atrás das linhas soviéticas no caso de uma guerra na Europa (dado o contexto da Guerra Fria)⁹. Os Boinas-Verdes se desenvolveram na Guerra do Vietnã (1959-1975) como uma força que podia conduzir operações irregulares por conta própria, ou com forças vietnamitas ou do Laos – às quais as Forças Especiais davam treinamento. Nos anos 1980, as Forças Especiais foram integradas ao Comando de Operações Especiais. O Exército regular não se sentia confortável com as suas próprias Forças Especiais, além de que também não gostava do Comando de Operações Especiais. Entretanto, as Forças Especiais eram a chave de todo o novo conceito que emergia nos EUA dos anos 1990. Foram feitas para se moverem antes do início de uma batalha principal, juntarem-se à forças amigas dentro de determinado país, entregar inteligência à Força Aérea e também atacar forças inimigas diretamente. Do ponto de vista de Aspin, as Forças Especiais eram a solução para o problema estratégico dos Estados Unidos. O fato de que os Boinas-Verdes podiam trabalhar bem em sincronia com a Diretoria de Operações da Agência Central de Inteligência aumentou ainda mais a utilidade dos “Profissionais Silenciosos”.

Já o papel do Exército convencional seria se mover após o Comando de Operações Especiais e a Força Aérea (ou aviões baseados em porta-aviões) terem atacado o inimigo. O

⁹ Para um relato mais detalhado sobre a origem das Forças Especiais, ver Col. Aaron BANK. *From OSS to Green Berets*. New York: Pocket Books, 1986.

Exército finalizaria o trabalho e ocuparia o país eventual. Na nova visão de Aspin, o papel de combate do Exército começaria no fim do auge da guerra. O Exército conduziria as batalhas finais, com poucas baixas assim, e se estabeleceria no território ocupado. Enquanto isso, as Operações Especiais se ocupariam das “glórias” maiores. Naturalmente, os comandantes de tanques não gostaram desta nova visão. Era, porém, o tipo de guerra usado na Operação Tempestade no Deserto e no Afeganistão (FRIEDMAN, 2004: 86).

1.3.6 DUAS GUERRAS PRINCIPAIS SIMULTÂNEAS

A estrutura da “Força Base” delineada pelo general Colin Powell foi designada para lidar com dois conflitos de larga-escala (*Major Regional Conflicts*, ou MRCs) ao mesmo tempo (por exemplo, o Iraque e a Coreia do Norte ou, atualmente, o Afeganistão e o Iraque). Todavia, a administração de Bush (pai) não especificou quais seriam os dois conflitos. Embora tal modelo tenha alguma sustentação histórica (os EUA sempre defenderam múltiplos interesses simultaneamente), recebeu muitas críticas. Les Aspin, com o *Bottoms-Up Review*, quis mudar este conceito. Entretanto, após tais revisões, o que emergiu foram Forças Armadas fundamentalmente iguais às da época soviética, só que em tamanho menor (KAGAN, 2006: 156).

1.3.7 REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES

Não há exemplo na história das chamadas “revoluções nos assuntos militares” de uma revolução que tenha sido conduzida com sucesso em um “vácuo estratégico” (no caso, os anos 1990). Na época, muitos falavam que o mundo estava indo de uma “era industrial” para uma “era da informação”. Embora os esforços de transformação nos anos 1990 tenham produzido alguns avanços em campos específicos, trata-se de um caminho errado na história do desenvolvimento militar norte-americano, que preparou o terreno para os problemas com os quais os EUA teriam de lidar no mundo do onze de setembro (KAGAN, 2006: 200-201).

Alvin Toffler, no livro *A Terceira Onda* (1980), afirmou que o mundo estava se movendo de uma “era industrial” para uma “era da informação”. Essa idéia capturou o Exército dos EUA nos anos 1990. O “Projeto Força XXI”, de 1994, visava à inteira digitalização do Exército, para melhor entendimento do “espaço de batalha” (e não mais campo de batalha). Só que o conceito de digitalização não foi colocado nos contextos da estratégia e da grande estratégia dos Estados Unidos, nem mesmo no da guerra conjunta (KAGAN, 2006: 202-210).

O programa “Conhecimento Dominante do Espaço de Batalha” (*Dominant Battlespace Knowledge*) visava ao aumento na eficiência por meio do uso da tecnologia da informação, tratando-se de um modelo oriundo dos negócios. A idéia ajudou a inserir no pensamento norte-americano sobre defesa a noção de que a revolução nos assuntos militares conduzida pela informação estava a caminho e era inevitável. Em 1996, Harlan Ullman e James P. Wade publicaram um estudo chamado *Choque e Surpresa: Alcançando Rápida Dominação (Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance)*, que visava a estabelecer um novo paradigma para o planejamento de defesa dos Estados Unidos. O argumento central era uma simplificação dos conceitos de Warden. Ullman e Wade advogavam o uso da força militar para alcançar efeitos diretos na liderança inimiga em vez de atritar as forças do inimigo no campo de batalha. Achavam que a revolução na informação deveria ser adaptada às Operações Outras que a Guerra (ver adiante). Já no conceito de “Fase de Parada” (*Halt Phase*), faltava perspectiva política e realidade militar. Tratava-se de uma volta ao modelo de poder aéreo baseado em atrito, isto é, pura guerra. Entre 1996 e 1997 houve um esforço intelectual, ilustrado pela Comissão sobre Papéis e Missões de 1995 e a Revisão Quadrienal de Defesa de 1997. A *Visão Conjunta 2010*, de 1996, levou à *Visão do Exército 2010* e ao *Engajamento Global: Uma Visão da Força Aérea do Século XXI* (KAGAN, 2006: 212-227).

O Painél de Defesa Nacional, uma releitura da Revisão Quadrienal de Defesa feita pelo Congresso em 1997, propôs uma nova visão para a transformação. Em vez de atualizar os sistemas antigos, deveria se trabalhar em prol da tecnologia da próxima geração. A velocidade se tornava o conceito-chave. Eric Shinseki, chefe do Estado-Maior do Exército a partir de 1999, propôs a divisão das forças do Exército em Força de Legado (*Legacy Force*), Força Interina (*Interim Force*) e Força Objetiva (*Objective Force*). O fator crítico na transformação militar, para Shinseki, era a capacidade de movimentação de tropas. A Força Objetiva foi centrada no Sistema de Combate Futuro (*Future Combat System – FCS*). Ademais, o programa “Exército Depois do Próximo” (*Army After Next*) se constituía em jogos de guerra na Escola de Guerra do Exército (*Army War College*) em Carlisle, Pensilvânia. Entre outros resultados, estava a convicção de que os inimigos futuros tirariam vantagem das cidades para encobrirem suas forças das armas precisas dos EUA. Além disso, os campos de batalha do futuro seriam celulares, não lineares. Entretanto, a comunidade estratégica dos EUA nos anos 1990 ficou muito vidrada na tecnologia e esqueceu dos objetivos maiores da guerra, isto é, seus objetivos políticos (KAGAN, 2006: 239-253).

1.3.8 GUERRA CENTRADA EM REDE

Desde a sua origem nos anos 1997 e 1998, a “guerra centrada em rede” (*network-centric warfare* – NCW) tinha vantagens significativas sobre as teorias com as quais concorria. Dado que ela era baseada em teorias e práticas dos negócios, tinha uma base teórica mais sofisticada do que suas competidoras. A NCW foi apresentada como uma nova capacidade e um novo conjunto de necessidades – quando, na verdade, era uma progressão lógica limitada dos esforços já em andamento nos anos 1990. A guerra centrada em rede foi descrita em detalhes pela primeira vez em 1998 por David S. Alberts, John J. Garstka e Frederick P. Stein. Todos eles estavam envolvidos em diversos programas de digitalização e transformação no Pentágono. Desde o início, o conceito teve o apoio entusiasmado do almirante aposentado Arthur K. Cebrowski, o qual co-escreveu um artigo com Garstka em 1998. O modelo da NCW foi baseado em corporações que, nos anos 1990, usaram métodos organizacionais e técnicas inovadoras combinadas com tecnologias da informação para alcançar vantagens sobre seus concorrentes.

Os proponentes da guerra centrada em rede prometeram uma revolução dramática nas capacidades militares americanas. A base da NCW era a crença em uma ligação profunda entre a natureza da economia e a da guerra. A guerra centrada em rede daria as capacidades militares para implementar as idéias do conceito de “Choque e Surpresa” proposto por Ullman e Wade. Todavia, a NCW parecia ignorar os aspectos políticos da guerra. O resultado foi uma tendência crescente de ver o inimigo como uma massa inerte e sem vida que seria atingida pela capacidade precisa dos EUA. Assim como o conceito de “Choque e Surpresa”, a NCW focava muito nos aspectos de guerra convencional das Operações Outras que a Guerra – e não na idéia central desta: a operação de forças em ambientes civis complexos. Os assessores de George W. Bush acreditavam em uma transformação militar a partir do enfoque da NCW, a qual foi colocada no coração do programa de defesa pelo secretário Rumsfeld. Dessa forma, a partir de janeiro de 2001, a NCW se tornou a base do pensamento, planejamento e orçamento do setor de defesa nos EUA.

A Revisão Quadrienal de Defesa de 2001 foi publicada 21 dias após o onze de setembro e incorporou a “revolução nos assuntos militares” como era entendida por Bush e Rumsfeld, bem como o recorte baseado em capacidades para o planejamento de força. Fred Kagan percebe uma mudança de uma aproximação em duas guerras simultâneas para “uma guerra mais pequenas contingências” (KAGAN, 2006: 283). Conforme Fred Kagan, a criação de Forças Armadas estrategicamente mais deslocáveis deveria seguir inicialmente uma

reorientação das bases dentro dos próprios EUA, mas isto seria inviável politicamente. O mais importante do QDR de 2001 foi a criação do Escritório de Transformação da Força (*Office of Force Transformation*), que se reportava diretamente tanto ao secretário quanto ao subsecretário de Defesa. Todavia, o documento emergiu em um momento no qual o movimento de “guerra da informação” tinha a convicção de que a guerra se tratava sobre a destruição da habilidade do inimigo em lutar, tanto por meio de atrito preciso ou atingindo centros de gravidade. Não considerou as conseqüências da política de troca de regimes que aceitou como uma possível missão militar. Isto teria implicações na Guerra do Afeganistão, que estava para começar.

1.3.9 CONFLITOS DE BAIXA-INTENSIDADE

Embora os Estados Unidos nunca tenham dado muita importância aos conflitos de baixa-intensidade (*low-intensity conflicts*, em inglês), estes entraram na agenda norte-americana com mais ênfase a partir dos anos 1980. Trata-se de um tipo de conflito também conhecido como “pequena guerra” (*small war*) e é conduzido entre uma Força Armada regular e grupos irregulares. Não é por se chamar pequena guerra que o conflito de baixa-intensidade seja menor. Pode ser até mais violento, aliás, do que uma guerra convencional. Pequenas guerras é um termo que foi cunhado por Charles E. Callwell no livro *Small Wars: A Tactical Textbook for Imperial Soldiers*, de 1906, e significa “todas campanhas que não sejam aquelas onde os dois lados opostos consistem-se de tropas regulares”. Uma pequena guerra, definida dessa forma, não precisa ser necessariamente uma guerra conduzida em pequena escala (GRAY, 1999: 273).

1.3.10 OPERAÇÕES OUTRAS QUE A GUERRA

Em 1990, o general Gordon Sullivan, que em breve se tornaria chefe do Estado-Maior do Exército, declarou que a queda da URSS levaria a um aumento na importância dos conflitos de baixa-intensidade. Sullivan argumentou que o Exército e a nação deveriam dar mais atenção às “Operações Outras Que a Guerra” (OOTW, na sigla em inglês) e redefinir a noção de como a força militar deveria ser empregada. Os pensadores e líderes do Exército se focaram no avanço da tecnologia e na fragmentação da ordem internacional nos anos 1990. O Exército abandonou o conceito de *Batalha Aéreo-Terrestre* em sua revisão de doutrina realizada em 1993. No lugar vieram as “Operações Outras Que a Guerra”, incluindo manutenção da paz e missões humanitárias. A aprovação de Sullivan em relação ao conceito de OOTW rapidamente foi aprovada pelo Exército durante a revisão de seu manual de

doutrina, *FM 100-5*, em 1993. A primeira seção do capítulo sobre os fundamentos das operações do Exército, intitulada “a extensão das operações militares”, começava com as “Operações Outras Que a Guerra” e só então considerava a guerra propriamente dita. O manual incluiu pela primeira vez um capítulo inteiro sobre OOTW. Sullivan argumentou que a tecnologia estava transformando a guerra através do aumento da letalidade dos exércitos modernos não de forma geométrica, mas exponencial. A frase “efeitos de massa, não de forças” definiria o pensamento do Exército nos anos 1990. A letalidade das forças modernas, acompanhada pela sua dispersão no campo de batalha, significava que unidades menores poderiam produzir efeitos potencialmente decisivos. Sullivan destacava as Forças de Operações Especiais e poderia estar prevendo a guerra dos EUA no Afeganistão que ocorreria alguns anos depois. Sullivan avisou que a tecnologia cambiante não transformaria a natureza humana, e a guerra continuaria como um híbrido entre a ciência e a arte.

1.4 ANO 2000 EM DIANTE

No final de dezembro do ano 2000, George W. Bush anunciou que selecionara Donald Rumsfeld para ser seu secretário de Defesa. No anúncio, Bush repetiu as principais idéias de seu futuro secretário, especialmente aquela referente à “transformação militar”. Assumindo seu segundo termo na condição de secretário de Defesa, Rumsfeld acreditava que o controle civil sobre os militares havia erodido durante os anos Clinton. Para Rumsfeld, os serviços armados ainda estavam lutando a Guerra Fria. Eram menores do que aqueles que haviam combatido na Guerra do Golfo, mas ainda não tinham mudado sua estrutura de forma substancial. Rumsfeld sentia-se bem em advogar o uso do poder militar, especialmente o poder aéreo. Rumsfeld se opunha à utilização de tropas terrestres como mantenedoras da paz, assim como era um entusiasta da inteligência, armas especiais e mísseis (HERSPRING, 2008: 6-7).

1.4.1 RUMSFELD E A TRANSFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO GEORGE W. BUSH

George W. Bush já estava preocupado com a “transformação militar” antes mesmo de se tornar presidente. Em um discurso em Citadel no ano de 1999, disse que as Forças Armadas dos EUA estavam mais organizadas para ameaças da Guerra Fria do que para os desafios do século XXI, quer dizer, mais preparadas para operações da “era industrial” do que para batalhas da “era da informação”. Os Estados Unidos eram a única superpotência mundial, então Washington tinha o tempo necessário para pular uma geração de armas antes

de qualquer outro país se tornar uma ameaça significativa (tratava-se de um período de “pausa estratégica”). Donald Rumsfeld criaria uma nova arquitetura para a defesa dos EUA e de seus aliados. Em terra, as forças pesadas seriam mais leves. Estas seriam mais letais. Todas se desdobrariam e se sustentariam mais facilmente. No ar, os Estados Unidos estariam aptos a atacar todo o mundo com precisão, usando tanto sistemas tripulados quanto não tripulados (HERSPRING, 2008: 22-23).

Na virada do século, Rumsfeld estava convencido de que o futuro da força militar se encontrava no espaço e na tecnologia. O guerreiro humano poderia continuar importante, mas, na mente de Rumsfeld, a diferença entre os militares americanos e os demais era a habilidade em se apoiar em armas de alta tecnologia. Além disso, como apontara o *Painél de Defesa Nacional*, era o momento para os Estados Unidos pararem a produção de armas para fazerem o pulo de gerações que a revolução nos assuntos militares prometia. Ninguém queria um Exército que levasse semanas ou meses para ser deslocado, como aconteceu na Guerra do Golfo. Diferentemente, a Marinha e a Força Aérea já eram bem servidos de alta tecnologia, enquanto os *Marines* eram extremamente móveis (HERSPRING, 2008: 27, 29). Vale lembrar, ademais, como apontado anteriormente, que o secretário Donald Rumsfeld não era o único a trabalhar por uma “transformação militar”.

O general Eric Ken Shinseki, então chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA (1999-2003), militar que já vinha trabalhando, antes mesmo de Donald Rumsfeld assumir, por um tipo de transformação militar (a qual Rumsfeld não aceitaria: queria impor seu próprio modelo, o que levaria a certas tensões internas no Pentágono), defendia o uso de plataformas menos pesadas, isto é, brigadas e divisões mais leves e móveis. O Exército estadunidense tinha que ser mais leve e móvel para responder ao crescente número de operações de paz, assim como pequenas insurgências com as quais teria de lidar. Estava ficando claro para Shinseki que os campos de batalha do futuro seriam celulares, não lineares. Em vez das linhas de frente que marcaram a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra da Coreia (1950-1953), por exemplo, os inimigos estariam misturados com as forças dos Estados Unidos. Eles poderiam estar na frente ou atrás dos soldados norte-americanos e seriam um novo tipo de inimigo (HERSPRING, 2008: 30-31).

Eric Shinseki acreditava que o guerreiro estadunidense seria a chave. Todavia, para Rumsfeld, o futuro pertencia às armas espaciais e no maior uso do poder aéreo. O Exército não ocupava um lugar de destaque nos planos de Rumsfeld. Este, aliás, queria economizar recursos cortando programas do Exército, de forma que pudesse alocar mais dividendos para

o espaço e o poder aéreo. Para Rumsfeld, o combate próximo (a razão de existência do Exército) era algo do passado. As guerras futuras seriam conduzidas por mísseis e outras ferramentas tecnológicas – áreas nas quais os EUA possuíam grande vantagem. A relação entre Rumsfeld e o Exército ficaria tão ruim que, em 2002, alguns oficiais se referiam a ele e seus ajudantes como “o inimigo”. Todavia, a relação de Rumsfeld com o Congresso nacional seria ainda pior. Afinal, os militares seguem ordens, mas o Congresso espera poder participar das decisões (HERSPRING, 2008: 31-32).

Andrew Marshall, conselheiro de Rumsfeld, apontou que o Pacífico seria a área-chave de operações, já que a China estava se tornando mais poderosa. Em segundo lugar, os EUA deveriam prestar mais atenção à projeção de poder de larga escala. Em terceiro, os Estados Unidos precisariam estar aptos a se sustentar, especialmente quando estivessem longe de suas bases. Em quarto lugar, os sistemas estadunidenses deveriam ter capacidades invisíveis, por causa da proliferação de mísseis e de armas de destruição em massa. Finalmente, as Forças Armadas deveriam cortar os gastos de sistemas de armas antigos (HERSPRING, 2008: 33), algo que poderia trazer atritos.

Em 25 de maio de 2001, o presidente George W. Bush usou um discurso seu aos formandos da Academia Naval para estimular mais criatividade no pensamento militar. O presidente disse que queria construir uma força futura que fosse menos definida pelo tamanho e mais moldada pela invisibilidade, precisão e informação. Em junho do mesmo ano, David Gompert, então vice-presidente do *think-tank* RAND Corporation, deu instruções resumidas sobre o futuro da guerra convencional, falando da importância de bombas precisas de longa distância e de mísseis os quais aviões poderiam lançar em alvos longínquos (HERSPRING, 2008: 34-35).

Sob a nova estratégia de Donald Rumsfeld (um documento que o secretário fornecera aos planejadores do Pentágono que desenvolviam a Revisão Quadrienal de Defesa de 2001), aos militares caberiam basicamente quatro tarefas (HERSPRING, 2008: 37):

1. Defender o território norte-americano;
2. Deter ações hostis na Europa, Oriente Médio, Sudoeste asiático, Nordeste asiático e na Ásia oriental;
3. As Forças Armadas estadunidenses precisam estar aptas a vencerem um conflito principal (*major conflict*);
4. As Forças Armadas norte-americanas precisam ser capazes de conduzir algumas operações de pequena escala em outras partes do mundo.

Além disso, Rumsfeld também queria que os serviços armados desenvolvessem novas capacidades no espaço, na inteligência e na guerra de informação, além de experimentarem novas tecnologias. Ademais, os militares deveriam criar forças-tarefa para responderem a crises ao redor do mundo, rápida e decisivamente.

A principal impressão da Revisão Quadrienal de Defesa (QDR) de 2001 era que o documento não mudava as coisas tão significativamente. Como aponta Frederick Kagan, apesar de todas as discussões sobre o quão revolucionário era o remodelamento das forças, a Revisão Quadrienal de Defesa daquele ano não recomendou nenhuma mudança significativa no tamanho, composição ou organização das Forças Armadas norte-americanas (KAGAN, 2006: 283). A Revisão Quadrienal de Defesa anunciou a criação do Escritório do Pentágono para a Transformação da Força. Politicamente, o QDR de 2001 colocou a transformação militar no centro do planejamento de defesa dos Estados Unidos (HERSPRING, 2008: 42).

1.4.2 ONZE DE SETEMBRO DE 2001

A primeira reação de George W. Bush foi ordenar que Colin Powell e o Departamento de Estado lançassem um ultimato ao Talebã, mandando que entregassem Osama bin Laden; do contrário, os EUA atacariam o país. Enquanto o Afeganistão se tornaria uma atração menor do que o Iraque, foi o foco principal da administração Bush nos meses finais de 2001. O presidente Bush queria uma resposta imediata das Forças Armadas dos Estados Unidos – uma resposta que faria os “terroristas” pagarem um preço muito alto por aquilo que haviam feito contra os EUA. Rumsfeld e seus colegas assumiram que Saddam Hussein estava por trás do onze de setembro. O sub-secretário de Defesa para Política, Douglas Feith, dizia que a campanha deveria ser imediatamente conduzida a Bagdá. Já Rumsfeld sugeriu que os Estados Unidos deveriam atacar tanto o Iraque quanto a al-Qaeda no Afeganistão. Powell discordou, dizendo que havia apoio público para atacar a organização de bin Laden, mas não para uma invasão no Iraque. Por incrível que pareça, o vice-presidente Dick Cheney concordava com Powell. Bush também deixou claro que não achava o momento adequado para resolver a questão do Iraque. O presidente havia falado com Richard Alan Clarke, então conselheiro de contra-terrorismo no Conselho de Segurança Nacional dos EUA, que lhe garantia que o onze de setembro foi a obra da al-Qaeda (HERSPRING, 2008: 77). Clarke era conhecido como o “czar” do contra-terrorismo nas administrações de Clinton e Bush (filho).

As preocupações com Saddam Hussein são anteriores a administração de George W. Bush. Para alguns dos futuros oficiais do governo Bush, como Paul Wolfowitz, a falta de ação

dos EUA com relação ao Iraque era moralmente chocante. Depois da Guerra do Golfo, ao longo dos anos 1990, a política dos EUA visava a conter Saddam Hussein. Zonas de exclusão aérea foram criadas no sul e no norte do respectivo país, de modo que os aviões iraquianos não poderiam entrar em tais áreas. Em 1995 o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou o programa Petróleo por Comida. Assim, diversos formuladores de políticas públicas acreditavam que Saddam estava contido. Seu Exército estava enfraquecido após a Guerra do Golfo e, mesmo que Saddam permanecesse sendo um déspota, havia pouco que podia fazer para ameaçar os EUA. Entretanto, Paul Wolfowitz, Douglas Feith e outros falcões achavam que ele era uma ameaça para a região e para Israel. Livrando-se de Saddam, os falcões estavam convencidos de que iniciariam um novo capítulo no Oriente Médio. A democracia no Iraque, em tese, teria um efeito dominó. Em janeiro de 1998, Richard Perle, presidente do Comitê Consultivo da Junta de Política de Defesa (órgão ligado ao Pentágono) nos primeiros anos da administração de George W. Bush, e Paul Wolfowitz fizeram uso do *think-tank* neo-conservador *Projeto para um Novo Século Americano* para enviar uma carta aberta ao presidente Clinton pedindo uma campanha terrestre para retirar Saddam Hussein do poder. Sob pressão dos falcões iraquianos, no outono de 1998 o Congresso dos EUA aprovou a Lei de Libertação do Iraque (*Iraq Liberation Act*), que declarava que deveria ser a política dos Estados Unidos procurar remover o regime de Hussein e substituí-lo por uma democracia. Enquanto a administração de George W. Bush tinha outros problemas para lidar, como a China e o escudo anti-mísseis, os falcões iraquianos continuaram na ativa. Eles consideravam o general Colin Powell, que se tornaria secretário de Estado, uma anomalia na nova administração, porque ele não acreditava na “necessidade absoluta” de mudança de regime no Iraque. Os falcões também se ressentiam de Powell por outro motivo. Ele havia escrito a Doutrina Powell, que assumia que, antes dos EUA irem à guerra, um número de ações preliminares deveria ser tomado. Os Estados Unidos e os seus parceiros deveriam usar uma força esmagadora contra o seu inimigo. Isso minimizaria as perdas norte-americanas, forçaria o outro lado a capitular rapidamente e permitiria às forças estadunidenses pacificar o país após terminado o combate. Entretanto, para Donald Rumsfeld, o Iraque representava uma oportunidade para ele provar sua teoria de “transformação militar” por meio do uso do menor número possível de tropas. O general Shinseki, por outro lado, estava mais preocupado com um conflito em potencial no mar Cáspio do que no Iraque. O general *Marine* Tony Zinni, chefe do Comando Central dos EUA, era o mestre em jogos de guerra envolvendo o Iraque. Ele julgava serem necessários cerca de 400.000 soldados para tomar e ocupar o Iraque (HERSPRING, 2008: 68-73).

No dia dez de janeiro de 2001, Bush foi falar com o Estado-Maior Conjunto. O Iraque era o primeiro tópico da lista de assuntos, porque seria a área de maior risco com a qual teria de lidar. Quando o Conselho de Segurança Nacional se reuniu em cinco de fevereiro do mesmo ano, revelou-se que a Casa Branca já havia decidido dar recursos a grupos iraquianos no exílio e apoiar grupos anti-regime dentro do Iraque. Cerca de uma semana depois, enquanto Bush visitava o México, aviões norte-americanos e britânicos, que voavam nas zonas de exclusão aérea no Iraque, acertaram vinte alvos militares de comunicação, incluindo alguns próximos à Bagdá. Estava claro que o Iraque era uma das principais preocupações da administração, ao contrário do terrorismo. Richard Clarke chamava a atenção para a luta contra a al-Qaeda e o Talebã. Paul Wolfowitz, porém, diminuiu qualquer ameaça oriunda da al-Qaeda e continuava a argumentar que o Iraque era o perigo principal. A CIA estava preocupada com a al-Qaeda pelo fato desta ter algo em mente. Em 30 de maio de 2001, George Tenet, então diretor da CIA, e alguns de seus assistentes avisaram a então conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice. Em dez de julho, Tenet recebeu um relatório do chefe da unidade de contra-terrorismo da CIA, Cofer Black, que afirmava que a al-Qaeda logo atacaria os EUA. Rumsfeld não levou os avisos a sério e quis se focar em planos de guerra contra o Iraque e a Coreia do Norte (HERSPRING, 2008: 73-75).

1.4.3 O ASSALTO NO AFGANISTÃO

Em função do Pentágono não ter um plano viável para mover tropas de solo para o Afeganistão, a Agência Central de Inteligência assumiu o papel de liderança na configuração de um plano de guerra no encontro de doze de setembro de 2001 – no que George Tenet chamou de o “Gabinete de Guerra” (HERSPRING, 2008: 78). O plano de ação da CIA apontava para o uso de uma equipe paramilitar da própria agência e aviões não-tripulados *Predador* dentro do Afeganistão, para trabalhar com as forças de oposição ao Talebã, especialmente a Aliança do Norte, e preparar o terreno para a inserção das Forças Especiais do Exército norte-americano. A CIA vinha operando no Afeganistão há um bom tempo – ao menos desde que os soviéticos estiveram lá nos anos 1980. A CIA conhecia as tribos, os grupos étnicos, os líderes, a cultura e, em algum nível, os idiomas, e também quem iria e quem não iria cooperar com os EUA.

Como Tommy Franks apontou, o CENTCOM não tinha desenvolvido um plano para operações convencionais de solo no Afeganistão. Também não tinha as costuras diplomáticas para a instalação de bases, vôos e acessos necessários aos vizinhos do Afeganistão. Assim, o

CENTCOM começou a trabalhar contra o relógio, enquanto movimentava navios, aviões e tropas para ficar em posição para atacar a al-Qaeda e remover o regime Talebã. Entre as opções oferecidas pelo CENTCOM, a escolhida por Rumsfeld foi aquela que favorecia mísseis de cruzeiro, bombardeiros e Forças Especiais. Em um encontro em Camp David em 15 de setembro de 2001, enquanto o foco principal era o Afeganistão, Paul Wolfowitz tentou introduzir novamente o Iraque na equação. Ele argumentava que seria mais fácil invadir o Iraque. Todos os presentes votaram contra atacar o Iraque (Rumsfeld se absteve). O general Shelton, em conversa reservada com Bush, disse que atacar o Iraque romperia a balança de poder no Oriente Médio, além de que não havia informações ligando Saddam Hussein ao onze de setembro (HERSPRING, 2008: 78).

O fato da CIA, e não o Departamento de Defesa, ter assumido o controle da resposta norte-americana foi algo que irritou Donald Rumsfeld. No processo de decisão sobre um plano militar, Rumsfeld e Franks concordavam que a força de solo estadunidense deveria ser pequena – ambos queriam evitar a repetição da experiência soviética, que envolveu grandes números de tropas em situação perigosa em um Afeganistão hostil. Aliás, seria novidade lutar uma guerra usando uma força nativa local: a Aliança do Norte, reforçada apenas com Forças de Operações Especiais, equipes da Agência Central de Inteligência e apoio de fogo aéreo (HERSPRING, 2008: 79-82).

A ação militar começou no dia sete de outubro de 2001. No final de setembro, equipes encobertas da CIA haviam sido inseridas no Afeganistão. Essas equipes da inteligência, com as Forças Especiais e aliados locais juntariam suas forças para derrotar o Talebã. As equipes norte-americanas se juntaram à Aliança do Norte em 20 de outubro e mais ou menos em cinco de novembro eles estavam atacando Mazar-e-Sharif, a cidade mais importante do norte afegão. Todavia, ninguém tinha decidido que tipo de governo seria colocado depois da derrota do Talebã. Segundo o jornalista Bob Woodward, Bush era contra o uso dos militares estadunidenses para missões de construção de nações. Uma vez que o trabalho estivesse realizado, as forças dos Estados Unidos não seriam mantenedoras da paz. Ao contrário, seria a CIA e as suas malas de dinheiro que organizariam o país novamente (WOODWARD apud HERSPRING, 2008: 85).

Um dos aspectos mais confusos da guerra era saber quem estava no comando. Em um encontro com o presidente Bush e o general Franks em 15 de setembro de 2001, Rumsfeld trouxe esta questão. Ele sugeriu que o comando operacional da CIA fosse dado ao Pentágono. Em 19 de outubro de 2001, cinco semanas após os eventos de onze de setembro, as Forças

Especiais chegaram ao solo afegão. Agora, em vez de apenas bombardear o regime Talebã, o Departamento de Defesa poderia fazer uma contribuição importante no solo. A CIA estaria sob as ordens do CENTCOM. Porém, as equipes da agência de inteligência sabiam muito mais sobre as particularidades do Afeganistão do que os militares. George Tenet recebeu um relatório de Rumsfeld em 25 de outubro de 2001; escrito pela Agência de Inteligência de Defesa (*Defense Intelligence Agency* – DIA, a agência de inteligência militar do Pentágono), mostrava como o Departamento de Defesa estava mal informado sobre o Afeganistão.

No meio de novembro, Mazar-e-Sharif caiu e, pouco tempo depois, Cabul. O Talebã e a al-Qaeda estavam na defensiva. Kandahar caiu no dia sete de dezembro. A Aliança do Norte, seus aliados *pashtuns* e os EUA agora controlavam o país. No final, apenas 110 agentes da CIA e 316 soldados das Forças Especiais derrubaram o regime Talebã. Osama bin Laden, membros da al-Qaeda e alguns talebã recuaram para as montanhas no leste, próximo à fronteira com o Paquistão. A região (Tora Bora) não era apenas acidentada e alta, mas também estava em uma área aonde os governos centrais (do Afeganistão e Paquistão) tinham apenas controle limitado. Isso incluía um amplo complexo de cavernas construído pelos *mujahideens* nos anos 1980. As cavernas estavam equipadas com comida, água, armas, eletricidade e um sistema de ventilação. Os afegãos se esconderam lá durante a guerra contra o Exército soviético. Muitas das cavernas iam até o Paquistão (HERSPRING, 2008: 85).

Tommy Franks decidiu então enviar unidades das Forças Especiais que levavam equipamento especial de comunicação que permitia que chamassem o poder aéreo quando necessário. Eram apoiados por milícias tribais afegãs. Alguns analistas acreditam que, se Washington tivesse enviado um número maior de tropas, Osama bin Laden e seus seguidores poderiam ter sido capturados ou mortos. A decisão parece ter sido de Franks. O plano era forçar a al-Qaeda e o Talebã do alto das montanhas para dentro das cavernas e, então, bombardeá-las. As Forças Especiais e seus aliados chegaram ao alto das montanhas e forçaram a al-Qaeda para dentro das cavernas, que foram bombardeadas com bombas poderosas de penetração. Todavia, aparentemente Osama bin Laden fugiu para o Paquistão.

1.4.4 NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO

Falando em Citadel em onze de dezembro de 2001, o presidente Bush argumentou que a guerra no Afeganistão provou a validade do novo método da administração para a guerra. “Estamos lutando contra inimigos invisíveis e entrincheirados, inimigos usando a ferramenta do terror e da guerra de guerrilha – ainda que estamos procurando novas táticas e novas armas

para atacá-los e derrotá-los. Essa revolução nas nossas Forças Armadas está apenas começando e promete mudar a face da batalha” (BUSH apud HERSPRING, 2008: 86).

Donald Rumsfeld apoiava fortemente as Forças de Operações Especiais. Ele gostou da performance delas no Afeganistão e gostava do modo de luta não-tradicional e não-convencional das mesmas. Ele também as favoreceu porque estava frustrado com as agências de inteligência – especialmente a CIA – pois achava que elas não conseguiam fazer seu trabalho. Rumsfeld acreditava que os militares deveriam assumir uma função mais ampla no chamado “mundo negro” das operações encobertas. Conseqüentemente, a comunidade de Operações Especiais foi expandida e recebeu maior autoridade.

Por exemplo, Rumsfeld aprovou dar ao Comando de Operações Especiais (SOCOM) maior autoridade para planejar e lutar a “guerra global ao terror”. Ademais, o Pentágono daria ao comando em questão cerca de US\$ sete bilhões para comprar equipamento e aviões, e acomodar mais 4.000 indivíduos. Burocraticamente, isso significava que o SOCOM teria maior independência no planejamento e condução de operações. Tradicionalmente o pessoal do SOCOM era enviado quando solicitado pelos comandos combatentes regionais. Agora o Comando de Operações Especiais tinha a permissão para agir independentemente. Assim, se as fontes de inteligência encontrassem terroristas no Iêmen ou na Somália, o SOCOM não teria que ter a permissão oficial do CENTCOM. Poderia conduzir independentemente uma operação para neutralizar a ameaça. Havia apenas uma exceção – uma guerra regional. Neste caso, as forças do SOCOM estariam subordinadas ao comando combatente.

As forças regionais e as do Comando de Operações Especiais continuariam a trabalhar conjuntamente independentemente da situação. Por exemplo, cada um dos comandos tinha suas próprias Forças de Operações Especiais, que trabalhavam junto do SOCOM em operações conjuntas encobertas específicas. Aí Rumsfeld anunciou que dava o poder às forças encobertas para matar e capturar operadores da al-Qaeda e outros “terroristas”. O secretário levava muito a sério a crescente importância das Forças de Operações Especiais. Rumsfeld queria provar que a guerra não era mais linear e de grande escala, isto é, conduzida por forças convencionais como tanques e veículos blindados. As unidades deveriam ser menores, com pessoal altamente treinado, capaz de sobreviver e lutar em situações difíceis mundo afora (HERSPRING, 2008: 57-58).

1.4.5 A PROEMINÊNCIA DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Após a rápida derrubada do regime do Talebã no Afeganistão, e com o advento da “guerra ao terror”, as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos começaram a se destacar de uma maneira ímpar e nunca antes vista na história militar dos EUA. Diversos eventos dão base a tal constatação, sendo que alguns deles serão elencados nos parágrafos a seguir, por ordem cronológica crescente:

(1) Logo depois do onze de setembro, o governo George W. Bush lançou a Operação Liberdade Duradoura, a qual, entre seus objetivos, visava a retirar o regime Talebã do poder no Afeganistão, bem como instalar bases avançadas que serviriam de ponta de lança para a caçada a membros da al-Qaeda. A ação militar no Afeganistão tinha por base o poder aéreo e as Forças de Operações Especiais. Estas, além de localizarem alvos para os bombardeiros, também se juntaram à Aliança do Norte para, juntas, derrubarem o Talebã. Tal operação foi aparentemente um sucesso e logo já se falava em uma mudança do modo de guerra americano (KOZARYN, 2001), o qual, a partir de então, teria as Forças de Operações Especiais como seu elemento central.

(2) Baseando-se nos argumentos de que Saddam Hussein desenvolvia armas de destruição em massa e também da ligação direta do presidente iraquiano com a rede al-Qaeda, em 19 de março de 2003 os Estados Unidos iniciaram as ofensivas militares da Operação Liberdade Iraquiana, e assim começava a Guerra no Iraque. Às Forças de Operações Especiais se designou a responsabilidade primária por uma ampla área na porção ocidental do deserto iraquiano, onde as mesmas negaram acesso à áreas que seriam utilizadas para o lançamento de mísseis, conduziram as buscas pelas armas de destruição em massa e se tornaram o comando “apoiado”, em vez de “apoiador”, na ação conjunta com as forças convencionais de solo. As Forças de Operações Especiais igualmente se destacaram na linha verde ao norte do Iraque, assim como nas cidades de Kirkuk e Mossul e também na frente sul iraquiana (BIDDLE, 2004: 4).

(3) Em primeiro de agosto de 2003, o já aposentado general Peter J. Schoomaker, veterano das Forças Especiais, foi nomeado por Donald Rumsfeld o chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos. De julho de 1994 a agosto de 1996, Schoomaker comandou o Comando Conjunto de Operações Especiais dos EUA e, de novembro de 1997 a novembro de 2000, foi o chefe do Comando de Operações Especiais. Este episódio foi avaliado por analistas como mais uma demonstração da determinação de Rumsfeld para reformar as Forças

Armadas dos Estados Unidos, de modo que ficassem menores, mais leves e mais ágeis (KAPLAN, 2003).

(4) A edição de 2004 do Plano de Comando Unificado, arranjo americano que divide o mundo em comandos militares combatentes, implementou o que pode ser interpretado como uma ampla mudança no “centro de gravidade militar”: definiu o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos da América como o responsável pela condução, planejamento, sincronização e execução das operações globais contra as redes “terroristas”. Se antes estava na condição de “apoiador” dos demais comandos combatentes regionais dos EUA, a partir de então o Comando de Operações Especiais passou a ser “apoiado” pelos demais (SHANKER; SHANE, 2006). O plano em questão é classificado, de forma que a informação aqui elencada foi coletada a partir de relato publicado na imprensa.

(5) Em novembro de 2005 o secretário Rumsfeld anunciou a criação de um Comando de Operações Especiais dos Fuzileiros Navais dos EUA. Intitulado MARSOC na sigla em inglês, foi oficialmente ativado em 24 de fevereiro de 2006, tendo cerca de 2.500 *Marines*, os quais teriam como missão a execução de ações diretas, reconhecimento especial, contra-terrorismo, operações de informação, condução de guerra irregular, entre outros. A título de ilustração é curioso lembrar que cada braço das Forças Armadas americanas tem o seu próprio comando do tipo, sendo que todos eles são subordinados ao Comando de Operações Especiais dos EUA, o órgão principal. Os Fuzileiros Navais tinham uma histórica resistência para se juntarem à comunidade de Operações Especiais nos EUA. Todavia, isto mudou no contexto da “guerra ao terror” (GRAHAM, 2005: A14).

(6) A versão de 2006 da Revisão Quadrienal de Defesa, principal documento público que descreve a doutrina militar dos Estados Unidos, apontou para uma mudança na concepção estratégica dos EUA: se antes eram enfatizadas guerras convencionais contra Estados-nação, agora dois dos novos objetivos são derrotar redes “terroristas” e conter armas de destruição em massa. Como as Forças de Operações Especiais, entre as Forças Armadas em geral, são as mais habilmente treinadas para operações de contra-terrorismo, assim como localização, resgate e proteção de armas de destruição em massa, serão fundamentais na consecução dos objetivos mencionados acima (TYSON, 2006a).

(7) Em abril de 2006, o governo dos Estados Unidos lançou o que se pode chamar de “planos operacionais” para colocar em prática algo mais amplo, o Plano Estratégico Militar para a Guerra ao Terror. Tais planos operacionais são documentos classificados, mas as

informações disponíveis na imprensa revelaram um papel expandido para os serviços armados, particularmente para as Forças de Operações Especiais. Estas poderão combater o “terrorismo” além de zonas de guerra declarada – como o Afeganistão e o Iraque. O Plano Estratégico Militar começou a ser desenvolvido em 2003 pelo Comando de Operações Especiais (SOCOM) e demonstra um envolvimento maior do Pentágono em áreas tradicionalmente ocupadas pela CIA e pelo Departamento de Estado. A partir de tais planos operacionais, o SOCOM poderia enviar equipes de Forças Especiais para embaixadas dos EUA no Oriente Médio, Ásia, África e América Latina, lugares nos quais as Forças Especiais trabalhariam com planejamento operacional e coleta de informações, ampliando as capacidades dos Estados Unidos de combater o “terror” em países nos quais Washington não está em guerra (TYSON, 2006b).

(8) Já sob a administração do sucessor de Donald Rumsfeld, Robert Gates (que tomou posse no Pentágono no final de 2006), o general David Petraeus, especialista em contra-insurgência e comandante da 101a. Divisão Aerotransportada na invasão americana do Iraque, assumiu, em fevereiro de 2007, o comando da Força Multi-Nacional no Iraque e, depois, a chefia do Comando Central (que comanda tanto a guerra no Afeganistão quanto a no Iraque). Alguns analistas (TYSON, 2008) entenderam a promoção como indicação do modo como viriam a ser conduzidas as batalhas dos EUA, isto é, a partir de uma percepção pouco comum no Departamento de Defesa: a da contra-insurgência.

(9) Um conselho liderado por Petraeus selecionou coronéis para indicá-los à promoção ao posto de general-de-brigada. Entre os selecionados, está o coronel Ken Tovo, membro das Forças Especiais e veterano da Guerra no Iraque. Já entre os membros do conselho, estava o tenente-general Stanley A. McChrystal, que chefiou o Comando Conjunto de Operações Especiais. É possível que esta mudança institucional revele algum tipo de percepção sobre os conflitos que os Estados Unidos lutam ou terão de lutar (TYSON, 2008).

(10) De acordo com Max Boot, a indicação do general Norton A. Schwartz para a chefia do Estado-Maior da Força Aérea dos Estados Unidos em junho de 2008 foi uma mudança histórica. O posto geralmente foi ocupado por pilotos de bombardeiros e, depois, por pilotos de caça. Schwartz é um piloto de aviões cargueiros. Além de comandante do Comando de Transportes do Pentágono, Schwartz foi sub-comandante do Comando de Operações Especiais. Com esta experiência, uma mudança cultural poderia estar a caminho na Força Aérea dos EUA (BOOT, 2008).

(11) O secretário de Defesa Robert Gates afirmou que “o envolvimento das forças convencionais dos Estados Unidos em conflitos será em menor escala, já que as Forças de Operações Especiais serão o componente principal” (BARNES, 2008). Sob Robert Gates, o Pentágono lançou, em meados de 2008, a nova Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos, cujo enfoque é mais em guerra irregular contra grupos como a al-Qaeda do que em guerra convencional contra Estados-nação (WHITE, 2008: A01). Como as Forças de Operações Especiais são consideradas os “irregulares dentro dos regulares” (ver apêndice desta dissertação) é possível que venham a se destacar ainda mais a partir da estratégia em questão. Gates defendeu a sua visão de conflitos não-convencionais da atualidade e do futuro em artigo que escreveu para o periódico *Foreign Affairs* (GATES, 2009).

(12) Em suma, não deixa de ser algo notável o aumento no orçamento do Comando de Operações Especiais dos EUA: de US\$ 2,3 bilhões em 2001, foi ampliado para cerca de US\$ 7,3 bilhões em 2007 (KOEHL, 2008).

1.5 CONCLUSÃO

Para Robert D. Kaplan, a essência da chamada “transformação militar” não seriam novas táticas ou novos sistemas de armas, mas sim reorganização burocrática. De fato, tal reorganização teria sido alcançada nas semanas seguintes ao onze de setembro pelo 5o. Grupo das Forças Especiais, cujas equipes A, auxiliadas pela CIA e pela Força Aérea, conquistaram o Afeganistão sozinhas. A relação entre o 5o. Grupo e os altos escalões do Pentágono, em tais semanas de 2001, evidenciou a burocracia hierárquica plana que caracterizava a al-Qaeda e as mais inovativas corporações globais. Era um arranjo com o qual as melhores escolas de negócios ficariam impressionadas. Os capitães e sargentos das equipes A do 5o. Grupo não se comunicavam com os altos escalões através de uma cadeia de comando vertical. Eles até não chegaram a receber instruções específicas. A eles foi falado apenas que se juntassem à Aliança do Norte e auxiliassem a derrotar o Talebã. O resultado foi o fortalecimento dos primeiros sargentos para chamarem por ataques de bombardeiros B-52. O 5o. Grupo das Forças Especiais não era mais uma pequena parte de uma burocracia de defesa massiva. Tornou-se um interessante *spin-off*¹⁰, comissionado para fazer um trabalho específico de seu próprio jeito (KAPLAN, 2006: 225-226).

¹⁰ Trata-se de um termo da língua inglesa utilizado para a referência a uma empresa que se originou a partir de algum centro de pesquisa. O objetivo de tal novo empreendimento é explorar alguma nova tecnologia.

Logo que o 5o. Grupo ajudou a Aliança do Norte a tomar Cabul, a ocupação americana do Afeganistão foi consolidada pela 10a. Divisão de Montanha e por outros braços convencionais das Forças Armadas. Em 2002, uma Força Tarefa Conjunta Combinada (CJTF-180) foi estabelecida, com uma Força Tarefa de Operações Especiais Conjuntas (C-JSOTF) dentro dela. O aeroporto de Bagram¹¹, localizado a sudeste de Charikar, capital da província de Parwan, no norte do Afeganistão, tornou-se a base de milhares de tropas. Os dias da inovativa hierarquia plana estavam encerrados. Voltava-se à uma hierarquia “dinossáurica”, vertical, de uma época industrial, o maior impedimento para os Estados Unidos conduzirem uma contra-insurgência global bem-sucedida. Com toda sua tecnologia e boa-vontade para enviar seus soldados pelo mundo afora, o império estadunidense se mostrava incompetente com idiomas, especialmente em situações e lugares onde isso contava mais. Tratava-se de uma outra dimensão que fora negligenciada pela “transformação militar” de Rumsfeld, algo que não tinha nada a ver com os mais avançados sistemas de armas. As forças americanas no Afeganistão não precisavam de aviões caça F-22, mas sim de mais aviões de ataque ao solo A-10 e aviões de apoio aéreo AC-130 (KAPLAN, 2006: 227, 235, 243).

¹¹ A Base Aérea de Bagram teve um papel chave na invasão soviética do Afeganistão em 1979, servindo de base de operações para tropas e suprimentos. O documentário *Um Taxi para a Escuridão* (*Taxi to the Dark Side*, EUA, 2007, direção de Alex Gibney), além de falar das práticas de interrogatório adotadas pela CIA no governo Bush (filho) em Guantánamo (Cuba) e em Abu Ghraib (Iraque), também revela um pouco do que se passava no interior de Bagram.

CAPÍTULO II

O NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO

SUMÁRIO: 2. Introdução; 2.1 O Modo de Guerra Americano Tradicional; 2.2 O Novo Modo de Guerra Americano; 2.3 Primeira Guerra de Comandos e o Soldado Perfeito; 2.4 Desconstruindo o Sucesso Afegão; 2.4.1 Nada de Muito Novo no *Front*; 2.4.2 Quando os Objetivos Não Coincidem; 2.5 Respostas à Desconstrução; 2.6 O Legado de Donald Rumsfeld; 2.7 Conclusão.

RESUMO: Este capítulo versará sobre o que foi chamado de o “novo” modo de guerra americano, isto é, o estilo de guerra que foi utilizado pelos EUA em seu ataque ao Afeganistão logo após os atentados de onze de setembro de 2001. Tal “novo” modo de guerra também é chamado de modelo afegão. Segundo a administração de George W. Bush, tratava-se de um resultado da “transformação militar” que o governo vinha promovendo. O “novo” modo de guerra americano, ou modelo afegão, caracteriza-se basicamente pelo uso de Forças de Operações Especiais, pelo poder aéreo e pelos aliados locais (a Aliança do Norte). Todavia, um “novo” modo de guerra pressupõe a existência de um modo de guerra anterior. Desta forma, este capítulo dois começará tratando do tradicional modo de guerra americano. Em seguida, concentrar-se-á no “novo” modo de guerra americano, também chamado por James Dunnigan de “primeira guerra de comandos”. Posteriormente, será a vez de se desconstruir o suposto “novo” modo de guerra. Seria algo verdadeiramente novo? Para Stephen Biddle, não necessariamente. Depois, será apontada uma resposta à tal crítica, isto é, um reforço à argumentação de que realmente se tratou de um “novo” modo de guerra americano. Após isto, tratar-se-á brevemente do legado do então secretário de Defesa Donald Rumsfeld para, enfim, ser delineada a conclusão deste capítulo.



2. INTRODUÇÃO

A campanha de bombardeios no Afeganistão começou na noite de sete de outubro de 2001 e se focou inicialmente em destruir as defesas aéreas limitadas e a infra-estrutura de comunicação do Talebã. Equipes das Forças de Operações Especiais norte-americanas e britânicas conduziram missões de busca no Afeganistão ao menos uma semana antes. Em quinze de outubro daquele ano, equipes designadas a fazer contato com os principais senhores da guerra da Aliança do Norte foram inseridas e iniciaram os preparativos para a ação ofensiva combinada contra o Talebã. Algumas das principais ações de combate ocorreram nas montanhas ao sul de Mazar-e-Sharif (a quarta maior cidade afegã)¹², quando equipes das Forças de Operações Especiais, trabalhando com os generais Abdul Rashid Dostum e Atta Mohammed (ambos da Aliança do Norte) partiram do norte através de Mazar até os vales dos rios Dar-ye Suf e Balkh. A queda de Mazar-e-Sharif derrubou a posição do Talebã no norte

¹² É famosa pela prática de *Buzkashi*, um esporte local da região, no qual os jogadores cavalgam enquanto tentam pegar a carcaça de um animal no chão.

do Afeganistão. A capital Cabul caiu sem nenhuma luta em treze de novembro de 2001 (BIDDLE, 2002: 10). Com a queda de Cabul e Kunduz, as atenções se voltaram à bem defendida Kandahar, no sul. Na noite de seis de dezembro, o Mulá Mohammed Omar e a liderança do Talebã escaparam da cidade e se esconderam, terminando, assim, o governo Talebã no Afeganistão. Em seguida, as forças aliadas seguiram um grupo de sobreviventes da al-Qaeda, entre os quais poderia estar Osama bin Laden, em uma série de redutos nas Montanhas Brancas perto de Tora Bora, um complexo de cavernas situado na província de Nangarhar, no leste do Afeganistão. Os redutos foram tomados em uma batalha de 16 dias que terminou em 17 de dezembro, embora parte da defesa da al-Qaeda tenha escapado através da fronteira com o Paquistão. Em março de 2002, uma segunda concentração da al-Qaeda foi identificada no vale Shah-i-kot, localizado na província de Paktia, e nas montanhas à leste de Gardez, capital da província de Paktia. Na chamada Operação Anaconda, uma ofensiva combinada de dois batalhões da infantaria regular dos EUA, mais especificamente da 101a. Divisão Aerotransportada e da 10a. Divisão de Montanha, apoiadas por aliados afegãos, tropas ocidentais e Forças de Operações Especiais de diversas nações, chegou de surpresa na al-Qaeda, matando muitos, dispersando o restante e trazendo para mais perto, para combate próximo, as operações principais de luta naquele país. A supostamente rápida derrota do Talebã pelos EUA seria resultado de um “novo” modo de guerra americano, decorrente da “transformação militar” que estava sendo promovida pelo governo de George W. Bush.

2.1 O MODO DE GUERRA AMERICANO TRADICIONAL

Russell F. Weigley escreveu sobre os aspectos estruturais da história da política militar norte-americana em seus livros anteriores. Em *O Modo de Guerra Americano*, ou *The American Way of War* (1973), o autor se voltou para a história do pensamento estratégico estadunidense, ou a história da estratégia norte-americana. Foi Weigley quem primeiro delineou o balisamento do que se costuma chamar de modo de guerra americano. Mais recentemente, Colin S. Gray avançou sobre o legado de Weigley e apontou o que entende como as características definidoras do modo de guerra americano. Assim, nesta seção, primeiro pretende-se retomar Weigley para, depois, expor alguns dos pontos levantados por Gray, de modo a se entender o que é o modo de guerra americano.

Durante o período compreendido entre 1941-1945, e ao longo da história dos Estados Unidos da América até este momento, os EUA não tinham uma estratégia nacional para o emprego da força, ou da ameaça da força, para obter fins políticos, com exceção do uso aberto

e direto de força pela nação em tempos de guerra na busca de vitórias militares. O único tipo de estratégia norte-americana empregando as Forças Armadas tendeu a ser o tipo mais direto de estratégia militar, aplicada na guerra. Os EUA não estavam suficiente ou consistentemente envolvidos na política internacional para permitir o desenvolvimento de uma estratégia nacional coerente para a busca consistente de objetivos políticos pela atividade diplomática em combinação com as Forças Armadas (WEIGLEY, 1973: XIX).

Ao longo da Guerra Fria, e especificamente após a Guerra da Coréia (1950-1953), a crença de que os Estados Unidos estavam envolvidos em um conflito prolongado com o comunismo internacional levou a um esforço para o desenvolvimento de uma estratégia nacional para o emprego do poder estadunidense na defesa e na promoção dos interesses e valores políticos do país. A nova estratégia nacional não seria meramente uma estratégia militar, mas um planejamento todo inclusivo para o uso dos recursos totais da nação para defender e promover os interesses nacionais, envolvendo a estratégia militar e o uso de outros recursos de poder (WEIGLEY, 1973: XX).

Mais antigamente, quando a estratégia nos EUA significava principalmente o uso dos combates para alcançar os objetos da guerra, o principal objetivo visado era apenas a vitória militar. Na leitura de Russell Weigley, Carl von Clausewitz apontou que as guerras são de dois tipos: aquelas que visam a derrotar o inimigo (desarmá-lo completamente) e aquelas guerras que visam a apenas alcançar algumas conquistas nas fronteiras do país inimigo (não necessariamente desarmando-o completamente). Nas primeiras guerras dos Estados Unidos, a nação ainda era muito fraca para buscar mais do que o segundo tipo, isto é, uma vitória limitada (WEIGLEY, 1973: XX).

A Guerra de Independência dos EUA, conforme Weigley, não se encaixa em nenhuma das duas categorias clausewitzianas, apesar de que se encaixe melhor na segunda do que na primeira. Tratou-se de um esforço para remover território do Império Britânico – embora o já amplo território ocupado pelos revolucionários norte-americanos – e não para derrotar o inimigo britânico completamente (uma tarefa que estava além dos meios disponíveis para os americanos). Naquele momento, as pretensões americanas eram muito amplas e ambiciosas se medidas com base nos padrões das guerras européias contemporâneas. Visando à completa eliminação do poder britânico da América do Norte – ou, se não de toda a América do Norte (incluindo o Canadá), ao menos das partes mais ricas de todo o continente – os americanos da geração revolucionária ofereceram uma prévia da posterior concepção americana de guerra (WEIGLEY, 1973: XX-XXI).

Conforme o tempo passou e o poder militar americano cresceu, os estadunidenses passaram a lutar, com mais frequência, as guerras do primeiro tipo de Carl von Clausewitz, isto é, para derrotar completamente o inimigo. As campanhas contra os índios, por exemplo, desde cedo estimularam a visão de que o objeto da guerra não era nada mais do que a destruição do inimigo enquanto poder militar (WEIGLEY, 1973: XXI).

Baseando-se em parte na distinção feita por Clausewitz entre dois tipos de guerra, o historiador militar alemão Hans Delbrück (1848-1929) sugeriu a existência de dois tipos de estratégia militar: a estratégia da aniquilação, que busca a derrota completa do poder militar inimigo, e a estratégia do atrito (exaustão ou erosão), que geralmente é empregada por um estrategista cujos meios não são grandes o suficiente para permitir a busca da destruição direta do inimigo e que, portanto, busca uma aproximação indireta. Na história da estratégia norte-americana, a direção tomada pela concepção estadunidense de guerra fez da maioria dos estrategistas norte-americanos estrategistas da aniquilação. No começo, quando os recursos militares americanos eram escassos, os Estados Unidos tinham estrategistas de atrito (George Washington, por exemplo, como será visto logo abaixo). Mas o crescimento do país e a sua adoção de objetivos ilimitados na guerra levou a estratégia da aniquilação a se tornar a característica básica do modo de guerra norte-americano (WEIGLEY, 1973: XXII).

Embora a estratégia de George Washington tenha sido a do atrito, ela revelou algumas características que depois seriam apontadas por Colin S. Gray como definidoras do modo de guerra americano. O modo de guerra de George Washington se caracterizou pela estratégia de atrito, isto é, a erosão da força inimiga através de ataques rápidos (*hit-and-run*, em inglês) nos postos avançados do inimigo. A estratégia dos exércitos americanos na Guerra Revolucionária (1775-1783) tinha que ser uma estratégia baseada na fraqueza, já que o inimigo britânico era muito mais forte. George Washington tinha que acreditar não em uma vitória militar, mas na possibilidade da oposição na Inglaterra forçar o Ministério inglês a abandonar o conflito. Entretanto, isto dependeria de uma guerra prolongada, com riscos à causa revolucionária americana. George Washington acreditava que tinha que correr tais riscos, já que os recursos norte-americanos não permitiriam outra maneira. Porém, Washington começou adotando uma estratégia de defesa. Todavia, esta não funcionou. O programa de Washington tinha que ser menos ambicioso, mas de certa forma positivo. A estratégia se tornou ofensiva: George Washington e os americanos eram muito impacientes – o que, de acordo com Colin Gray, como se verá à frente, viria a ser uma das características do modo de guerra americano: a impaciência. Seria até exagero denominar de estratégia de atrito: é possível que a expressão

estratégia de erosão seja mais precisa. Enfraquecer a determinação dos inimigos britânicos por meio de ações graduais e persistentes contra a periferia de seus exércitos era um objetivo ofensivo. Para agir desta maneira, seriam necessários um ótimo sistema de inteligência e uma movimentação rápida. De modo a atingir os destacamentos e não a força principal do inimigo, George Washington precisaria se utilizar do elemento surpresa. Para se proteger da surpresa alheia e surpreender o inimigo, movimentações suaves, assim como boa inteligência, eram necessários. George Washington freqüentemente iniciava cedo a marcha de seu Exército, enquanto o inimigo ainda dormia. Mais tarde na guerra Washington desenvolveu um interesse especial na criação de formações de infantaria leve, especialmente designadas para marchar e atacar rapidamente, encorajando os comandantes de seu batalhão para chamarem os soldados mais aptos e alertas para as companhias de infantaria leve e juntando estas em um comando de elite separado (WEIGLEY, 1973: 3-16). De certa forma, tais forças mais leves podem lembrar a recente “transformação militar” dos Estados Unidos, que objetiva justamente forças menos pesadas.

Delineada a definição mais clássica sobre o modo de guerra americano, passar-se-á agora a uma leitura mais recente sobre o tema em questão. Colin S. Gray analisa o modo de guerra americano à luz de uma ameaça oriunda de inimigos irregulares, os quais Washington enfrenta atualmente na “guerra ao terror”. Para Gray, os EUA têm uma deficiência estratégica persistente. O analista identifica um modo de guerra americano tradicional, sendo que as características do mesmo não são favoráveis ao combate contra inimigos irregulares. Nos anos 1960, na Guerra do Vietnã, e mais recentemente, com os conflitos no Afeganistão e no Iraque, a cultura militar estadunidense se mostrou resistente a fazer mudanças radicais em seu estilo de guerra para enfrentar os desafios colocados por um inimigo irregular. Se não se faz estratégia – para Colin Gray, os Estados Unidos não fazem – não faz muita diferença a transformação das Forças Armadas. Os Estados Unidos têm uma dificuldade persistente em usar a força de maneiras objetivamente estratégicas. O modo de guerra americano tradicional, consoante Gray, favorece o poder de fogo, a mobilidade e as caçadas agressivas pelo corpo principal do adversário (GRAY, 2006: 5-11). Para Gray, os norte-americanos podem refazer sua estratégia apenas se antes refizerem sua sociedade, e isto é uma tarefa para além da habilidade até dos agentes mais otimistas da chamada transformação militar.

Colin S. Gray identifica treze características básicas do modo de guerra americano (GRAY, 2006: 30-49):

1. Apolítica	8. De Larga-Escala
2. Aestratégica	9. Agressiva, ofensiva
3. Ahistórica	10. Profundamente regular
4. Otimista, solucionadora de problemas	11. Impaciente
5. Culturalmente duvidosa	12. Excelente em termos de logística
6. Tecnologicamente dependente	13. Muito sensível à perdas
7. Focada em poder de fogo	<i>CARACTERÍSTICAS DO MODO DE GUERRA AMERICANO</i>

1. **APOLÍTICA:** Os americanos constantemente consideram a guerra e a paz como condições claramente distintas. Os militares norte-americanos têm uma longa história de conduzir a guerra com o objetivo da vitória, dando pouca atenção às conseqüências do curso de suas operações para o tipo de paz subsequente.
2. **AESTRATÉGICA:** A estratégia é, ou deveria ser, a ponte que liga o poder militar à política. Quando os americanos conduzem a guerra como uma atividade amplamente autônoma, deixando as preocupações sobre a paz e a sua política para depois, a ponte da estratégia é quebrada. A excelência na estratégia não tem sido uma força americana, ao menos desde que George Washington derrotou os britânicos estrategicamente. As duas maiores causas deste problema são, essencialmente, uma longa tradição de superioridade material, a qual oferece poucos incentivos para os cálculos estratégicos, e a tradicional teoria americana das relações civis-militares, que não encoraja o diálogo e os questionamentos entre o formulador de políticas e o soldado.
3. **AHISTÓRICA:** Os Estados Unidos têm uma rica história e experiência com inimigos irregulares. Além disso, esta experiência não foi em seu todo negativa. O problema foi, e até recentemente era, que tal experiência com a guerra irregular nunca foi abraçada e adotada pelo Exército como base para o desenvolvimento de uma doutrina para uma competência central. O Exército norte-americano improvisou e conduziu guerra irregular, algumas vezes apenas guerra regular contra irregulares. Mas esta tarefa sempre foi vista oficialmente como uma diversão enquanto se preparavam para a guerra “real”. A grande atração da comunidade de defesa dos Estados Unidos é com a tecnologia, e não com a história. São praticamente “antihistóricos”.
4. **OTIMISTA, SOLUCIONADORA DE PROBLEMAS:** Trata-se de algo que leva as Forças Armadas dos Estados Unidos a tentar resolver o impossível. As condições são freqüentemente mal-entendidas como problemas. As condições têm que ser melhoradas e geralmente toleradas, mas os problemas, por definição, podem ser resolvidos. No caso dos irregulares, estes não podem ser trazidos em massa para o campo de batalha, já que negam o embate direto.

Dessa forma, não é um problema que o Exército americano possa resolver tática ou operacionalmente. Em vez disso, seguindo a doutrina clássica da contra-insurgência, lida-se melhor com o problema do insurgente o considerando como uma condição que tem que ser tratada indiretamente, por meio do fornecimento de segurança à população. É um processo lento e gradual.

5. CULTURALMENTE DUVIDOSA: De forma atrasada, virou moda criticar a insensibilidade cultural que continua a dificultar a performance estratégica norte-americana. Esta se apoia na mente da ideologia pública estadunidense, com ênfase em sua singularidade política e moral, o destino manifesto, a missão divina, casados com o sentido multidimensional de grandeza nacional. Isto não levou os EUA a serem respeitosos ao comportamento, crenças e hábitos de outras culturas.
6. TECNOLOGICAMENTE DEPENDENTE: O uso de maquinaria é o modo de guerra americano. Alguém pode chegar a dizer que o poder aéreo é quase tal modo de guerra. A dificuldade reside no fato de que as Forças Armadas norte-americanas são culturalmente familiares em favorecer soluções tecnológicas sobre as demais possibilidades.
7. FOCADA EM PODER DE FOGO: Uma devoção ao poder de fogo não pode encorajar as Forças Armadas norte-americanas a usar outras soluções, mesmo quando estas são mais adequadas. Em vez de ser considerado em seu contexto cultural, o inimigo é reduzido à condição desumanizada de um objeto do poder de fogo norte-americano.
8. DE LARGA-ESCALA: Como uma superpotência, os Estados Unidos tendem a ser melhores nas empreitadas conduzidas em uma escala adequada aos seus recursos totais. O professor Samuel Huntington acredita, ou pelo menos acreditava em 1985, que os “Estados Unidos são um país grande, e devemos lutar as guerras de maneira grande”. Mais controverso, ele afirma que “a grandeza, não os cérebros, são a nossa vantagem, e devemos explorar isto” (HUNTINGTON apud GRAY, 2006: 38). Os EUA foram abençoados com riqueza em todas as suas formas. Inevitavelmente, as Forças Armadas, uma vez mobilizadas e equipadas, lutaram uma guerra de ricos. Dificilmente poderia ser feito de outra forma. O Exército americano em guerra é a sociedade americana em guerra.
9. AGRESSIVA E OFENSIVA: Geopolítica, cultura e riqueza material se combinaram para fazer do modo de guerra americano um estilo agressivo e ofensivo. Os EUA têm demonstrado um modo de guerra que visa à vitória militar decisiva. Este modo favorece a mobilidade, o

movimento – mas não necessariamente a manobra hábil – o comando do ar e dos mares e o poder de fogo.

10. PROFUNDAMENTE REGULAR: Poucos exércitos no mundo têm sido igualmente competentes em conduzir guerra regular e irregular. O Exército norte-americano não é exceção. Tanto o Exército quanto os Fuzileiros Navais foram algumas vezes bem-sucedidos em guerra irregular, enquanto alguns indivíduos estadunidenses se mostraram capazes na condução de guerra de guerrilha. Como instituições, entretanto, as Forças Armadas americanas não foram amigáveis tanto à guerra irregular quanto aos que esta combatem. As Forças de Operações Especiais norte-americanas prosperaram episodicamente com apoio político civil (Kennedy e Rumsfeld, por exemplo), mas não até recentemente elas foram tratadas como um elemento importante nas equipes de armas combinadas.
11. IMPACIENTE: Os EUA vêem a guerra como um mal ocasional que tem que ser resolvido tão decisiva e rapidamente quanto possível. As mentes dos militares regulares norte-americanos, assim como as mentes do público doméstico, foram ensinados a esperar que a ação militar produza resultados conclusivos.
12. EXCELENTE LOGISTICAMENTE: A história americana é um testemunho da necessidade de conquistar a distância. Os estadunidenses em guerra têm sido excepcionais em logística. Os Estados Unidos da América freqüentemente têm conduzido a guerra mais logística do que estrategicamente. É bastante material, tanto em quantidade quanto em qualidade, necessário para manter os soldados americanos em campo satisfeitos.
13. MUITO SENSÍVEL À PERDAS: Os EUA esperam baixas perdas pois esta foi sua experiência recente. Tal expectativa foi alimentada pelos eventos, pela evolução de um modo de guerra baseado em alta tecnologia que expõe poucos soldados americanos à perigos mortais e pela baixa qualidade dos inimigos recentes. O enfoque é em máquinas, a exploração do computador em particular. Em geral, tal transformação deve fortalecer a habilidade americana de conduzir seu modo de guerra tradicional.

Russell F. Weigley apontou que a estratégia da aniquilação é a característica básica do modo de guerra norte-americano. Em seguida, Colin S. Gray apontou treze evidências as quais são próprias de tal modo de guerra. Desta forma, agora que já é sabido o que é o modo de guerra americano tradicional, é hora de se ater ao que, na administração de George W. Bush, foi chamado de um “novo” modo de guerra americano.

2.2 O NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO

Em um discurso sobre os esforços de guerra ministrado aos cadetes militares de Citadel, na Carolina do Sul, proferido em onze de dezembro de 2001, o presidente George W. Bush lembrou que fora falar sobre o futuro da segurança dos EUA na mesma Citadel em setembro de 1999, quando era candidato à Presidência da República. Ele afirmara, naquela época, que os Estados Unidos estavam entrando em um período de conseqüências que seriam definidas pela ameaça do “terror”, e que Washington estava diante de um desafio de “transformação militar”. Em 2001, a ameaça que havia sido mencionada por Bush (o “terror”) havia se revelado e o desafio da “transformação”, segundo Bush, tornara-se, após o onze de setembro, uma necessidade militar e moral.

Quatro dias antes do discurso em Citadel, Bush juntara-se aos homens e mulheres do *USS Enterprise* para simbolizar o 60o. aniversário de Pearl Harbor. O sete de dezembro de 1941, segundo Bush, foi um dia decisivo que mudou os EUA para sempre. Em um momento único, o “esplêndido isolamento” da América fora encerrado. Os quatro anos que se seguiram, conforme Bush, transformaram o modo de guerra americano: a idade dos navios de batalha deu vez à capacidade ofensiva dos porta-aviões. O tanque, geralmente usado para proteger a infantaria, passou a servir para atravessar as linhas inimigas. Em Guadalcanal, na Normandia e em Iwo Jima, a guerra anfíbia mostrou o seu valor. E, no fim daquela guerra, ninguém mais duvidaria do valor do poder aéreo estratégico.

Para ganhar a “guerra ao terror”, apontou Bush, deveria-se pensar diferente. O inimigo que apareceu no onze de setembro busca evitar a força dos EUA e constantemente procura as fraquezas do país em questão. Desta forma, a América seria necessária mais uma vez, do mesmo modo como foi na 2a. GM, para mudar a maneira como os militares norte-americanos pensam e lutam. E começando no dia sete de outubro de 2001, o inimigo no Afeganistão teve os primeiros sinais de um novo serviço militar estadunidense – o qual não poderia, e não seria, evitado.

Prevenir o “terror”, consoante Bush, será a responsabilidade dos presidentes no futuro. E tal obrigação estipula três prioridades urgentes e duradouras para os EUA. A primeira prioridade era acelerar a “transformação” dos militares estadunidenses. Quando a Guerra Fria terminou, alguns previram que a era das ameaças diretas aos Estados Unidos estava terminada. Alguns pensaram que os militares americanos seriam usados pelo mundo afora não

para vencer as guerras, mas principalmente para policiar e pacificar, para controlar multidões e conter conflitos étnicos. Para Bush, tais previsões estavam erradas (BUSH, 2001):

Enquanto as ameaças à América mudaram, a necessidade por vitória não. Nós estamos lutando contra inimigos nas sombras e fanáticos – inimigos usando as ferramentas do terror e da guerra de guerrilha – ainda que estejamos encontrando novas táticas e novas armas para atacá-los e derrotá-los. Esta revolução em nossos serviços militares está apenas começando, e ela promete mudar a face da batalha [destacado pelo autor desta dissertação].

Ainda segundo George W. Bush, o Afeganistão teria sido o lugar de provação deste “novo” modelo. Os dois meses que se passaram, de sete de outubro à dezembro de 2001, mostraram que uma doutrina inovadora e armas de alta tecnologia poderiam definir e, em seguida, dominar um conflito não-convencional. Os “bravos” homens e mulheres dos serviços militares americanos estariam “reescrevendo” as regras da guerra com novas tecnologias e antigos valores, como coragem e honra (BUSH, 2001):

Nossos comandantes têm uma imagem em tempo real de todo o campo de batalha, e são capazes de ligar as informações dos alvos oriundas dos sensores aos tiros quase que instantaneamente. Nossos profissionais de inteligência e das forças especiais cooperaram com lutadores afegãos aliados que conheciam o terreno, o Talebã e a cultura local. E nossas forças especiais têm a tecnologia para chamar por ataques aéreos de precisão – junto com a flexibilidade de orientar tais ataques montados à cavalo, na primeira marcha de cavalaria do século XXI [destacado pelo autor desta dissertação].

Tal combinação – inteligência em tempo real, forças locais aliadas, Forças Especiais e poder aéreo preciso –, conforme George W. Bush, nunca fora usada anteriormente. O conflito no Afeganistão teria ensinado mais sobre o futuro dos serviços armados dos EUA do que uma década de simpósios em *think-tanks*. O *Predador* seria um bom exemplo. O veículo aéreo não-tripulado pode voar sobre as forças inimigas, coletar inteligência, transmiti-la aos comandantes e atacar alvos com extrema precisão. Antes do Afeganistão, segundo Bush, o *Predador* tinha céticos, porque ele não se encaixava nas chamadas “velhas maneiras”. Após o Afeganistão, estaria claro que os militares não detinham veículos aéreos não-tripulados o suficiente. As bombas de precisão também teriam se destacado. Na Guerra do Golfo, consoante Bush, tais armas foram a exceção – enquanto que, no Afeganistão, foram a maioria do arsenal que os Estados Unidos usaram. Washington estaria acertando os alvos com mais efetividade, de uma distância maior, com menos perdas de civis. Mais e mais, as armas dos EUA poderiam atingir alvos em movimento (BUSH, 2001):

Quando todos os nossos militares puderem continuamente localizar e monitorar alvos em movimento – com observação do ar e do espaço – a guerra será verdadeiramente revolucionada [destacado pelo autor desta dissertação].

De acordo com Max Boot, na visão do modo de guerra norte-americano tradicional, a Guerra Civil, a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial foram vencidas não por habilidades táticas ou estratégicas, mas pelo peso dos números – o “impressionante” poder destrutivo que apenas uma democracia totalmente mobilizada e altamente industrializada poderia produzir. Muitos dos mesmos métodos caracterizaram os conflitos na Coreia e no Vietnã, embora com níveis decrescentes de sucesso. A Primeira Guerra do Golfo teria sido muito mais bem-sucedida, embora ainda tivesse seguido o modelo tradicional intensivo em poder de fogo. Encorajadas por avanços na tecnologia da informação, as Forças Armadas dos EUA adotaram um “novo” estilo de guerra que evitaria os ataques sangrentos de antigamente. Este “novo” método busca uma vitória rápida com o mínimo de perdas dos dois lados. As características são a velocidade, manobra, flexibilidade e surpresa. É bastante dependente de poder de fogo de precisão, Forças Especiais e operações psicológicas. E tenta integrar os poderes naval, aéreo e terrestre como um todo. Este recorte foi empregado no Afeganistão e no Iraque e tem implicações profundas para o futuro do modo de guerra americano (BOOT, 2003).

Este novo modo de guerra americano, segundo Boot, estaria se delineando há muito tempo. Suas raízes estariam nas reformas de defesa dos anos 1980. Nos anos mais recentes o seu grande apoiador foi o secretário Donald Rumsfeld. Para Boot, a “transformação militar” norte-americana foi demonstrada no Afeganistão em 2001. Em vez de se mover em um terreno que expeliu exércitos invasores no passado, os EUA escolheram lutar com Forças de Operações Especiais e bombas do tipo cirúrgico. Esta aplicação habilidosa do poder norte-americano teria permitido que a Aliança do Norte derrubasse o Talebã em apenas dois meses. Boot reconhece que, embora bem-sucedida de um ponto de vista mais geral, a Guerra no Afeganistão também mostrou as limitações de não se usar tropas de solo o bastante. Osama bin Laden e outros “terroristas” fugiram durante a batalha de Tora Bora e, mesmo depois de estabelecido um novo governo em Cabul, senhores da guerra ainda estavam no controle em muitos lugares no interior do Afeganistão (BOOT, 2003).

2.3 PRIMEIRA GUERRA DE COMANDOS E O SOLDADO PERFEITO

O chamado “novo” modo de guerra americano, oriundo das operações no Afeganistão, é considerado por James F. Dunningan como a “primeira guerra de comandos”. Consoante Dunningan, algumas mudanças foram necessárias para o sucesso do “soldado perfeito” (como o autor se refere às Forças de Operações Especiais) na campanha afegã. Entre elas, pode-se destacar a adoção entusiástica da guerra móvel (*mobile warfare*), o que foi influência do sucesso israelense em suas guerras contra os árabes. Através do uso de táticas de movimento rápido, houve menos ocorrências quando as tropas norte-americanas lutaram contra inimigos bem entrincheirados atrás de campos minados e arame farpado. Uma das razões pelas quais o Exército dos Estados Unidos não gostou do Vietnã é porque não foi o tipo de guerra para a qual estava se preparando. No teatro vietnamita, a guerra foi pequena, estática e com batalhas de infantaria, o que acabou por produzir muitas perdas. É difícil conduzir uma guerra relâmpago (*blitzkrieg*) contra guerrilhas. Depois do Vietnã, as Forças Armadas dos EUA se dedicaram ao desenvolvimento de novos métodos de luta mais rápida e com menos perdas. Atualmente, depois de quase meio século, as tropas de Operações Especiais e o restante do Exército estão finalmente “fazendo a paz” e cooperando de maneira mais próxima. Há forças-tarefa com pessoal do Exército regular e das Forças Especiais. O Iraque e o Afeganistão viram um tipo de cooperação próxima entre as Forças de Operações Especiais, as tropas de combate regular e os *Marines*, uma cooperação que não tinha antecedentes. Pode-se afirmar, segundo Dunningan, que as intensas ações das Forças de Operações Especiais entre 2001-2003 as trouxe novamente à uma “idade dourada”. Até agora, e até que a “guerra ao terror” esteja terminada, as Forças Especiais serão muito solicitadas. Estas sabem que têm uma chance para mostrarem o que são capazes de fazer. Elas usarão estes exemplos para educar as lideranças civis e militares sobre o que as tropas especiais são capazes (DUNNIGAN, 2004: XII, XVI-XVII, XIX).

O sucesso do “soldado perfeito” no Afeganistão, como aponta Dunningan, foi resultado de novos desenvolvimentos em muitas áreas. Entre elas, pode-se destacar (DUNNIGAN, 2004: 9-12):

1. A REVOLUÇÃO NO CONTROLE DE GUERRA AÉREA;
2. COMANDOS BEM TREINADOS: as Forças Especiais estavam em uma fase ruim após a Guerra do Vietnã porque diversos generais de alta patente não gostavam da idéia de Comandos. Todavia, alguns gostavam, e a idéia pegou em muitos líderes eleitos – como

John Kennedy e Ronald Reagan. As Forças Especiais sobreviveram à tentativas para eliminá-las. As forças *Seals* foram expandidas, a Força Delta foi criada e o Comando de Operações Especiais e muito apoio especializado da Força Aérea vieram junto. Sem isto não haveria Comandos o suficiente para apoiar as Forças Especiais, nem a aviação especializada necessária para deslocar o pessoal em torno do Afeganistão;

3. TROPAS DE FORÇAS ESPECIAIS EXPERIENTES E TESTADAS NO CAMPO DE BATALHA: depois do Vietnã, as Forças Especiais tinham pouco apoio no Exército. Em outros lugares, entretanto, no Pentágono e em outras partes do governo – particularmente na CIA e no Departamento de Estado – havia apoio às Forças Especiais. No fim dos anos 1970, as Forças Especiais foram reduzidas – de nove mil em 1960 para dois mil. Nos anos 1980, porém, às Forças Especiais foram dados recursos e elas dobraram de tamanho. Enquanto apenas algumas centenas de tropas das Forças Especiais foram necessárias para derrotar o Talebã em duas semanas, um número maior foi necessário em relação àqueles com habilidades lingüísticas para trabalhar no teatro afegão;
4. BOMBAS INTELIGENTES: as bombas inteligentes foram criadas, e usadas pela primeira vez, na Segunda Guerra Mundial. Elas eram boas o suficiente para afundar navios e derrubar pontes, mas não para fornecer o tipo de apoio próximo como aquele dado à Aliança do Norte no Afeganistão. Em 2001, as bombas inteligentes se tornaram precisas e confiáveis o suficiente para assustar o Talebã. É a norma para uma nova arma revolucionária levar meio século para se tornar realmente efetiva;
5. O RECONHECIMENTO MAIS PRECISO: aviões não-tripulados (*Drones*) e aviões com radares (*JSTARS*) fazem de uma situação confusa algo mais claro para se lidar. Ambos os sistemas se beneficiaram de muitas décadas de desenvolvimento e muita tentativa e erro;
6. COMUNICAÇÕES POR SATÉLITE: os satélites de comunicação são diferentes dos de reconhecimento. Os telefones via satélite são essenciais para as Forças Especiais e os Comandos. O Departamento de Defesa comprou o sistema de telefone por satélite *Iridium* no ano 2000. Os satélites de comunicações começaram a aumentar sua importância nos anos 1970 e foram essenciais na fórmula que venceu a guerra no Afeganistão em 2001;
7. DIPLOMATAS E AGENTES DA CIA HABILIDOSOS: da mesma forma que as Forças Especiais e os Comandos, o Departamento de Estado e a CIA também gostam de trabalhar “nas sombras”. Ambos foram jogadores essenciais na “rápida” vitória sobre o Talebã. O Afeganistão não tem costa marítima e é cercado por nações freqüentemente hostis aos

Estados Unidos. Isto faz com que o Talebã pense ser imune a um ataque dos EUA. Mas os diplomatas norte-americanos fizeram acordos para o uso do espaço aéreo e de bases no Paquistão e em outros países ao norte do Afeganistão. A CIA também esteve na área, fazendo contatos silenciosamente e vendo quem era quem. Isto se mostrou crucial quando foi necessário negociar com as tribos de pashtuns no sul afegão;

8. ASSUNTOS CIVIS E AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS: estas duas funções operaram por muito tempo atrás das cortinas, mas os Estados Unidos são uma das poucas nações que mantêm um número substancial de unidades para este tipo de trabalho. Foram cruciais na Guerra do Afeganistão;
9. A “COR ROXA”: a rivalidade entre os serviços armados dos EUA foi atenuada. “Pensar roxo” significa deixar de lado as rivalidades e trabalhar pelo bem comum. Combinando-se as cores dos uniformes dos diversos serviços armados se obtém a cor roxa. No Afeganistão, a Força Aérea compartilhou seus tanques aéreos com a Marinha e esta forneceu um porta-helicópteros para as Forças Especiais. O Exército integrou os controladores da Força Aérea e os *Seals* às operações de solo. Com toda esta cooperação, a vitória não poderia ter sido tão suave ou decisiva.

Desde o início, segundo Dunningan, muitos generais estadunidenses acreditavam que a guerra no Afeganistão poderia ser vencida principalmente com o uso dos “soldados perfeitos” – Forças Especiais e Comandos, ambos trabalhando com os aliados afegãos. A maior parte da campanha afegã, todavia, foi de costuras diplomáticas. A mais importante operação militar foi a de montagem da logística. Chamaram de “Guerra da FedEx”, embora a maior parte dos suprimentos vitais tenha sido transportada por navio. O material era desembarcado no Golfo Pérsico, Paquistão e na ilha de Diego Garcia e, então, transportado por avião até o Afeganistão. O Talebã não esperava pelos “soldados perfeitos” dos Estados Unidos. O que poucas pessoas esperavam era como que alguns dos “soldados perfeitos” chegariam ao solo do Afeganistão e terminariam a guerra em poucas semanas. Para James F. Dunningan, foi um novo tipo de guerra. Alguns dias após o onze de setembro de 2001, equipes das Forças Especiais, da Força Delta e dos *Seals* foram deslocados para o Golfo Pérsico e para o Paquistão. Eles vestiam trajes civis (DUNNIGAN, 2004: 204-211). Eles iriam realizar algumas missões de reconhecimento.

Conforme Dunningan, não havia nenhuma novidade no que as Forças Especiais e os demais Comandos fizeram no Afeganistão. Juntar-se às forças locais e orientar o poder de fogo

norte-americano não era algo novo. As Forças Especiais fazem isto desde o Vietnã. O que fez esta tática trabalhar tão bem são fatores que provavelmente não estarão presentes em outras situações (Dunnigan está na corrente das “idiossincrasias locais”, conforme divisão de Stephen Biddle, a qual será vista mais à fundo na próxima seção): 1) O Afeganistão é uma cultura guerreira; 2) O Talebã não tinha muito apoio entre a população. 3) Embora seja uma cultura guerreira, não são fanáticos quando lutam (há muita deserção). Retomando, em treze de setembro de 2001 diversas pequenas equipes de reconhecimento das Forças Especiais e da Força Delta chegaram ao Paquistão e atravessaram a fronteira até o Afeganistão. Sua missão era coletar informação sobre a situação política e militar dentro do país. O SAS britânico pode ter entrado no Afeganistão antes dos operadores norte-americanos, mas pouco se fala sobre isto. É importante destacar que as Forças Especiais geralmente operam perto dos teatros de operações que estão em andamento e também em áreas nas quais as Forças Armadas possam vir a atuar. Isso dá às Forças Especiais um conhecimento das situações que ninguém mais nas Forças Armadas dos EUA tem (DUNNIGAN, 2004: 212-213).

Em primeiro de outubro de 2001, o porta-aviões Kitty-Hawk deixou sua base no Japão e foi para o Oceano Índico, aonde cruzaria a costa do Paquistão e serviria de base flutuante para as Forças Especiais e os helicópteros dos Comandos. A lista inicial de alvos havia sido compilada a partir de fotos de satélite, interceptações de rádio e de telefones celulares, bem como a partir de análises da mídia. Depois, a lista de alvos foi fornecida por patrulhas de solo feitas pelas Forças Especiais e pelos Comandos. A partir de seis de novembro, a maior parte das comunicações de rádio do Talebã estava sendo feita no idioma árabe, não mais nas línguas locais. Parecia que a al-Qaeda tomara o controle dos rádios. As Forças Especiais se vestiam como os afegãos, de modo que o Talebã não conseguia saber quando os soldados norte-americanos estavam por perto. Lutar contra os russos nos anos 1980 era uma coisa; ao menos era possível vê-los e, assim, matá-los. Mas os estadunidenses, com suas bombas inteligentes e soldados que se vestem como os afegãos eram outra coisa. O Talebã não estava preparado para isto. E esta era a reação que as Forças Especiais esperavam (DUNNIGAN, 2004: 213-217). Mas não foi só de Forças Especiais que se constituiu a estratégia dos EUA.

A Guerra no Afeganistão teve outras duas armas que foram bastante responsáveis pela “vitória” sobre o Talebã. A arma mais visível foi a bomba inteligente, geralmente de uma tonelada, guiada por GPS e lançada pelo avião bombardeiro B-52. A outra arma foi o dinheiro. Quando os agentes da CIA foram para o Afeganistão eles sabiam que, assim como os britânicos notaram um século antes, os afegãos não podem ser comprados, mas podem ser

alugados. Trata-se de um antigo costume afegão: um senhor da guerra se torna um líder dos homens que lutam tendo os recursos para sustentá-los. A distribuição do dinheiro foi feita pelos batalhões de Assuntos Civis do Exército americano (DUNNIGAN, 2004: 223-224).

O veículo aéreo não-tripulado foi uma ferramenta bastante útil para as Forças de Operações Especiais no Afeganistão. Trata-se de um exemplo de como fazer os “soldados perfeitos” um pouco mais “perfeitos” (DUNNIGAN, 2004: 230). Tais pequenos aviões – o *Predador* entrou em serviço em 1995 – dão às Forças de Operações Especiais sua própria força aérea particular. Como a velocidade é fundamental em uma ação de Comandos, estes não têm que necessariamente esperar pela Força Aérea regular.

A intervenção no Afeganistão também viu muito da guerra psicológica. Durante o mês de outubro de 2001, transmissões de rádio-fusão voltadas ao Talebã diziam mensagens como a seguinte (DUNNIGAN, 2004: 235):

Atenção Talebã! Vocês estão condenados. Vocês sabiam disto? No instante em que os terroristas que vocês apoiam tomaram os nossos aviões, vocês se sentenciaram à morte... Nossos helicópteros farão chover a morte em seus campos antes que sejam detectados pelo radar. Nossas bombas são tão precisas que elas podem ser lançadas em suas janelas...

A guerra psicológica bem-sucedida é pouco noticiada, e pouco analisada. Há uma tendência a atribuir o sucesso à outros fatores, como as bombas grandes e/ou inteligentes. Todavia, no Afeganistão, a guerra psicológica teve um efeito bastante importante. O “soldado perfeito” sabe usar as palavras e as idéias tão bem quanto as armas.

E por que a Guerra no Afeganistão teve que ser uma guerra de comandos? Os generais não têm certeza sobre o envio de tropas para campos de batalha distantes. E as razões não são políticas, mas sim logísticas. Após o onze de setembro, o transporte se tornou a questão central nos planejamentos. O Afeganistão não tem costa marítima e está distante de bases aéreas de países amigos. Os EUA só poderiam, inicialmente, deslocar pequenos números de tropas para a área. No período de cerca de um ano, uma força de solo maior poderia ser deslocada para a região. Mas uma resposta rápida era necessária. No fim de setembro, muitos sabiam que teria de ser uma guerra de comandos. Se durante a Guerra Fria os EUA detinham uma rede de bases aéreas próximas a possíveis campos de batalha, a situação no início da “guerra ao terror” era diferente (DUNNIGAN, 2004: 238-240).

Após ser mostrada a visão da administração de George W. Bush e de alguns analistas de certa forma alinhados com ela, como Max Boot e James Dunnigan, agora serão mostrados

dois pontos de vista críticos. Na próxima seção, apontar-se-á as críticas de Stephen Biddle e de Michael O’Hanlon ao modelo afegão.

2.4 DESCONSTRUINDO O SUCESSO AFEGÃO

Stephen Biddle identifica duas visões sobre a Guerra no Afeganistão: a primeira é a dos proponentes do “novo” modo de guerra americano. A segunda, daqueles que acham que o sucesso no Afeganistão é decorrente de particularidades locais. Na primeira percepção estão situados, basicamente, Richard Perle, R. James Woolsey, Stansfield Turner, Michael Vickers, Thomas Donnelly, Daniel Goure, Fareed Zakaria, James Webb, Robert Andrews e George W. Bush. Já na segunda, Donald Rumsfeld e, do ponto de vista do autor desta dissertação, James Dunnigan, entre outros. Biddle propõe uma terceira visão: para ele, a melhor explicação sobre a campanha no Afeganistão é que esta é menos diferente do que muitos pensam: trata-se de uma operação com um teatro aéreo-terrestre ortodoxo no qual o apoio de fogo pesado decidiu uma competição entre duas forças terrestres.

Na próxima sub-seção o argumento de Biddle será explorado. Embora seja menos crítico do que Biddle, Michael O’Hanlon acha que nem sempre os objetivos dos aliados dos Estados Unidos serão os mesmos que os de Washington. Isto poderia prejudicar as ações norte-americanas, como ocorreu em Tora Bora, quando a Aliança do Norte não se empenhou na busca de Osama bin Laden. E isto em parte tiraria validade do modelo afegão. Após serem analisadas as propostas de Biddle, o enfoque será em O’Hanlon.

2.4.1 NADA DE MUITO NOVO NO *FRONT*

Na visão mais entusiasta do modelo afegão, ou do “novo” modo de guerra americano, argumentou-se que uma nova combinação de Forças de Operações Especiais, bombas de precisão e um aliado local (a Aliança do Norte) destruíram o aparato militar do Talebã, derrubaram seu regime e fizeram isto tanto sem expor os norte-americanos aos riscos de grandes perdas quanto sem expandir a presença estadunidense – de modo que pudesse encorajar uma insurgência nacionalista. Neste novo modelo afegão, afirmou-se, pequenas equipes de Comandos de elite no solo forneceram informações sobre os alvos para as bombas de precisão alcançarem um inimigo disperso e escondido. Até os Comandos chegarem ao local, os bombardeios de ampla altitude pouco poderiam fazer contra um país com poucos alvos fixos e grandes. Mas, uma vez que os bombardeiros da coalizão foram guiados por olhos amigos no solo, tornou-se possível para o poder aéreo aniquilar a infantaria e os

blindados do Talebã, os quais paralisaram a Aliança do Norte nos seis anos anteriores de guerra civil, possibilitando que um aliado pouco sofisticado e com baixos números conquistasse todo um país em apenas algumas semanas. Muitos acreditam que tal modelo afegão poderia ser usado em qualquer lugar com efeitos similares. Todavia, há discordâncias. Muitos argumentam que o sucesso do modelo afegão em 2001-2002 foi “idiossincrático”, isto é, um produto de circunstâncias locais únicas que provavelmente não irão se repetir em conflitos futuros (BIDDLE, 2002: 1-4).

Para Biddle, nenhuma das duas visões apontadas acima é inteiramente satisfatória. Uma avaliação mais razoável seria ver a campanha não como decorrência das particularidades locais ou como uma revolução militar, mas sim como um exemplo ortodoxo de um teatro de guerra moderna conjunta. Enquanto a campanha no Afeganistão foi única em algumas coisas e nova em outras, é fácil exagerar que seja distinta. A campanha se centrou em uma luta entre dois exércitos grandes. Embora a atenção pública tendeu a se focar no papel do poder aéreo e das Forças de Operações Especiais que o guiaram, o objetivo do papel desempenhado pelo ocidente foi desequilibrar as escalas de uma guerra terrestre já existente (BIDDLE, 2002: 43).

Todavia, alguns elementos na Guerra do Afeganistão foram razoavelmente novos: o apoio de fogo veio quase que exclusivamente do ar; os ataques aéreos foram dirigidos em sua maioria por Forças de Operações Especiais – cujos métodos, equipamentos e centralidade para os resultados da luta são sem precedentes e; os exércitos de solo não eram do mesmo país que os Comandos e o poderio aéreo. Entretanto, as diferenças foram menos salientes do que as continuidades: a chave para o sucesso no Afeganistão, assim como para uma guerra conjunta tradicional, foi a interação próxima de fogo e manobra, nenhuma das quais poderia ser bem-sucedida sozinha e nenhuma das quais poderia se sair bem sem forças de solo significativamente treinadas e equipadas ao menos no mesmo nível de seus oponentes. No Afeganistão, a Aliança do Norte forneceu tais forças de solo (BIDDLE, 2002: 5-6).

Consoante Stephen Biddle é um erro ver a campanha no Afeganistão como um rompimento radical com as experiências militares anteriores. Como em qualquer outra operação de guerra, trouxe continuidade, assim como mudança – e a continuidade foi crucial tanto para o entendimento dos resultados da campanha como para projetar as suas implicações políticas (BIDDLE, 2002: 49). A visão do Afeganistão como uma continuidade implica em uma perspectiva diferente daquelas do debate a partir do qual Biddle sugeriu sua visão.

Muitos percebem a campanha no Afeganistão como evidência de que as Forças Armadas dos EUA podem ser reestruturadas para enfatizarem engajamentos precisos de longa distância às despesas de capacidades de combate próximas. Se o modelo afegão pode fazer em qualquer lugar o que fez no Afeganistão, faria sentido reestruturar os serviços armados americanos para reduzir dramaticamente as forças de solo que hoje compõem uma ampla porção das Forças Armadas estadunidenses e aumentar a base em bombas de precisão e Forças de Operações Especiais para guiá-las. Conforme Biddle, este argumento tem algum mérito. De fato seria possível, algumas vezes, repetir a performance do novo modelo afegão. Na Coréia, por exemplo, muitos analistas acreditam que os aliados sul-coreanos podem fornecer ao menos as mesmas habilidades das do oponente (assim como a Aliança do Norte fez em relação ao Talebã) e isto sugeriria que uma ampla força de solo norte-americana seria menos necessária para a defesa da península. Entretanto, seria perigoso assumir, de acordo com Biddle, que tais aliados estariam sempre disponíveis. Em um mundo com diversos tipos de organizações militares, os EUA às vezes terão aliados como a Aliança do Norte, e às vezes não. E, quando não os tiverem, o modelo afegão não prevalecerá. Isto sugere que Forças Armadas desbalanceadas baseadas em bombas de precisão seria uma postura de alto risco. Por outro lado, serviços armados balanceados, com a habilidade de integrar o poder de fogo preciso e a manobra diminuem os riscos e oferecem um poder importante em um mundo no qual não dá para saber com quem se vai lutar. Pode-se esperar que os oponentes do futuro lutem da mesma maneira como fez o Talebã no Afeganistão: trata-se da resposta tradicional aos exércitos com alto poder de fogo (como no caso dos EUA). A guerra contra alvos encobertos, escondidos e dispersos será a norma para os braços armados dos Estados Unidos no futuro (BIDDLE, 2002: 50-52).

2.4.2 QUANDO OS OBJETIVOS NÃO COINCIDEM

Segundo Michael E. O’Hanlon, se a estratégia norte-americana no Afeganistão teve muitas virtudes, ela também teve as suas fraquezas. Entre elas, a mais importante foi não ter atingido o objetivo principal da guerra: capturar ou matar Osama bin Laden e outros importantes líderes inimigos. Tais caçadas, segundo O’Hanlon, são inerentemente difíceis, mas as possibilidades de sucesso neste caso afegão foram reduzidas consideravelmente pela dependência dos Estados Unidos nas forças paquistanesas e nas milícias afegãs para evitar a fuga do inimigo e conduzir buscas nas cavernas durante os períodos críticos.

O'Hanlon divide a guerra em quatro fases. A primeira começou em sete de outubro de 2001 e durou cerca de um mês; a segunda ocorreu durante novembro e viu o Talebã perder o controle do país; a terceira fase foi caracterizada pelo bombardeamento intensivo, no mês de dezembro, de posições no complexo montanhoso de Tora Bora, aonde se suspeitava haver posições da al-Qaeda; a quarta fase começou com a inauguração do mandato de Hamid Karzai como primeiro-ministro interino. Na segunda fase, o mais importante foi o crescimento do número de equipes das Forças de Operações Especiais e da CIA trabalhando com a oposição no Afeganistão. No meio de outubro de 2001, apenas três Equipes A das Forças Especiais, cada uma com doze homens, estavam no Afeganistão. No meio de novembro, era dez. Em oito de dezembro, eram 17. Essa mudança significava que os EUA poderiam aumentar seu apoio às forças locais, ajudá-las com as táticas e designar alvos do Talebã e da al-Qaeda para o poder aéreo norte-americano. Os *Marines* também deram apoio logístico às equipes conforme a guerra avançou. A terceira fase principal da guerra começou no início de dezembro, quando a inteligência estadunidense já havia descoberto as posições da al-Qaeda perto de Jalalabad, no leste afegão. As forças da al-Qaeda, incluindo Osama bin Laden, escaparam para Tora Bora. E por que isto aconteceu? Segundo O'Hanlon, pois os EUA dependeram muito do Paquistão e dos aliados afegãos para fecharem as rotas de fuga de Tora Bora. Não está claro se estes aliados tinham os mesmos incentivos que os Estados Unidos para conduzirem a luta com persistência. Ademais, a missão era difícil (O'HANLON, 2002: 50-54).

No todo, para O'Hanlon, a Operação Liberdade Duradoura foi muito bem designada e executada. O uso de equipes da CIA e das Forças de Operações Especiais conjuntamente com o poder aéreo de precisão permitiu um bombardeamento preciso e efetivo das posições do Talebã e da al-Qaeda. O pessoal dos EUA também contribuiu bastante com ajuda tática e logística à Aliança do Norte. Porém, houve erros. Um deles foi levar prisioneiros do Talebã e da al-Qaeda para Guantánamo¹³. A resistência inicial da administração de George W. Bush em garantir as proteções básicas das Convenções de Genebra¹⁴ aos soldados do Talebã e a negação constante de aplicá-las também à al-Qaeda foi algo pouco inteligente. O grande

¹³ A baía de Guantánamo está localizada no sudeste de Cuba. Os Estados Unidos assumiram o controle territorial do lugar com base no Tratado Cubano-Americano, de 1903, que garantiu a Washington a posse perpétua daquela localidade, embora o governo cubano, após a Revolução de 1959, tenha considerado a presença estadunidense por lá ilegal. Em 1898 foi estabelecida a Base Naval da Baía de Guantánamo, para a qual, a partir de 2002, foram levados prisioneiros da “guerra ao terror”.

¹⁴ Tais convenções, constituídas a partir de quatro tratados, estabelecem os padrões do direito internacional para questões humanitárias, principalmente o tratamento de não-combatentes e prisioneiros de guerra.

problema dos Estados Unidos, entretanto, envolveu a busca pelos líderes da al-Qaeda. Se Osama bin Laden, Ayman al-Zawahiri, Abu Zubaydah e outros estiverem vivos, a guerra falhou em alcançar um objetivo principal. Em vez de se basear em forças afegãs e paquistanesas para fazerem o trabalho em Tora Bora no mês de dezembro, Donald Rumsfeld e o general Tommy Franks (chefe do Comando Central) deveriam ter impedido a fuga dos combatentes da al-Qaeda para o Paquistão através do envio de forças norte-americanas para a fronteira. As forças dos EUA também deveriam ter sido usadas na busca de Mulá Omar e dos remanescentes do Talebã, mesmo que a missão fosse menos importante do que aquela contra a al-Qaeda. Os aliados locais dos Estados Unidos não eram aptos para o trabalho em Tora Bora. Do que, então, os EUA precisariam para cumprirem a missão? Para fechar as cerca de 100 a 150 rotas de fuga na fronteira afegã-paquistanesa perto de Tora Bora seriam necessários cerca de 1.000 a 3.000 soldados norte-americanos. E faz alguma diferença Osama bin Laden e os seus seguidores estarem livres? Mesmo com os seus líderes vivos, a al-Qaeda está mais fraca sem o seu santuário no Afeganistão. Perdeu as suas bases de treinamento, locais de encontro seguros, produção de armas, instalações de suprimentos e a proteção do governo local. Mas, como o especialista em terrorismo Paul Pillar tem apontado, a história das organizações violentas com líderes carismáticos, como o Sendero Luminoso no Peru e o Partido do Trabalhadores do Curdistão na Turquia, sugere que elas são mais fortes com os seus líderes do que sem eles¹⁵. A prisão de Abimael de Guzmán em 1992 e de Abdullah Ocalan em 1999 feriu tais organizações, assim como o assassinato, em 1995, de Fathi Shikaki (da *Jihad* Islâmica Palestina) enfraqueceu significativamente o seu grupo. Alguns grupos podem sobreviver à perda de líderes importantes ou, como resultado, tornarem-se mais violentos – como o Hamas após a morte de Yahya Ayyash em 1996. Mas, mesmo assim, eles terão momentos difíceis até desenvolverem novas táticas e conceitos operacionais após a perda (O’HANLON, 2002: 55-58).

Para O’Hanlon, um número importante de inovações apareceu na Operação Liberdade Duradoura. Podem não ser tão revolucionárias como a guerra relâmpago (*blitzkrieg*), a guerra de porta-aviões e as armas nucleares, mas são, de qualquer forma, impressionantes. Diversos desenvolvimentos são particularmente notáveis. Entre eles, pode-se destacar o amplo uso de Forças de Operações Especiais. Ademais, talvez o fato mais histórico seja o uso de aviões não-tripulados pela CIA para lançar bombas em alvos. Sem contar o míssil de cruzeiro, foi a primeira vez na guerra que um avião não-tripulado lançou bombas em combate, sob a forma

¹⁵ Quem sabe seja possível incluir as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC na lista de Pillar, já que, aparentemente, perderam força com a morte recente de líderes como Raul Reyes e Manuel Marulanda.

dos mísseis ar-terra *Hellfire*. E O’Hanlon se questiona: quais as lições mais amplas que emergem deste conflito? Em primeiro lugar, o progresso militar não depende sempre de caros programas de armas. Segundo, as habilidades humanas continuam importantes na guerra, como demonstrado pelas Forças de Operações Especiais e pela CIA. Em terceiro lugar, O’Hanlon acha que a mobilidade e o deslocamento militares precisam continuar a ser melhorados. Além disso, apenas uma pequena fração das Forças Armadas precisa ser equipada com as armas mais sofisticadas e caras. Todavia, caso os “terroristas” permaneçam no Afeganistão e este entre em guerra civil, a vitória não será completa. A administração de George W. Bush precisaria repensar sua política de manutenção da paz. A resistência em contribuir com uma força de estabilização para o Afeganistão foi um erro razoável que os aliados dos EUA talvez não possam resolver por contra própria (O’HANLON, 2002: 59-63).

Embora a desconstrução do modelo Afegão tenha excelentes argumentos, a contrarresposta à ela também é muito bem estruturada. Assim, na próxima seção, serão analisadas as críticas à desconstrução do “novo” modo de guerra americano.

2.5 RESPOSTAS À DESCONSTRUÇÃO

O modelo afegão oferece um método menos custoso e mais efetivo de alcançar os objetivos de segurança dos Estados Unidos. Na defesa que faz deste modelo, Richard B. Andres (*et all.*) argumenta que o pessimismo (de Biddle e de O’Hanlon) que caracterizou as análises do modelo afegão está incorreto. A lição do Afeganistão e do Iraque é que, quando usado corretamente, o modelo afegão oferece aos Estados Unidos vantagem estratégica e de poder pelo mundo afora (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 125-127). Entretanto, é necessário apontar uma ressalva. Tais autores defendem o modelo Afegão. Todavia, os três são da Força Aérea norte-americana. Assim, um modelo de guerra que tenha como uma de suas bases principais o poder aéreo é de grande interesse da Força Aérea dos EUA. Dessa forma, a análise é interessada, o que acaba por enfraquecê-la. Entretanto, é bem escrita e argumentada. Critica a ênfase tática dada por Biddle e O’Hanlon, defendendo a importância estratégica do que os autores chamam de “novo” modo de guerra americano.

Conforme Andres (*et. all*), a operação militar que os Estados Unidos conduziram para derrotar o regime Talebã no Afeganistão em 2001 representa algo novo na guerra. Nunca antes o poder aéreo e as Forças de Operações Especiais tiveram o papel principal em uma guerra. Embora a noção das Forças de Operações Especiais orientando o poder aéreo em apoio aos aliados nativos seja um fato histórico aceito, poucos, mesmo entre as Forças

Especiais, poderiam imaginar um momento em que isto constituiria o esforço central em uma campanha sustentada. Apesar da opinião militar comum sobre a utilidade de uma campanha centrada em Forças de Operações Especiais, o presidente George W. Bush escolheu o plano sugerido pela CIA em vez daquele oferecido pelo Estado-Maior Conjunto. Osama bin Laden argumentara que o envio de tropas para o Afeganistão faria o Talebã usar as mesmas táticas que derrotaram a União Soviética. O saudita via o plano norte-americano de inserir tropas no Afeganistão como algo que levaria à vitória não apenas de seus seguidores no país, mas também em todo o mundo muçulmano. Aparentemente o Exército via a campanha como um meio de preparar o terreno para tropas norte-americanas mais pesadas. Os ataques aéreos em Mazar-e-Sharif, conduzidos pelas Forças de Operações Especiais em apoio à Aliança do Norte, sinalizaram o fim da relação tradicional entre as Forças de Operações Especiais e o poder aéreo, e a emergência do modelo afegão. O poder de fogo de precisão orientado pelas Forças de Operações Especiais transformou radicalmente a campanha estadunidense, aumentando a capacidade do poder aéreo em destruir as forças terrestres do Talebã (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 129-134).

E por que a campanha no Afeganistão foi bem-sucedida? As operações em tal país funcionaram, consoante Andres (*et. all*), por causa de uma combinação de dinâmicas táticas e operacionais inter-relacionadas. Tal resultado inesperado não ocorreu em função de uma tecnologia ou tática em particular. Em vez disto, a sinergia de uma série de novas capacidades transformou a natureza da campanha em algo “revolucionário”. O modelo afegão funcionou por duas razões. A primeira delas ocorreu nos dias iniciais da campanha, quando o bombardeamento do teatro de operações forçou o Talebã a se dispersar em grupos menores que não se movimentavam abertamente. A segunda razão, entretanto, é menos simples e requer um entendimento de como defensores dispersos e entrincheirados tradicionalmente anulam os grandes números de tropas e os fogos de artilharia de massa da força atacante. Resumidamente, em uma operação de armas combinadas, uma defesa bem-sucedida requer comunicação e mobilidade operacionais. Os defensores sobrevivem apenas enquanto eles puderem se comunicar, mover-se e contra-atacar rapidamente. As bombas de precisão são muito mais capazes do que a artilharia em anular as defesas táticas e em destruir tropas dispersas e encobertas, mesmo sem o auxílio da infantaria. No Afeganistão e no Iraque, tais armas freqüentemente fizeram das defesas táticas do inimigo algo sem utilidade. Quando combinadas, estas dinâmicas têm efeitos “revolucionários”. As forças de solo há muito aceitaram a noção de que a defesa é a forma mais forte de batalha (isto já está em Carl von

Clausewitz – ver apêndice desta dissertação). Certamente, a doutrina clássica do Exército orienta os atacantes a usar uma razão de três para um para serem bem-sucedidos contra defensores bem preparados. A Operação Liberdade Duradoura demonstrou que esta regra não é mais válida quando a superioridade aérea e ataques precisos estão disponíveis¹⁶. Mais importante, o ataque repentino à Mazar-e-Sharif abriu uma ponte por terra com o vizinho Usbequistão, possibilitando às forças norte-americanas expandirem sua presença no Afeganistão. Em poucas palavras, a nova tecnologia disponível às Forças de Operações Especiais e ao poder aéreo transformou a natureza da guerra convencional no Afeganistão. Na Operação Liberdade Duradoura, as Forças de Operações Especiais foram centrais, usando forças locais para lançarem ataques diretos ao Exército inimigo. De um ponto de vista mais amplo, a Operação Liberdade Duradoura respondeu ao mais amplo debate teórico militar dos anos 1990, demonstrando a quantidade sem precedentes de sinergia produzida pela nova tecnologia do poder aéreo em conjunto com as forças de solo (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 135-140).

Para Andres (*et. all*), no Afeganistão e no Iraque o novo modelo ajudou os Estados Unidos a superarem obstáculos políticos e geográficos para produzirem vitória em situações nas quais a aplicação dos modelos de força mais desejados não era possível. Em retrospecto, argumentos que diziam que o modelo afegão não era replicável estavam errados. O novo modelo se tornou rapidamente uma ferramenta importante no arsenal militar dos EUA e tem ramificações importantes para os conflitos futuros. Entretanto, assim como qualquer doutrina de guerra, não é aplicável universalmente, assim como também tem as suas limitações. Em uma visão semelhante à de Biddle, O’Hanlon argumenta que o modelo afegão tem seus erros porque as tropas aliadas nem sempre estarão motivadas a conduzir missões de acordo com os planos de campanha norte-americanos. Os interesses dos EUA e de seus aliados nem sempre serão os mesmos, com resultados negativos no campo de batalha. Tanto Stephen Biddle quanto Michael O’Hanlon usam as batalhas de Tora Bora e Anaconda como estudos de caso para demonstrar estes problemas (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 144-145).

Na batalha de Tora Bora, os aliados afegãos de Washington certamente não tinham as habilidades e a motivação para alcançarem os objetivos designados para eles, mas isto demonstrou mais um erro no planejamento americano do que propriamente nas habilidades

¹⁶ Conforme a teoria das Operações Especiais desenvolvida por William McRaven, o ataque fica mais forte do que a defesa com o uso de Operações Especiais, mais especificamente sob a forma de ações de Comandos. Assim, a Operação Liberdade Duradoura também aceitaria a explicação de que o sucesso não foi por causa da força aérea, mas sim em função das Forças de Operações Especiais. Para mais detalhes sobre a teoria das Operações Especiais, veja o Apêndice desta dissertação.

das forças locais. Como Andres (*et. all*) demonstrará, os objetivos designados aos afegãos pelos planejadores dos EUA eram tão difíceis que mesmo um Exército moderno bem treinado, equipado e motivado teria problemas em alcançá-los. O plano militar estadunidense tinha dois elementos básicos: primeiro, o poder aéreo iria castigar os complexos de cavernas de modo a desalojar o inimigo. Segundo, milhares de afegãos iriam explorar os resultados dos bombardeios lutando de caverna em caverna e fornecendo um apoio para evitar que o inimigo fugisse para o Paquistão. Depois de destruir o inimigo, a parte mais importante da missão era capturar os membros da al-Qaeda. O porquê dos planejadores terem pensado que isto seria possível, dado o histórico dos membros da al-Qaeda de lutarem até a morte, continua algo pouco esclarecido. O Talebã e a al-Qaeda fortificaram posições de defesa já favoráveis e estocaram suprimentos e munições. Depois da falha em Tora Bora, a maior parte da crítica se focou na falta de habilidade dos aliados locais. Provavelmente mais importante do que as habilidades, entretanto, era a moral afegã. O entendimento da motivação do aliado local é uma consideração crítica na “guerra por procuração” (*proxy war*). Os aliados afegãos tinham poucos desentendimentos com a al-Qaeda: o inimigo deles era o Talebã. Uma vez que o Talebã caiu, o sentido da guerra, para os aliados dos EUA, mudou. Os afegãos não tinham muito entusiasmo em lutar contra a al-Qaeda na era pós-Talebã. Em Tora Bora, a moral afegã foi construída a partir da diplomacia e do dinheiro norte-americanos, não pela motivação interna. Apesar disto, os afegãos lutaram. Em Tora Bora, altitudes extremas e terreno muito difícil levaram a condições que favoreceram totalmente o inimigo. Como a batalha de Anaconda demonstrou depois, dadas as condições no Afeganistão, a captura de líderes inimigos seria muito difícil mesmo para tropas muito bem treinadas. Aliás, existem poucos exemplos de líderes inimigos sendo capturados durante uma guerra (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 145-149).

A Operação Anaconda envolveu uma das mais longas trocas de tiros que os soldados dos EUA tiveram desde o Vietnã. Assim como em Tora Bora, o terreno favoreceu o inimigo. A Operação Anaconda revelou uma série de fraquezas no modelo afegão; porém, mais do que qualquer outra coisa, demonstrou a eficácia relativa das táticas empregadas ao longo do período inicial da campanha. A habilidade dos aliados é relevante, mas é a habilidade relativa ao plano o que conta mais. As circunstâncias necessárias para o sucesso de novo modelo vão variar dependendo de uma série de fatores. Esperar que uma força não treinada será bem-sucedida usando a doutrina e os planos de batalha tradicionais dos EUA é um erro. Os líderes

precisam planejar soluções adequadas para problemas únicos (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 150-153).

Segunda Andres (*et. all*) o modelo afegão se mostrou capaz de derrotar tanto forças convencionais quanto a guerrilha. Quando as limitações das forças aliadas locais são conhecidas e consideradas no planejamento de operações, o modelo é replicável em diversos tipos de condições e mostrou que funciona mesmo quando aliados locais são menos habilidosos do que seus inimigos ou quando as forças amigas locais têm pouca ou nenhuma motivação política para lutar por objetivos que são dos Estados Unidos. O exame das questões táticas apenas obscurece o verdadeiro valor do modelo afegão. A importância do novo modelo vem de seu valor estratégico (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 153).

Para os Estados Unidos, consoante Andres (*et. all*), o modelo afegão reduz de forma significativa os custos associados à guerra. Tanto no Afeganistão quanto no Iraque, pequenas equipes das Forças Especiais conduziram missões que os planejadores militares acreditavam que envolveriam divisões mais pesadas das tropas norte-americanas, muitos bilhões de dólares e perdas de soldados significativas aos EUA. Embora as missões não tenham tido custo zero ou nenhuma morte, o suposto sucesso veio por um preço relativamente baixo se comparado com o uso das forças e táticas convencionais. É razoavelmente possível que uma campanha de Forças de Operações Especiais em 1998 (ano dos ataques às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia) poderia ter prevenido os ataques de onze de setembro de 2001. Assim, enquanto fazer da guerra algo tão barato tem a possibilidade de levar os Estados Unidos a guerras que em outras situações evitaria, prevenir a guerra por causa de preocupação com perdas não é sempre a melhor escolha. O uso de forças de solo nativas, com Forças Especiais e poder aéreo oferece aos EUA uma oportunidade para usar o poder militar, aumentando a utilidade estratégica da força armada (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 154-155).

As Forças Armadas norte-americanas se mostraram vulneráveis às táticas de guerrilha. Pelo fato do modelo afegão não se basear em grandes contingentes de solo, os Estados Unidos provavelmente serão vistos como parceiro, e não como invasor. O modelo afegão pode fortalecer a diplomacia dos EUA. Enquanto o modo de guerra americano necessita de tropas norte-americanas para ocuparem um solo estrangeiro, as chances de uma insurgência são altas. Se os líderes estrangeiros entenderem esta dinâmica, eles têm poucas razões para recuarem diante das ameaças militares estadunidenses. Todavia, se ameaçado com o modelo afegão, o Irã, por exemplo, teria mais motivos para se preocupar. Como no caso de muitos países

autocráticos, a República Islâmica do Irã tem grupos dissidentes armados (curdos, baluches e várias organizações persas pró-democráticas). Apoiados pelas Forças de Operações Especiais e pelo poder aéreo, estes grupos dariam vantagens em uma guerra, assim como uma forma de evitar a ocupação. Dinâmicas similares poderiam ser aplicadas na Síria, Sudão e em outros países com regimes hostis aos EUA. Pelo fato dos líderes saberem que este tipo de operação é barata aos EUA, ameaças baseadas no modelo afegão terão certamente mais credibilidade (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 155-158).

Os críticos do modelo Afegão se focam nas limitações táticas do mesmo. Andres (*et. all*) argumentou que os benefícios estratégicos da luta por procuração compensam os custos criados pelas limitações táticas dos procuradores. O novo modelo tem ramificações importantes para a política externa dos Estados Unidos. O modelo representa uma ferramenta importante, até revolucionária, no arsenal de política externa dos EUA. O modelo permitiu a Washington substituir toneladas de tropas pelo poder aéreo, Forças de Operações Especiais e aliados locais nas duas últimas guerras (Afeganistão e Iraque). Isto é economia de força em sua forma mais pura. A aplicação inovadora deste sistema nas duas últimas campanhas permitiu à administração de George W. Bush a oportunidade de remover dois regimes autoritários em menos de dois anos, e mandar um sinal poderoso à possíveis adversários. E isto não requer que os EUA ocupem o território que conquistam, de modo que há menos chances de uma guerra de guerrilha. Na diplomacia coercitiva e na guerra, o modelo Afegão deverá ter um lugar de prestígio no arsenal de política externa dos Estados Unidos (ANDRES; WILLS; GRIFFITH JR., 2005/06: 159-160).

2.6 O LEGADO DE DONALD RUMSFELD

O sucesso das Forças de Operações Especiais no Afeganistão levou as mesmas a terem um papel central na chamada “guerra global ao terror”. Entretanto, não é possível produzi-las em massa. Isto está evidenciado nas “verdades duradouras” da expressão de opinião do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos¹⁷. Ademais, um relatório do Escritório de Prestação de Contas do governo norte-americano apontou diversos problemas para serem resolvidos de modo que as Forças de Operações Especiais possam desempenhar o

¹⁷ Confira a expressão de opinião de 2007 do Comando de Operações Especiais dos EUA. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/agency/dod/socom/posture2007.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2008.

papel que foi designado para elas¹⁸. Dessa forma, pergunta-se: as Forças de Operações Especiais norte-americanas vão predominar no futuro? Isto é, as Forças Armadas dos Estados Unidos, com base no suposto sucesso do modelo afegão, serão centradas em Forças de Operações Especiais? O fato de poucas unidades de Forças de Operações Especiais serem boas não significa que mais Forças de Operações Especiais serão muito melhores. Como cidadãos de um país grande e rico, os estadunidenses podem ter dificuldade em apreciar o mérito da idéia de que o pequeno é bonito e mais efetivo para as Forças de Operações Especiais. É importante enfatizar que quando se expande as Forças de Operações Especiais além de um punhado de heróis para o nível de brigadas ou mais, estas forças certamente drenarão pessoal de alta qualidade das forças regulares. As Forças de Operações Especiais, por definição, são pequenas em escala e são dedicadas à execução de tarefas especiais de alto-risco e alto-desenlace com o mínimo compromisso quantitativo de recursos humanos e materiais. Se tais forças são ampliadas em razão da perspectiva de que se um punhado de Forças de Operações Especiais são boas, uma quantidade maior deve ser bem melhor, então às tais forças expandidas serão dadas missões que cabem bem a batalhões e a brigadas convencionais. Pode haver a necessidade de tropas de choque de elite em números maiores, mas tais tropas não são Forças de Operações Especiais (GRAY, 1998: 182-183).

2.7 CONCLUSÃO

Neste segundo capítulo desta dissertação viu-se o que é o chamado modo de guerra americano. Russell F. Weigley aponta que o crescimento dos Estados Unidos e a sua adoção de objetivos ilimitados na guerra levou a estratégia da aniquilação a se tornar a característica básica do modo de guerra americano. Em seguida, Colin Gray apontou as características que definem tal modo de guerra. Considerando a “transformação militar” que George W. Bush estava implementando em sua administração, a intervenção no Afeganistão foi chamada de um “novo” modo de guerra americano, teoricamente resultado das mudanças que o governo em questão estava implementando. Também definida como modelo afegão ou como “primeira guerra de Comandos”, a estratégia se baseou em Forças de Operações Especiais, poder aéreo e aliados locais (Aliança do Norte). Se, para alguns, foi algo “revolucionário”, para outros foi apenas uma continuidade no modo de se fazer a guerra. Embora os entusiastas argumentem tão bem quanto os críticos, a evolução de guerra no Afeganistão deixa algumas dúvidas

¹⁸ Ver Escritório de Prestação de Contas do Governo dos Estados Unidos (*GAO*). Forças de Operações Especiais: Diversos Desafios de Capital Humano Devem Ser Resolvidos Para Alcançar o Papel Expandido. Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.gao.gov/new.items/d06812.pdf>>. Acesso 25 nov. 2008.

quanto à efetividade do modelo afegão. Se foi tão bem-sucedido, como explicar os inúmeros retrocessos que se pôde observar nos últimos anos? Não dá para saber se é o momento certo de se chamar tal estratégia de “novo” modo de guerra americano. Talvez seja muito cedo ainda. Mais adequado seria considerar o modelo afegão como mais uma possibilidade no vasto leque de instrumentos da política externa norte-americana. Visando à ampliar a problematização que em parte foi desenvolvida neste segundo capítulo, com Biddle e O’Hanlon, no próximo (terceiro e último) capítulo tratar-se-á dos desdobramentos do conflito no Afeganistão.

CAPÍTULO III

A EVOLUÇÃO DA GUERRA NO AFGANISTÃO

SUMÁRIO: 3. Introdução; 3.1 Afeganistão: Contextualização Histórica; 3.2 Definindo a Guerra no Afeganistão; 3.2.1 Guerra por Procuração e a Caçada à al-Qaeda (2001-2002); 3.2.2 Esforços Iniciais de Estabilização (2002-2003); 3.2.3 Prevenindo a Guerra Civil (2003-2004); 3.2.4 A Campanha no Sul (2005-2006); 3.3 O Talebã: Uma Análise Organizacional; 3.3.1 História; 3.3.2 Cultura; 3.3.3 Religião; 3.3.4 Etnicidade; 3.3.5 Recursos; 3.3.6 Estratégia; 3.3.7 Estrutura; 3.3.8 O Futuro do Talebã; 3.4 A Ascensão da “Insurgência” no Afeganistão; 3.5 Entendendo a Fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão; 3.5.1 Etnografia, Estruturas Tribais e Insurgência; 3.5.2 A Geopolítica da Fronteira; 3.6 Do Grande Jogo à Grande Barganha; 3.7 Conclusão – Afeganistão: O Cemitério dos Impérios.

RESUMO: Este terceiro e último capítulo desta dissertação tratará dos desdobramentos da Guerra no Afeganistão. Após a introdução, será feita uma contextualização histórica geral do Afeganistão, seguida de uma seção exclusiva que visa à tentar definir o conflito em questão, no qual guerra clássica, resistência por meio de táticas guerrilheiras, insurgência e reconstrução de nação se misturam. Depois, será feita uma análise mais profunda do Talebã enquanto organização, grupo de muçulmanos sunitas da etnia *pashtun* que foi criação do governo paquistanês como resposta à anarquia afegã após a retirada das tropas soviéticas em 1989. Na quarta seção, tratar-se-á da ascensão da “insurgência” no Afeganistão. Depois, vai-se aprofundar na região de fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, algo fundamental para entender o conflito na região. Enfim, na penúltima seção, ver-se-á que o ocidente mudou seu grande jogo naquele local para uma grande barganha. A opção de negociar com o Talebã já está na mesa. A última seção e conclusão recebe um título bastante adequado – Afeganistão: O Cemitério dos Impérios. Parece ser este o destino de quem se arrisca a mexer com um povo que, quando não provocado, constitui-se de pastores pacíficos e fazendeiros de subsistência.



3. INTRODUÇÃO

Apesar da experiência que a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos obteve nos anos 1980 apoiando secretamente a resistência *mujahideen* à invasão soviética no Afeganistão, a atual intervenção estadunidense naquele país demonstra que aparentemente Washington não fez a sua lição de casa. Como foi apontado nos capítulos anteriores, a “transformação militar” norte-americana é demasiadamente focada em tecnologia, em um momento no qual o país precisa aprender a lidar com as culturas além-mar. A evolução da guerra no Afeganistão mostra que, mesmo passados sete anos desde a intervenção em 2001, ainda há muita dificuldade por parte dos formuladores de políticas em Washington em entender o que se passa no Afeganistão. Mesmo que as Forças Especiais sejam especializadas

em culturas locais, muitos dos soldados enviados ao teatro de operações em questão ainda recebem pouco treinamento em idiomas e cultura local. Como será apontado na quinta seção deste capítulo (Entendendo a Fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão), segundo Johnson e Mason os desafios para os interesses de segurança dos Estados Unidos no sul da Ásia não são um problema militar, social, religioso ou tribal, mas sim cultural, algo problemático para um país cujas crenças e paradigma de política externa são a sublimação nacional da cultura em favor da assimilação através da democracia. Na conclusão do primeiro capítulo desta dissertação, lembrou-se de Robert D. Kaplan e uma dimensão que o autor aponta como sendo esquecida na “transformação militar” dos EUA: a lingüística. Dessa forma, a primeira seção deste terceiro capítulo começará retomando Kaplan.

3.1 AFGANISTÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Não importando o que digam os mapas, Robert Kaplan aprendeu a ver o Afeganistão e o Paquistão como uma unidade política singular. Isto não é apenas o resultado do intenso envolvimento paquistanês na guerra *mujahideen* contra a ocupação soviética nos anos 1980 e na ascensão do Talebã na década seguinte, mas uma questão de geografia e de história colonial britânica. Em função da transição gradual das terras baixas do sub-continente indiano para as terras áridas da Ásia Central, a fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão nunca pôde ser precisa. Os pashtuns tribais, que controlam a zona de fronteira no leste e sul afegãos, nunca aceitaram a fronteira arbitrária entre o Afeganistão e a Índia colonial (da qual o Paquistão emergiu mais tarde): uma fronteira desenhada em 1893 pelo enviado britânico *Sir Mortimer Durand*. Além disto, o Paquistão herdou dos britânicos o cinturão de territórios anárquicos que eles chamavam de “agências tribais”, os quais ficam a leste da linha de Durand. Isto teve o efeito de confundir a fronteira de uma terra mais calma no Paquistão e o “caos” do Afeganistão. Em decorrência disto, os governos paquistaneses frequentemente se sentiram cercados – não apenas pela Índia à leste, mas também pelos homens tribais afegãos à oeste. Para lutar com a Índia, na visão paquistanesa, era necessário dominar o Afeganistão (KAPLAN, 2006: 192-193).

O Afeganistão não existiu realmente até meados do século XVIII. Em 1747, Ahmad Khan, líder do contingente de Nadir Shah, o Grande – rei persa e conquistador da Índia Moghul – escapou da Pérsia com quatro mil homens montados em cavalos, após o assassinato de Nadir Shah e o colapso de seu regime. Ahmad Khan e suas tropas escaparam da Pérsia pelo sudeste, a caminho de Kandahar. Esta cidade era provavelmente o único nome grego de

lugar que sobreviveu no Afeganistão. A origem é a versão árabe do nome de Alexandre: *Iskander*. Em 330 a. C. Alexandre, o Grande, conduziu seu Exército através de Kandahar em busca de mais conquistas, seguindo sua vitória sobre as forças persas de Dário em Gaugamela, no norte do Iraque¹⁹. Kandahar está localizada na zona de fronteira entre o território histórico persa e os territórios moghuls à leste, onde os persas e seu líder assassinado, Shah, foram derrotados. Neste mar de sangue e confusão, Ahmad Khan concebeu uma ilha de ordem: um reino afegão nativo que seria sancionado por qualquer um que viesse a governar a Pérsia, em troca das patrulhas de Khan nos novos territórios à leste. Ahmad Khan tinha apenas 24 anos quando se tornou o Rei Ahmad Shah do Afeganistão. Deste momento em diante, ele e os seus homens tribais *abdali* seriam conhecidos como durrani. De Kandahar, Ahmad Shah conquistou Cabul e Herat, de modo que o império durrani se tornou o Afeganistão moderno (KAPLAN, 2006: 193).

Os durrani governaram o Afeganistão até o ano de 1973, quando o primeiro-ministro Mohammed Daoud, em um golpe apoiado pelos soviéticos, derrubou o último monarca durrani, o Rei Zahir Shah. Este não voltaria ao Afeganistão nas próximas três décadas, só depois, sob a condição de um cidadão privado após o desmantelamento do regime do Talebã pelas forças norte-americanas e a eleição de Hamid Karzai para presidente. Este, o líder dos *popolzais*, um sub-grupo tribal dos durrani, era ele mesmo o que Kaplan chama de uma *royalty* afegã. Como o original Ahmad Shah, assim como o Talebã, Karzai veio de Kandahar. Esta sempre foi considerada o Afeganistão puro, não alterada pelas influências persas em Herat ao noroeste ou pelas influências do subcontinente indiano que se proliferaram em Cabul no nordeste. O Talebã ficou tão impressionado pela linhagem *kandahari* de Hamid Karzai que, no começo dos anos 1990, antes de chegarem ao poder, eles pediram o apoio de Karzai e, nos primeiros dias do governo Talebã, o regime ofereceu a Karzai o posto de embaixador na ONU, o qual foi recusado (KAPLAN, 2006: 194).

Embora os Estados Unidos vissem o Talebã como um grupo islâmico radical, estes também eram pashtuns étnicos com grande respeito à hereditariedade tribal. O Talebã vivia sob o credo tribal de *Pashtunwali* – “o modo dos pashtuns” – um código mais severo do que a lei do Alcorão. Foi juntar o *Pashtunwali* com a lei corânica que resultou, segundo Kaplan, em um produto final tão “selvagem”. A morte de cerca de 1,3 milhão de afegãos pelos soviéticos nos anos 1980 despedaçou esta já frágil rede étnica. O resultado foi a anarquia. Esta

¹⁹ As campanhas do rei da Macedônia foram retratadas no filme *Alexandre* (*Alexander*, EUA, 2004, dir. Oliver Stone).

continuou após a saída das tropas soviéticas, controlada pelo ideologicamente severo, mas institucionalmente fraco, governo do Talebã, de certa forma desmantelado pelos Estados Unidos após o onze de setembro de 2001, de modo a negar à al-Qaeda sua principal base de operações (KAPLAN, 2006: 194-195).

3.2 DEFININDO A GUERRA NO AFGANISTÃO

A situação é dificultada pelo fato de que havia, e ainda há, duas coalizões militares internacionais principais operando no Afeganistão. Ao mesmo tempo as duas trabalham com as forças de segurança afegãs e agem contra as forças “insurgentes”. A primeira, a Operação Liberdade Duradoura (*Operation Enduring Freedom – OEF*) é liderada pelos Estados Unidos e faz parte de um esforço regional maior (que inclui também as Filipinas), enquanto a Força Internacional de Assistência de Segurança (*International Security Assistant Force – ISAF*) começou como uma organização européia a partir de um mandato das Nações Unidas, mas mudou para uma missão conduzida pela OTAN, focando-se apenas no Afeganistão. A existência de duas forças viola o princípio básico da unidade de comando. Alguns analistas se referiram à ISAF como uma missão de manutenção da paz, o que implica na OEF ser uma organização para travar a guerra. A realidade da situação, todavia, é que ambas as organizações conduzem funções de estabilização, contra-insurgência e contra-terrorismo, em muitos casos trabalhando juntas. A “insurgência” no Afeganistão se adapta ano após ano e isto leva a mudanças por parte da coalizão internacional e de seus parceiros no governo afegão (MALONEY, 2007: 27-28).

A guerra no Afeganistão pode ser dividida em períodos distintos. Primeiro, houve a remoção do regime Talebã e a busca da al-Qaeda pela OEF. Este período foi de setembro de 2001 até 2002. De 2002 até 2004, os esforços internacionais foram designados para estabilizar o Afeganistão e prevenir, assim, uma repetição da guerra civil de 1993-1996, enquanto, ao mesmo tempo, tentar impedir tentativas de “insurgentes” de interferir com aquele processo. As forças “insurgentes” se reorganizaram, repensaram sua campanha e, em 2005, focaram sua luta no sul do Afeganistão. Em 2006, os “insurgentes” desafiaram severamente o controle do governo afegão sobre as províncias da região sul, com uma campanha mais sofisticada e organizada. Entretanto, não significa que a “insurgência” não tenha existido de 2002 a 2005. Certamente houve uma campanha de fronteira gradual, lutas no sul e no leste e uma crescente campanha de terrorismo urbano ao longo deste período (MALONEY, 2007: 28).

3.2.1 GUERRA POR PROCURAÇÃO E A CAÇADA À AL-QAEDA (2001-2002)

A situação no Afeganistão antes da intervenção em 2001 era de uma guerra civil entre várias combinações de grupos afegãos étnicos, religiosos e tribais combinados com apoio externo significativo às diferentes facções. O movimento Talebã, criado e apoiado pelo Paquistão, controlava a maior parte do país. Dominado pela etnia pashtun, o Talebã tinha apoio da inteligência e dos militares paquistaneses, de uma ampla variedade de “jihadistas” e de mercenários do ex-bloco soviético. Quando a al-Qaeda foi expulsa do Sudão em 1996, ela se realocou no Afeganistão e desenvolveu uma rede de sofisticados campos de treinamento em guerrilha e terrorismo, laboratórios tanto de armas químicas quanto de biológicas²⁰ e locais para doutrinação ideológico-religiosa. A al-Qaeda também tinha suas unidades militares convencionais, suas companhias de engenharia e as suas próprias organizações não-governamentais de auxílio e ajuda, as quais se somavam à infra-estrutura de apoio e ao treinamento (MALONEY, 2007: 28-29).

Um grupo de organizações armadas resistia à dominação do Talebã. Geralmente conhecida como Aliança do Norte pela mídia, mas mais precisamente como *Shura Nazar*, ou Frente Unida Islâmica para a Salvação do Afeganistão, havia um número de líderes das etnias tadjique, usbeque e hazara que não tinham envolvimento com a ortodoxia islâmica radical do pashtun Talebã. A Aliança do Norte recebia apoio material do Irã, da França e da Rússia. Tal organização detinha um número de fortificações ao norte do Afeganistão, assim como o vital Vale Panjshir ao norte da capital Cabul. A sua ação era basicamente convencional na natureza e mesmo estática em muitas frentes aonde o terreno impedia a manobra (MALONEY, 2007: 29).

Havia protótipos de esforços norte-americanos por procuração contra a al-Qaeda nos anos anteriores à intervenção no Afeganistão após os ataques de onze de setembro de 2001. Uma incoerente política anti-al-Qaeda sob a administração de Bill Clinton resultou no envio, no ano 2000 (e depois a retirada), de um pequeno grupo de ligação da CIA com o codinome *Jawbreaker*²¹, para se encontrar no Afeganistão com a Aliança do Norte, a qual, naquela época, era coordenada pelo familiar guerrilheiro anti-soviético Ahmed Shah Massoud. Planos de contingência foram conduzidos para inserir Forças de Operações Especiais para matarem

²⁰ Todavia, um estudo acadêmico concluiu que o interesse da al-Qaeda em usar armas não-convencionais para atingir seus objetivos é menor do que o frequentemente antecipado. Ver Anne STENERSEN. *Al-Qaida's Quest for Weapons of Mass Destruction: The History Behind the Hype*. VDM Verlag Dr. Müller, 2008.

²¹ Para mais detalhes, confira Gary BERNTSEN; Ralph PEZZULLO. *Jawbreaker: The Attack on Bin Laden and Al-Qaeda, A Personal Account by the CIA's Key Field Commander*. New York: Three Rivers Press, 2006.

Osama bin Laden, mas tais planos foram substituídos por um plano que usava o *Predador* para orientar mísseis de cruzeiro lançados a partir de submarinos. Uma variedade de outras operações encobertas objetivando caçar e matar Osama bin Laden foram conduzidas sem sucesso usando a Aliança do Norte como força de procuração ou como cobertura para as atividades encobertas estadunidenses (MALONEY, 2007: 29).

As operações militares no Afeganistão em 2001 e 2002, como foram descritas no capítulo dois desta dissertação, essencialmente forçaram a al-Qaeda a desenvolver seu *modus operandi*: um resultado foi a emergência do que o analista Marc Sageman chama de “bunch of guys”, um modelo de grupos da Al-Qaeda que conduziram os bombardeios em Madri e em Londres em 2004 e em 2005 e planejaram ataques em Toronto em 2006 (MALONEY, 2007: 30).

3.2.2 ESFORÇOS INICIAIS DE ESTABILIZAÇÃO (2002-2003)

O problema sobre o que fazer com o Afeganistão uma vez que o regime do Talebã fosse removido foi algo que preocupou os planejadores muito tempo antes do colapso, mas não havia respostas fáceis. Aparentemente havia duas escolas de pensamento sobrepujantes nos círculos norte-americanos. A primeira sugeria fazer uma aproximação que não envolvesse participação, na qual procuradores pró-americanos dominariam o Afeganistão e garantiriam que a al-Qaeda não voltasse. Neste esquema, o Afeganistão seria deixado às suas próprias contas com apoio limitado norte-americano, uma vez que a Casa Branca tinha dúvidas em assumir um papel de construção de nação. A outra escola de pensamento imaginava que os EUA passariam a responsabilidade às Nações Unidas, as quais conduziriam a reconstrução e o desenvolvimento político com a OEF atuando como um escudo. Este plano, todavia, era bastante vago. A ONU, ademais, recusou o envolvimento com tal exercício, ao menos se houvesse uma força de segurança que não fosse liderada pelos Estados Unidos para protegê-la. Ao mesmo tempo, os procuradores afegãos vitoriosos tinham dúvidas quanto à ONU, a organização que os abandonara no começo dos anos 1990. Porém, chegou-se a um acordo em novembro de 2001. O acordo de Bonn permitiu uma força, que não era da ONU nem dos EUA, a qual seria usada para estabilizar Cabul. Inicialmente liderada pela Grã-Bretanha, a ISAF começou a ser enviada na primavera de 2002. O objetivo da mesma era simbólico e ela agiu como uma ferramenta para permitir a reconstrução do país pela ONU e por ONGs (MALONEY, 2007: 31).

Neste meio tempo, as forças locais se voltaram a uma resistência guerrilheira relativamente desorganizada nas províncias do sul. Houve um problema adicional na consolidação das áreas da onde se havia retirado o Talebã. O conceito de Equipe Regional Conjunta (*Joint Regional Team – JRT*) emergiu dos requerimentos dos círculos de planejamento da OEF. Inicialmente concebidas como pequenas células de coleta de inteligência e de distribuição de ajuda, ligadas a governadores afegãos amigos, a idéia acabou por virar o conceito de Equipe de Reconstrução Provincial (*Provincial Reconstruction Team – PRT*). O conceito de operações de contra-insurgência no sul afegão durante 2003 envolveu o envio de Forças de Operações Especiais para uma rede de bases operacionais avançadas (*forward operating bases*). Unidades de Assuntos Cíveis foram enviadas a áreas fora de controle entre tais bases, para avaliarem a situação. As forças da resistência local – que incluíam o Talebã, a al-Qaeda e a HIG (*Hizb-I Islami Gulbuddin*, grupo veterano da *jihād* contra os soviéticos) – iniciaram uma campanha limitada que atacava a ISAF em Cabul e a OEF em torno de Kandahar. Em 2003, um ataque suicida contra um comboio alemão em Cabul indicou que a al-Qaeda, seus aliados e afiliados, estavam adotando novas táticas, mesmo antes dos EUA entrarem e ocuparem o Iraque, aonde se veria mais evoluções de tais técnicas (MALONEY, 2007: 31-33).

3.2.3 PREVENINDO A GUERRA CIVIL (2003-2004)

Havia um crescente desconforto nos círculos europeus sobre a liderança da ISAF após os ataques descritos logo acima e foi difícil conseguir uma nação européia para aceitar a liderança da força. Por uma variedade de interesses nacionais, o Canadá aceitou o comando, mas apenas se a ISAF fosse transformada em uma força da OTAN. No meio de 2003, a ISAF foi “otanzada” e o Canadá assumiu o comando em 2004. A combinação da eleição no Afeganistão e a concepção dos comandantes representou uma vitória principal para a estabilização do país e uma significativa derrota para o Talebã e seus apoiadores, que nem mesmo tentaram participar das eleições de uma maneira não violenta. O principal problema de segurança, porém, permaneceu: o Exército Nacional Afegão estava demorando para ser construído, e a profissionalização e a expansão da polícia estava em um estado pior ainda, o que ditou a contínua presença da OEF e da ISAF. Outra desvantagem era a hesitância dos países da OTAN em aceitarem a responsabilidade para a expansão futura das Equipes de Reconstrução Provincial, que deveriam ter sido a base para a construção da polícia e do judiciário (MALONEY, 2007: 33, 35).

3.2.4 A CAMPANHA NO SUL (2005-2006)

As Forças de Operações Especiais mudaram seu foco: elas se moveram para as províncias no interior e trabalharam com unidades do novo Exército Nacional Afegão para conter a crescente influência do Talebã que emergiu durante a campanha eleitoral de 2004. As unidades das Forças de Operações Especiais do tipo *Tier 1*²² permaneceram alertas – mas, considerando que os alvos mais valiosos estavam no Paquistão, as missões de ação direta (ações de Comandos) estavam cada vez mais direcionadas contra alvos de valor médio, dentro do próprio Afeganistão. Os ataques da al-Qaeda e da HIG na fronteira se tornaram mais sofisticados em termos de equipamento e de organização, o que levou alguns observadores da coalizão a acreditar que se tratava de um treinamento para algo maior no futuro. Todavia, as forças da resistência local eram incapazes de operar em uma organização maior do que dez homens. Qualquer coisa maior do que isto era destruída pelo poder aéreo ocidental. Embora os atentados à bomba suicidas dirigidos contra a ISAF e a OEF não eram novos no Afeganistão, as forças da resistência iniciaram uma campanha de bombardeios suicidas na província de Kandahar em 2005. Esta campanha atraiu muito da atenção da mídia, como era esperado. Havia pouca atividade de “insurgência” no Afeganistão fora da fronteira das províncias no sul, no leste e em Cabul. A atenção da mídia que se dirigiu à campanha suicida no sul deu a idéia ao restante do mundo de que havia uma completa anarquia no Afeganistão. Isto acabou tendo um efeito de deterrência nos países da OTAN, aos quais se solicitara que contribuíssem com a expansão da ISAF no sul afegão, aonde estava o Comando Regional Sul (MALONEY, 2007: 36-37).

A resistência local estava usando o Paquistão como base para logística, dinheiro, armas, recrutamento e treinamento. As forças paquistanesas cooperaram esporadicamente com a OEF em 2001-2002 e novamente em 2004, mas essencialmente o esforço paquistanês estava focado no Waziristão (pertencente à FATA, trata-se de região montanhosa no noroeste do Paquistão), da onde se imaginava que as forças da al-Qaeda e da HIG operavam. O Balochistão, uma província no sudoeste do Paquistão, é problemático para o governo paquistanês. A organização Talebã está baseada em Quetta (distrito no noroeste do Balochistão) e tem conselheiros da al-Qaeda e da HIG ligados a ela. Ao longo de 2005, ademais, indivíduos e pequenos grupos se infiltraram no Afeganistão através de rotas de comércio remotas para criarem células de facilitação (MALONEY, 2007: 38).

²² Tendo “classe mundial” como sinônimo, trata-se de um termo usado tanto formal quanto informalmente para definir as capacidades das Forças de Operações Especiais.

Na maioria dos casos, a resistência se dispersava quando era confrontada, mas ao longo de 2006 ela voltou às áreas fortificadas e desafiou as forças da OEF com operações de natureza convencional. A OEF e a ISAF responderam com operações convencionais usando infantaria mecanizada e artilharia. Isto levou alguns comentaristas ocidentais a comparar, de modo simplista, as operações no Afeganistão com as no Vietnã. Um ataque suicida dramático, que matou um diplomata canadense o qual trabalhava com a Equipe de Reconstrução Provincial na província de Kandahar, interferiu significativamente com as operações de ajuda e reconstrução no começo de 2006. Todavia, sugerir que toda a atividade parou e apenas a guerra convencional foi conduzida é um exagero, o que levou a uma posterior confusão nos círculos da mídia e população ocidental (MALONEY, 2007: 38-39).

O método “esquizofrênico” de contra-narcóticos empregado pela comunidade internacional no Afeganistão teve efeitos negativos na habilidade do governo afegão em estabilizar o sul do país e também impactos ruins na campanha de contra-insurgência. Os produtores de drogas, particularmente aqueles na província de Helmand, são bem organizados e armados: eles também têm o apoio da população, que lucra com a colheita do ópio. Não era surpresa que revidariam. Em alguns casos, eles tinham alianças formais com as forças da resistência. O Talebã usou o esforço contra-narcóticos (do Departamento de Estado dos EUA e da Inglaterra) como uma ferramenta de recrutamento, insistindo à população que tal interferência externa destruiria suas vidas, o que de fato acabou acontecendo (MALONEY, 2007: 39).

Segundo Maloney, as analogias simplistas entre o Afeganistão e o Iraque, o Afeganistão e o Vietnã e o Afeganistão e a Colômbia continuam permeando o discurso de não-especialistas. E isto é usado pela resistência local em sua campanha de operações de informação. O Talebã, a al-Qaeda e a HIG podem tomar o controle de significativas porções do sul do Afeganistão se nada for feito pelas forças ocidentais. O resultado final pode ser a criação de um pequeno Estado “Pashtunistão”, aonde a al-Qaeda e seus afiliados podem desfrutar como uma base segura outra vez. Isto destruiria e tiraria crédito dos esforços ocidentais para apoiarem um governo afegão legítimo e progressivo. Anularia os benefícios psicológicos positivos do onze de setembro de 2001, quando a intervenção inicial foi a primeira vitória sobre a al-Qaeda. Resumidamente, a falha no sul do Afeganistão seria desastrosa à “guerra longa” (MALONEY, 2007: 41-42).

3.3 O TALEBÃ: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL

O Talebã de hoje foi delineado por uma série de influências e de eventos, entre os quais pode-se destacar a antiga cultura guerreira do Afeganistão, a invasão soviética de 1979 e a resistência *mujahideen*, a guerra civil e o senhorio das guerras que se seguiram à retirada das tropas soviéticas em 1989, a ideologia religiosa das Madrassas, a aceitação inicial do Talebã como a esperança pela paz por um povo cansado da guerra, a queda do movimento em 2002 e a posterior “insurgência” (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 58-59).

3.3.1 HISTÓRIA

O Talebã é composto em sua maioria por muçulmanos sunitas da etnia pashtun. Como se costuma dizer: “Um pashtun nunca está em paz, exceto quando está em guerra”. É importante lembrar que houve três guerras anglo-afegãs: em 1839, em 1878 e em 1919. Mais recentemente, o Partido Democrático Comunista Popular do Afeganistão derrotou o governo em 1978. Os elementos religiosos conservadores do país, liderados pelos *mujahideens*, resistiram ao pacote de reforma radical do novo regime. A União Soviética enviou tropas ao Afeganistão em dezembro de 1979 para ajudar seu aliado comunista contra as milícias islâmicas e para conter a ameaça dos islâmicos radicais que ganhavam poder nas repúblicas da Ásia Central próximas à URSS. Isto estimulou a resistência *mujahideen* e acabou por convocar uma guerra santa. Em resposta, os militares soviéticos conduziram uma brutal campanha de contra-insurgência. Em cerca de dez anos de ocupação, as forças soviéticas e os seus aliados afegãos comunistas mataram cerca de 1,3 milhão de afegãos, destruíram a infraestrutura em áreas urbanas e rurais do país e provocaram uma onda de aproximadamente 5,5 milhões de refugiados, que foram para o Irã e para o Paquistão (a maioria para o cinturão tribal do Paquistão). Em fevereiro de 1989, os soviéticos se retiraram do Afeganistão e uma guerra civil se seguiu, resultando na queda do governo de orientação comunista em abril de 1992. Desentendimentos entre os senhores da guerra e uma população cansada dos conflitos criaram um ambiente no qual as idéias radicais do Talebã ganharam espaço. O núcleo do Talebã cresceu nos campos de refugiados pashtuns, a maioria no Paquistão, aonde uma interpretação modificada e seletiva do islã wahabista influenciou alguns estudantes (*talibs*) das Madrassas a adotarem uma percepção bastante conservadora de questões sociais e políticas. Em novembro de 1994, o Talebã ganhou o controle de Kandahar, no sul do Afeganistão. O grupo ganhou legitimidade religiosa entre os pashtuns rurais quando o líder do Talebã, Mulá Mohammed Omar, vestiu a roupa sagrada do Profeta Maomé em frente do

público e se declarou o “Líder da Fé”. Este evento, que é considerado o mais importante na história do Talebã, permitiu a Omar afirmar seu direito a “conduzir não apenas os afegãos, mas todos os muçulmanos”. Ele deu ao movimento um líder carismático capaz de explorar o misticismo inerente à cultura pashtun. O Talebã fez um rápido progresso militar e em 1997 controlava cerca de 95% do país. Apesar da euforia inicial, o grupo aos poucos foi perdendo o apoio da comunidade internacional e da população do Afeganistão, por causa da sua visão extrema da lei islâmica. Recentemente, os simpatizantes do Talebã no Paquistão juntaram suas forças para formarem uma organização chamada *Tehrik-i-Taliban Pakistan* (Movimento Talebã do Paquistão). Eles escolheram Baitullah Mehsud para ser o líder do grupo (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 59-61).

3.3.2 CULTURA

A cultura é provavelmente o fator mais importante na contra-insurgência que é conduzida atualmente no Afeganistão. A cultura pashtun é baseada no código de honra *Pashtunwali*, o qual é anterior ao islamismo e é específico aos pashtuns. Um pashtun precisa aderir ao código para manter sua honra e manter também sua identidade como um pashtun. Aqueles que violarem o código serão julgados pelo veredito de uma *jirga*, assembléia tribal formada pelos cidadãos mais velhos (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 61). Embora esta sub-seção não faça juz ao fator mais importante da Guerra no Afeganistão, mais elementos da cultura serão destacados ao longo deste capítulo.

3.3.3 RELIGIÃO

O Talebã se apoia essencialmente na religião para persuadir o povo afegão, 99% dos quais são muçulmanos (80% sunitas e 19% xiitas). Na tradição islâmica do Afeganistão, o núcleo da religião é combinado com crenças pré-islâmicas e com os costumes tribais do *Pashtunwali*. O Talebã depois mudou a tradição com uma interpretação ultra-conservadora do islã. A diferença de sua ideologia religiosa é oriunda das Madrassas criadas durante a guerra contra os soviéticos. Com apoio da Arábia Saudita, muitas escolas mudaram para uma leitura ortodoxa do islã, que segue um modelo salafista igualitário (deobandismo). Nas palavras de Ahmed Rashid, o Talebã não representa ninguém além deles mesmos, e eles não reconhecem nenhuma leitura do islã além da deles. A maioria dos afegãos não quer seguir esta nova versão do islã, mas a violência do Talebã não dá muita possibilidade de escolha (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 61).

3.3.4 ETNICIDADE

O Afeganistão é composto de 42% de pashtuns, 27% tadjiques, 9% hazaras, 9% usbeques, 4% aimaks, 3% turcomenos, 2% baloches e 4% de outras etnias. Assim, a maioria dos afegãos é pashtun. Há, aliás, mais pashtuns no Paquistão do que no Afeganistão, sendo que a maioria vive nas áreas de fronteira – a FATA (*Federally Administered Tribal Areas*) e a NWFP (*North West Frontier Province*). Embora as genealogias obscuras, os mitos, folclore, alianças históricas e conflitos dificultem o desenho de linhas divisórias, há cinco grupos tribais principais: os durrani, ghilzais, karlanris, sarbanis e ghurghushts. Os durrani e os ghilzais são os mais influentes. A Confederação Tribal Durrani, concentrada em sua maioria no sul do Afeganistão, tradicionalmente tem fornecido a liderança nas áreas pashtuns desde que Ahmad Shah Durrani fundou uma monarquia em 1747. Os afegãos consideram Ahmad Shah como o fundador do Afeganistão moderno porque ele uniu as tribos. O atual presidente do Afeganistão, Hamid Karzai, é durrani. Já o grupo tribal ghilzai está situado em sua maioria no leste do Afeganistão e tem sido historicamente um arqui-rival dos durrani. A maioria dos líderes talebã de hoje, incluindo Mulá Omar, são ghilzais. Estes são parte de uma confederação tribal relativamente obscura conhecida como Os Bitanis (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 62).

3.3.5 RECURSOS

O Talebã tem acesso a inúmeros recursos. Tratando-se dos aliados religiosos, entre uma miríade de grupos transcontinentais, a al-Qaeda em particular dá ao Talebã uma causa religiosa e alguma legitimidade, auxilia o Talebã em sua guerra de informações e dá dinheiro ao movimento, assim como recursos humanos (lutadores estrangeiros), tecnologia (dispositivos explosivos improvisados avançados e comunicações) e apoio de treinamento tático. O *Tehreek-i-Nifaz-i-shariat-i-Muhammadi*, um grupo das regiões fronteiriças com o Paquistão, é outro simpatizante do Talebã. Também dando apoio ou coordenados com o Talebã estão o Movimento Islâmico da Ásia Central do Usbequistão, o *Hizb-i-Islami Gulbuddin* (HIG), o Movimento Islâmico do Turcomenistão do Leste e outros pequenos grupos militantes. Algumas das Madrassas no cinturão pashtun ensinam uma versão violenta da ideologia islâmica que mistura sentimentos étnicos e religiosos. Tais escolas são bons locais de recrutamento para o Talebã. Mohammed Ali Siddiqi, um especialista em Madrassas, explica o fenômeno como um “acidente da história”: a liderança do movimento islâmico caiu nas mãos dos pashtuns porque eles foram bem-sucedidos na resistência à invasão soviética. Aí

o Talebã pashtun triunfou no Afeganistão. Considerando que as Madrassas tiveram um papel proeminente na guerra santa anti-soviética, elas adquiriram uma reputação tanto de lugares de recrutamento de *mujahideens* quanto de centros de aprendizado. Os pashtuns, sentindo-se vulneráveis ao que eles percebiam como uma falta de influência no governo de Cabul, ficaram mais amenos ao Talebã. Ademais, as suspeitas e desconfiança dos pashtuns em relação ao governo aumentaram por causa da falta de habilidade da Autoridade Transicional Afegã em proteger os pashtuns da onda de abusos de direitos humanos perpetuada por “insurgentes” e senhores da guerra desde a queda do Talebã em 2001. Assim, os aproximadamente 28 milhões de pashtuns no Afeganistão e no Paquistão contribuem com recrutas, pessoal de apoio, dinheiro, armas e uma rede de inteligência ligada à “insurgência” levada a cabo pelo Talebã. Outro recurso do Talebã é o comércio de drogas. O Afeganistão atualmente produz cerca de 93% do ópio mundial, sendo que quase metade do produto interno bruto afegão vem de tal comércio. Enquanto que inicialmente o Talebã queria banir o ópio, eles passaram a vê-lo como um mal necessário para apoiar sua causa: não apenas gera recursos para a “insurgência”, mas envenena o “ocidente decadente”, especialmente a Europa, que adquire cerca de 90% de sua heroína a partir do Afeganistão (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 63-64).

3.3.6 ESTRATÉGIA

Conforme Thomas H. Johnson, o que o Talebã quer é voltar ao seu *status* pré-onze de setembro de 2001. O movimento Talebã é motivado por dois interesses: o desejo de reconquistar o Afeganistão e o desejo de reestabelecer um califado. O primeiro é de interesse pashtun, enquanto o segundo é mais inspirado na al-Qaeda. A estratégia de “insurgência” do Talebã é a da paciência. Seu plano tem quatro fases (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 64):

1. Motivar o público religioso do Afeganistão e do Paquistão;
2. Buscar apoio entre as tribos pashtuns através do código de honra pashtun e por meio da ideologia religiosa, além de enfatizar que os pashtuns estão sendo subjugados por um governo não-pashtun em Cabul;
3. Construir confiança em sua organização e simultaneamente atacar a legitimidade da IROA (*Islamic Republic of Afghanistan*), as forças da coalizão e o governo do Paquistão;
4. Uma vez que os “cruzadores” ocidentais sejam expelidos por meios militares ou por falta de vontade política, controlar o leste e o sul do Afeganistão e influenciar o oeste do Paquistão, estabelecendo sua versão de um Estado Islâmico.

3.3.7 ESTRUTURA

O Talebã tem diferentes estruturas organizacionais e diferentes ligações em sua hierarquia. Antes do onze de setembro de 2001, o grupo operava de uma maneira convencional e centralizada nos níveis médio e alto da organização. Entretanto, durante as atividades de “insurgência”, a organização se torna plana e dá aos comandantes locais mais independência, de modo que eles possam se adaptar às demandas de um ambiente complexo e se beneficiar ao dispersarem suas forças em unidades menores. Os departamentos especializados nos altos e médios escalões do Talebã incluem esquadrões suicidas (trata-se das unidades de guerra especial do Talebã), unidades de mídia como os *Estúdios Ummat* e a *Rádio Shariat* e grupos especializados de treinamento que ensinam as técnicas para o desenvolvimento de dispositivos explosivos improvisados. A organização Talebã é uma rede de *franchises*, um arranjo que se encaixa bem nas tradições tribais. Um pequeno grupo militante se auto-denomina de “Talebã local”. Este ganha alguma forma de reconhecimento da hierarquia central do grupo Talebã principal em resposta ao seu apoio e cooperação. A nova célula apoia a grande estratégia da organização Talebã, mas tem liberdade de ação local. Este *modus operandi* preserva as lealdades tribais e as fronteiras territoriais. O líder do Talebã é o Mulá Omar. Este é auxiliado pela *Shura* Suprema do Talebã, a versão talebã de um corpo de governantes. O Mulá Dadullah, por exemplo, tem responsabilidades militares além de ser membro da *Shura*. Pelo fato de quase todos na sociedade tribal pashtun estarem armados, os recrutas geralmente já têm as habilidades militares básicas. A maioria, aliás, não está compromissada ideologicamente com a guerra santa. Na verdade são motivados porque estão desempregados, desencantados com a falta de mudança desde 2001 e/ou bravos porque um habitante local foi morto por forças afegãs, dos EUA ou da OTAN (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 64-66, 68).

3.3.8 O FUTURO DO TALEBÃ

O Talebã aumentou o uso de ataques suicidas para fortalecer o movimento: desde 2006, o número de tais ataques aumentou consideravelmente. Produzido através da interação entre a al-Qaeda e o Talebã, a nova onda de tropas suicidas demonstra a diferença entre as táticas iniciais estilo “Robin Hood” empregadas pelo Talebã e a falta de consideração atual para com os civis. Tais armas humanas produziram mais perdas entre os civis do que entre as forças de segurança internacionais. Medidas coercitivas para doutrinar os mais jovens miraram o sistema de educação do Afeganistão. Em 2006, os militantes do Talebã mataram

20 professores e destruíram cerca de 200 escolas. Em 2007, obrigaram o fechamento de cerca de 300 escolas. Em janeiro de 2007, o Talebã disse que investiu um milhão de dólares para criar escolas nas seis províncias do sul do Afeganistão. Eles dizem que não são contra a educação, mas sim que querem a educação da *Sharia* (corpo de leis islâmicas). Eles esperam construir um sistema educacional no estilo das Madrassas após destruírem todos os outros recursos educacionais. O Talebã quer desenvolver recursos humanos para os próximos anos. O Talebã se mostrou ser uma organização habilidosa. Depois de ser retirado do poder, conseguiu se reagrupar e estabelecer um governo paralelo. Este “governo nas sombras” quer expandir seu poder através do ganho de controle territorial e minando a legitimidade da IROA. O Talebã também quer se infiltrar no governo central atual. Simultaneamente, promove a legitimidade de seu “governos das sombras”, como ficou evidente com o lançamento da Constituição do Emirado Islâmico do Afeganistão em dezembro de 2006. O incidente na Mesquita Vermelha em julho de 2007 em Islamabad demonstrou a habilidade do Talebã em influenciar a política regional. Mais recentemente, o assassinato da ex-primeira-ministra Benazir Bhutto mostrou o interesse que o Talebã tem quanto ao futuro do Paquistão. Tanto o governo paquistanês quanto a CIA responsabilizaram Baitulla Mehsud, o comandante do Movimento Talebã do Paquistão, pelo assassinato. Esta extensão da influência do Talebã no Paquistão mostra a tentativa bem-sucedida da organização em se expandir regionalmente. A influência internacional do Talebã também ficou evidente no rapto e aparente execução em julho de 2007 de dois alemães envolvidos na construção de uma represa e no seqüestro de um ônibus com missionários sul-coreanos. O Talebã afirma que executou os alemães depois da Alemanha ter ignorado um prazo final para retirar os seus cerca de 3.000 soldados do Afeganistão. Os reféns sul-coreanos passaram por uma situação similar quando o Talebã exigiu que a Coréia do Sul retirasse seus cerca de 200 homens do Afeganistão. Após o Talebã matar dois sul-coreanos, o governo de Seul retirou seu pessoal do Afeganistão – e, assim, os outros reféns foram soltos (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008: 69-71).

3.4 A ASCENSÃO DA “INSURGÊNCIA” NO AFEGANISTÃO

O sucesso inicial da campanha militar norte-americana no Afeganistão, que foi chamada de “novo” modo de guerra americano, mudou para uma “insurgência” (ou insurreição) assim que o Talebã e outros grupos “insurgentes” iniciaram uma luta para derrotar o novo governo afegão. A luta, que começou em 2002, desenvolveu-se para uma insurgência total em 2006. Seth G. Jones argumenta que a condição prévia para o início da

insurgência no Afeganistão foi estrutural: o colapso da governança depois da derrubada do regime do Talebã. Segundo Jones, uma governança fraca é uma pré-condição comum para as insurgências. O novo governo afegão não foi capaz de fornecer serviços básicos à população; suas forças de segurança eram muito fracas para estabelecerem a lei e a ordem; e poucas tropas internacionais estavam disponíveis para preencher o vácuo. Os grupos “insurgentes” afegãos tiraram proveito desta situação anárquica. A motivação inicial dos líderes da “insurgência” no Afeganistão não foi a injustiça, muito menos a ganância, e sim, segundo Jones, a ideologia. Os líderes do Talebã, da al-Qaeda e de outros grupos queriam derrubar o governo afegão e substituí-lo por um governo baseado em uma interpretação extremista do islamismo sunita (JONES, 2008: 7-9).

Retomando duas visões que tentam explicar a origem de insurgências (a da injustiça e a da ganância), Jones aponta que o Talebã e a sua rede de apoio não estavam motivados para lutar por causa de motivos étnicos. Há também pouca evidência de que a ganância tenha causado a “insurgência” no Afeganistão. Em suma, nem a injustiça nem a ganância explicam as origens da “insurgência” afegã. Em vez disto, a “insurgência” foi causada por dois outros fatores. Em primeiro lugar, o colapso estrutural do Estado criou uma condição de tolerância. Em segundo lugar, a ideologia foi uma motivação direta para os líderes “insurgentes” afegãos (JONES, 2008: 11, 13, 15).

Embora as forças militares e as paramilitares tenham um papel importante, a polícia talvez seja o componente mais crítico das forças locais afegãs. Trata-se da arma primária do governo que está focada em assuntos internos de segurança. Diferente dos militares, a polícia geralmente tem uma presença permanente nas cidades, um entendimento melhor do ambiente de ameaças nestas áreas e também melhor inteligência. Isto faz da polícia um alvo direto das forças “insurgentes”, que tentam matar ou se infiltrar na polícia. De fato, uma insurgência reflete um processo de construção do Estado, onde os insurgentes competem para fornecer governança à população. Os insurgentes tiram proveito de uma governança fraca e assumem funções estatais. Um número de casos sugere uma ligação entre Estados fracos e o início de insurgências (JONES, 2008: 17-18).

O Escritório de Narcóticos Internacionais e Imposição da Lei do Departamento de Estado dos EUA chegou a contratar a empresa de segurança privada *DynCorp International* para treinar a polícia afegã. Um caminhoneiro afegão colocou o problema de forma sucinta: “Esqueça o Talebã: nosso maior problema é a polícia”. O número de soldados norte-americanos *per capita* no Afeganistão era significativamente menor do que em qualquer outro

esforço de construção de Estados desde a Segunda Guerra Mundial. Ademais, os EUA também deram assistência significativa aos senhores da guerra afegãos, minando assim a governança e enfraquecendo a habilidade do Estado afegão para estabelecer a lei e a ordem. A assistência que os EUA deram aos senhores da guerra enfraqueceu o governo central (JONES, 2008: 23-26).

O colapso da governança do novo governo afegão foi a pré-condição para o início da “insurgência”. Embora o Talebã fosse um regime que cometesse inúmeras violações dos direitos humanos, acabou sendo bem-sucedido em estabelecer a lei e a ordem em quase todo o Afeganistão. A queda do Talebã criou uma condição de uma anarquia emergente. O governo interino afegão estabelecido no fim de 2001 conseguia controlar apenas pequenas partes do território em torno da capital Cabul, tendo pouco controle das áreas rurais no sul, leste, oeste e norte do país. Os principais beneficiários da assistência do novo governo eram a “elite urbana”. Esta disparidade aumentou a frustração e o ressentimento entre a população rural afegã. A eletricidade é um bom exemplo. Em 2005, apenas seis por cento da população afegã tinha acesso à energia da rede elétrica. A maioria afegã, aliás, ainda não tem acesso confiável à energia elétrica e à água potável. Desta forma, a situação que prevaleceu nos anos 1970 e ao longo do extenso período de conflito, isto é, serviços sociais básicos não chegando à maioria dos afegãos, não mudou, com exceção parcial da educação primária (JONES, 2008: 19-21).

Muito da população local afegã estava motivada a apoiar o Talebã, ou com medo de se opor ao grupo, em função da falha de governança. Embora a população afegã não fosse necessariamente motivada pela ideologia, os líderes “insurgentes” eram. O grupo Talebã é motivado por uma leitura radical do islamismo sunita derivada do deobandismo. A filosofia deobandi foi fundada em 1867 na Madrassa *Dar ul-Ulum* (A Casa do Aprendizado Islâmico) em Deoband, na Índia. As Madrassas Deobandi cresceram através do sul da Ásia, e elas foram oficialmente apoiadas no Paquistão quando o presidente Mohammed Zia-ul-Haq assumiu o controle do governo paquistanês em 1977. O deobandismo passou a ser bastante praticado no Paquistão, e, em menor grau, no Afeganistão, aonde o principal proponente político era a organização *Jamiat-ul-Ulama-i-Islam*. Sustenta que a obrigação fundamental e a lealdade principal de um muçulmano são com a sua religião. Os Deobandis acreditam que eles têm um direito sagrado e a obrigação de conduzir a guerra santa para proteger os muçulmanos de qualquer país (JONES, 2008: 26-27).

O líder da al-Qaeda Ayman al-Zawahiri argumentou que a questão da unificação no islamismo é importante e que a batalha entre o islã e os seus inimigos é um conflito

ideológico sobre a questão da unificação. Ademais, dos anos 1980 ao início de 1990, o grupo Hizb-i-Islami recebeu mais recursos da inteligência paquistanesa do que qualquer outra facção *mujahideen*. Juntos, os líderes de tais grupos queriam derrubar o governo de Hamid Karzai e substituí-lo por um regime que adotaria uma visão extremista do islamismo sunita (JONES, 2008: 28-29).

Seguindo a queda do regime Talebã, a estrutura de sua liderança se moveu para o Paquistão e baseou suas operações a partir de três cidades principais: Quetta, Peshawar e Karachi. O quartel-general do Talebã em Quetta era crítico porque permitia acesso fácil às províncias do sul do Afeganistão, como Kandahar, aonde Mulá Omar nasceu e onde se encontrava uma importante frente militar para a “insurgência”. Os comitês de propaganda e de mídia estavam baseados em Peshawar, aonde havia uma rede de apoio sunita que existia desde a guerra contra os soviéticos nos anos 1980. A base financeira do Talebã estava localizada em Karachi. O santuário no Paquistão era crítico para o estabelecimento da “insurgência”. Havia algumas pequenas forças-tarefa norte-americanas, como a Força-Tarefa 11 (uma equipe conjunta dos *Seals* da Marinha e da Força Delta do Exército, que operava sob o Comando Conjunto de Operações Especiais no Afeganistão e procurava por líderes de alto-escalão da al-Qaeda e do Talebã) que procuravam por alvos de grande valor no Paquistão, mas as forças militares estadunidenses não conduziram operações de combate sustentadas naquele país (JONES, 2008: 30-31).

Grande parte do apoio aos grupos “insurgentes” oriundo da inteligência paquistanesa aparentemente vinha de indivíduos posicionados em cargos de médio e baixo escalões na organização, freqüentemente de indivíduos que simpatizavam com a ideologia dos combatentes muçulmanos. Ademais, o general Hamid Gul e o coronel Sultan Amir Imam, antigos líderes paquistaneses pró-Talebã e pró-al-Qaeda, deram conferências (amplamente divulgadas) para o governo paquistanês e para as instituições militares chamando por uma guerra santa contra os Estados Unidos e o governo afegão (JONES, 2008: 32).

Na primavera e no verão de 2002, o Talebã e outros grupos iniciaram operações ofensivas para derrubar o novo governo afegão e forçar a retirada das forças invasoras estrangeiras. A fraca governança e uma ideologia sunita radical combinaram-se para produzir uma “insurgência” crescentemente violenta. A ausência do governo afegão nas áreas rurais foi crítica para o estabelecimento de tal “insurgência”. Em 2005, havia uma crescente penetração do Talebã nas áreas rurais no leste e no sul do Afeganistão. A lógica é simples: a falta de habilidade do governo afegão em fornecer serviços básicos e segurança às áreas rurais acabou

por marginalizar a população, criando uma janela de oportunidade aos “insurgentes”. Em 2006, os grupos “insurgentes” afegãos desenvolveram um relacionamento próximo com grupos “insurgentes” iraquianos, os quais forneceram informações sobre a construção e o uso de vários tipos de dispositivos e temporizadores controlados remotamente. Os militantes islâmicos no Iraque colocaram informações na internet e se encontraram com o Talebã e outros grupos para falarem sobre táticas. Além disto, há alguma evidência de que um pequeno número de militantes afegãos e paquistaneses recebeu treinamento militar no Iraque; lutadores iraquianos se encontraram com extremistas afegãos e paquistaneses no Paquistão e militantes no Afeganistão crescentemente passaram a usar bombas feitas em casa, ataques suicidas e outras táticas usadas no Iraque. O uso de ataques suicidas foi estimulado pelos líderes da al-Qaeda no Paquistão, como al-Zawahiri, que argumentou pela “necessidade de se concentrar no método de operações de martírio como a maneira mais bem-sucedida de infligir mortes contra o oponente e as menos custosas aos *mujahideens* em termos de perdas” (JONES, 2008: 33-36).

No caso do Afeganistão, os líderes da “insurgência” são motivados por uma ideologia sunita extremista. Além disso, o colapso do governo é uma pré-condição, segundo Jones, para o estabelecimento de insurgências. “O Talebã não é forte” disse o presidente Hamid Karzai sobre a ascensão da “insurgência” afegã. Karzai continua: “Não são eles que causam problemas, mas sim a nossa fraqueza [do governo central]”. Para vencer a “insurgência”, Jones aponta que a governança deve ser estendida às áreas rurais do Afeganistão; deve haver o estabelecimento efetivo da lei e da ordem e, finalmente, um maior esforço por parte do Paquistão para capturar ou matar os “jihadistas” e destruir suas bases de apoio (JONES, 2008: 37-39). Mas as sugestões de Jones não parecem ser suficientes para algo tão complexo como o conflito no Afeganistão.

3.5 ENTENDENDO A FRONTEIRA ENTRE O AFEGANISTÃO E O PAQUISTÃO

A fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão tem cerca de 2.624km de extensão, sendo que grande parte da mesma é composta de terreno tão remoto e montanhoso que se torna um lugar quase que inacessível. De seus dois lados há tribos da etnia pashtun. O Talebã e outros grupos islâmicos operando em ambos os lados da fronteira são quase que exclusivamente da etnia pashtun, embora haja pessoal de outras etnias. A implicação deste fato relevante, isto é, a maior parte do extremismo religioso violento do Paquistão e do Afeganistão – e, assim, grande parte do desafio de contra-terrorismo dos Estados Unidos – ser

centrada em um único grupo etnicolingüístico não foi completamente compreendida pela comunidade de políticas governamentais estadunidense, que há muito ignora as dinâmicas culturais. A topografia sozinha faz com que a criação de uma fronteira identificável seja uma tarefa quase que impossível. A vasta maioria dos migrantes que cruzam a fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão constituem um fenômeno novo e não são monitorados nem por Islamabad nem por Cabul (JOHNSON; MASON, 2008: 42-44).

3.5.1 ETNOGRAFIA, ESTRUTURAS TRIBAIS E INSURGÊNCIA

O maior grupo na área de fronteira é constituído de tribos pashtuns, mas também há baluches, ketrans, nuristanis, brahui, munjis, chitralis, shinas, gujaris, hazaras, kowars, savis, tajiques, hindkos, dameli, kalamis, urmurs, wahkis, gawar-batis, badeshi, khirgiz e burushos, entre outros, sendo que cada um fala uma língua diferente, em alguns casos com dezenas de sub-dialetos. De todos estes grupos étnicos, entretanto, apenas os pashtuns demonstraram interesse no tipo de guerra santa conduzida pelo Talebã. A vasta maioria destes grupos é muçulmana da tradição sunita hanafi (JOHNSON; MASON, 2008: 47).

Os baluches se revoltaram contra o governo paquistanês no ano de 1973, quando, após a descoberta de reservas minerais e de gás natural sob suas terras, Islamabad revogou a autoridade dos *sardars* (chefes dos clãs baluches) para administrar o povo e se movimentou para tomar o controle das terras em jogo. Selig Harrison chegou a documentar o amplo uso de *napalm* contra as vilas baluches durante este período. Desde então, a insurgência vem se repetindo, com as guerrilhas atingindo oléodutos e pessoal de segurança. Uma insurgência de pequena escala continuou em 2008, com ataques esporádicos em alvos do governo paquistanês. A Grã-Bretanha chegou a alistar baluches em regimentos nativos. Curiosamente, o Sultanato de Omã *idem*, o qual governou partes do Baluchistão antes da independência e divisão da Índia. Omã ainda tem um acordo com o Paquistão para recrutar baluches no Baluchistão para o Exército de Omã. Quando este se tornou independente em 1970, quase que todo o seu Exército era composto de baluches. Em contraste com a sua política para o Talebã, Islamabad conduziu supressões militares massivas contra a insurgência baluche desde 1973 (JOHNSON; MASON, 2008: 49-50).

Com mais de 25 milhões de pessoas, os pashtuns representam um dos maiores grupos tribais do mundo. Não são, entretanto, homogêneos. Como uma etnicidade, os pashtuns, também chamados de pahktuns, pushtoons, afegãos e ocasionalmente pathans no Paquistão e na Índia, estão agrupados em cinco grupos principais: as tribos durransis, as tribos ghilzai (ou

ghalji), as tribos sardani ou do leste, as tribos ghurghusht e as tribos karlanri (ou karlani), também conhecidas como tribos da montanha. Os especialistas sugerem que há cerca de 350 tribos principais nestes cinco grupos gerais. As relações entre eles existem há centenas de anos e são complexas e complicadas por feudos, disputas, alianças antigas e casamentos políticos. Há um conflito de 300 anos entre as tribos durrani e ghilzai no Afeganistão, um conflito que forma uma das razões fundamentais da luta entre o Talebã e o governo de Hamid Karzai. Os pashtuns são talvez o grupo étnico mais segmentado do mundo. Cada uma das aproximadamente 350 tribos têm um grande número de clãs, ou *khels*, chegando a haver sub-*khels*. Os *khels* são divididos em grupos familiares chamados *kahols*. Dependendo do tamanho, núcleos das famílias, ou *koranays*, constituem os *kahols*. Os pashtuns se identificam em termos de seus laços familiares e lealdades. O afegão é cercado por círculos concêntricos da família, família estendida, clã, tribo, confederação e grupo cultural-lingüístico. Os pashtuns se engajam em atividades sociais, políticas e econômicas dentro destes círculos concêntricos. Este engajamento evita que instituições governamentais ganhem posições nas áreas tribais. Esta segmentação é uma das razões do porquê, historicamente, nenhuma entidade estrangeira – como Alexandre, o Grande, os britânicos, os soviéticos, os afegãos, o Paquistão e, quem sabe, os Estados Unidos – foram capazes de fazer os pashtuns aceitarem leis externas (JOHNSON; MASON, 2008: 50-52).

O Talebã não é algo único nem um fenômeno novo na área de fronteira pashtun. Historicamente, muitos grupos “jihadistas” e líderes religiosos carismáticos similares ao Talebã emergiram da área em intervalos de gerações para desafiar governos dos dois lados da fronteira. A atual manifestação deste fenômeno, todavia, não emergiu de maneira espontânea, mas foi deliberadamente encorajada pelo governo paquistanês. Uma das observações freqüentes dos analistas da inteligência ocidental é apontar que as áreas da região são “desgovernadas”. De fato, esta observação auxiliou a criar o pilar central da atuação internacional no Afeganistão desde 2001, isto é, estender o governo central a tais áreas. Tal prescrição, entretanto, é a resposta errada para se aplicar em uma cultura muito desenvolvida na qual o governo central não é aprovado e a reação a ele é a insurgência: o fato desta ter crescido gradualmente em intensidade, letalidade e quantidade de território sob o controle do Talebã desde que tal política é aplicada não é coincidência. Quando não são molestados pela pressão externa, a maioria dos pashtuns são pastores e fazendeiros de subsistência pacíficos em uma economia feudal (JOHNSON; MASON, 2008: 53-55).

A explicação para os pashtuns darem abrigo ao Talebã e à al-Qaeda se baseia no código social pashtun, o *Pashtunwali*. Este é uma forma alternativa de organização social com um mecanismo avançado de resolução de conflitos. Provavelmente o mais importante para os interesses de segurança dos EUA na região é que os milhões de homens tribais que vivem dentro deste sistema não querem um novo modelo imposto por uma força estrangeira. Ademais, os pashtuns são geralmente convencidos de que o seu sistema de ordem social produz homens superiores àqueles do modelo ocidental. No sistema pashtun, a maior unidade militar operacional que pode ser formada dentro de circunstâncias normais é o *khel*, que vai lutar até alcançar suas fronteiras tribais e, em seguida, parar. A exceção é uma guerra santa. Um dos preceitos do *Pashtunwali* é a provisão de hospitalidade, proteção e refúgio a quem precisar (isto é chamado de *nanawatey*). Os oficiais dos Estados Unidos que mandaram o Talebã entregar Osama bin Laden após o onze de setembro experimentaram o *nanawatey* sem saberem disto, quando o Talebã se recusou a entregar o solicitado com base de que Osama bin Laden era um convidado no Afeganistão, e assim se encontrava em uma esfera inviolável de proteção. Os formuladores de políticas ocidentais continuam a ignorar ou a dar pouca ou nenhuma importância a estes valores culturais fundamentais em seus esforços para delinear estratégias para o sul do Afeganistão e o norte do Paquistão, enquanto o Talebã e a al-Qaeda usam tais valores para recrutamento, proteção e mobilização social (JOHNSON; MASON, 2008: 59, 61, 63-64).

Os membros do Talebã e da al-Qaeda estão usando as terras dos pashtuns como base de lançamento de ataques para desestabilizar tanto o Afeganistão quanto o Paquistão, assim como estão utilizando o local como um campo de treinamento “terrorista” para ataques pelo mundo afora. A área de fronteira se mostrou fundamental para o Talebã afegão, o qual forma a massa da “insurgência” afegã e opera a partir de bases dentro do Paquistão. Estas forças “insurgentes” representam uma ameaça existencial ao regime de Hamid Karzai, uma ameaça crescente ao governo paquistanês e um enorme desafio à estabilidade regional. No final de 2004, a “talebanização” do norte do Paquistão começou a assumir aspectos de caráter mais global. Táticas usadas por “insurgentes” iraquianos e lutadores da al-Qaeda no Iraque começaram a aparecer na fronteira do Afeganistão com o Paquistão e, desde então, proliferaram-se significativamente. Mais impressionante do que a novidade de algumas destas tecnologias e táticas é o fato de que estas são estrangeiras aos costumes tradicionais afegãos e, assim, acabam por contradizer os valores tribais e religiosos dos pashtuns. Tal evolução sugere uma ligação crescente entre elementos da *jihad* global e a emergência de uma cultura

jihadista transnacional. A migração de termos arábicos como “intifada” (revolta das pedras) e “fedayeen” (grupo de voluntários militantes), há muito associados com o conflito entre Palestinos e Israelenses, ao teatro afegão é outra indicação da junção do Talebã com elementos radicais transnacionais. O ideólogo responsável por introduzir estes conceitos à liderança do Talebã é Ayman al-Zawahiri, o número dois da al-Qaeda (JOHNSON; MASON, 2008: 64-67). Outro ponto interessante é que o Talebã começou a usar equipamento de visão noturna, o que tiraria a vantagem dos Estados Unidos em suas missões de risco realizadas à noite (EISLER, 2008). Além disso, apesar de usar mensageiros humanos (como medida de segurança para evitar contra-medidas eletrônicas), o Talebã também passou a utilizar o programa de computador *Skype* como ferramenta de comunicação *online*. Habilitando a opção de mensagens criptografadas, tal grupo afegão acabou evadindo a inteligência britânica (OWEN, 2008).

3.5.2 A GEOPOLÍTICA DA FRONTEIRA

Para entender como o Talebã e seus grupos associados conseguiram alcançar esta posição poderosa atual é necessário examinar as políticas de fronteira que deram ascensão a tais grupos, começando com a criação da própria linha divisória. A linha Durand dividiu a nação pashtun ao meio. A maioria das tribos e clãs pashtuns que controlam as zonas de fronteira no leste e no sul do Afeganistão ao longo da linha Durand nunca aceitaram a legitimidade do que eles acreditam ser uma fronteira arbitrária e caprichosa. Em 1949 uma *jirga* afegã declarou a linha Durand inválida. Dos anos 1950 a 1970, nos governos afegãos o ministro Mohammed Daoud (depois presidente Daoud, após seu golpe que mandou o rei Zahir Shah para o exílio em 1972) teve um papel destacado na idéia de um Estado pashtun independente, que seria chamado de “Pashtunistão”, como resposta aos sucessivos governos paquistaneses. Estes queriam trazer o Afeganistão à sua esfera de influência, para aumentar a “profundidade estratégica” do Paquistão. Fechado por terra, sem acesso ao mar, bastante dependente de Islamabad para importações e acesso ao mar, desbalanceado econômica e militarmente, o Afeganistão tem poucas opções para jogar. Assim, continua a usar a carta do Pashtunistão, ameaçando o frágil Estado paquistanês – o qual, em 1971, perdeu parte de seu território oriental com a independência de Bangladesh. O Afeganistão tenta aumentar a pressão sobre o Paquistão criando “Madrassas pashtunistanas” nas áreas de fronteira. A idéia de Pashtunistão, aliás, continua forte no partido político pashtun secular do Paquistão, o Partido Nacional Awami. Muitos paquistaneses acreditam que tal partido é financiado pelo governo da Índia, como uma contra-medida ao apoio paquistanês a grupos insurgentes na

região da Caxemira. Em suma, a linha Durand não é aceita por quase ninguém na região. A noção de Pashtunistão para os pashtuns (que constituem o maior grupo étnico do mundo sem um Estado-nação) nunca chegou a ter algum apoio internacional. Para conter a crescente ameaça do nacionalismo pashtun e a potencial secessão do Pashtunistão seguindo a de Bangladesh, sucessivos governos do Paquistão, com a formalização feita pelo presidente general Muhammad Zia-ul-Haq em 1977, lançaram uma força social diferente como um contrapeso político: o islã conservador. Assim nasceu um experimento em engenharia social no norte do Paquistão (JOHNSON; MASON, 2008: 67-69).

Começando no início dos anos 1970, o governo paquistanês iniciou a construir milhares de Madrassas conservadoras nas áreas pashtun, financiadas por fontes sauditas privadas que enfatizavam o islã sobre a identidade étnica. Mas dificilmente haveria algum impacto em uma área tão vasta, com exceção de algum levante social que poderia minar as estruturas tribais existentes. Isto aconteceu em 1979, quando os tanques da União Soviética atravessaram o rio Amu Darya em Termez, matando mais de um milhão de pashtuns, levando mais de três milhões ao exílio e devastando a fábrica social da sociedade tribal. Foi a resposta à invasão soviética e ocupação do Afeganistão que acelerou dramaticamente o experimento social paquistanês e o deixou fora de controle. A resposta em questão foi um apoio externo encoberto²³ à *jihad* contra os soviéticos. Depois da retirada destes, a fábrica social dos pashtuns foi destruída por comandantes e lutadores que voltavam para se instalarem como senhores da guerra fora do controle dos líderes tribais. O resultado foi a anarquia, já que grupos *mujahideens*, senhores da guerra e criminosos comuns lutavam sobre a carcassa do Afeganistão. Quando se tornou evidente ao governo e à inteligência paquistanesa que, primeiro, seu comandante *mujahideen* favorito, Gulbuddin Hekmatyar, não teria controle político sobre o Afeganistão e, segundo, que a anarquia no país era a oposição a uma política de profundidade estratégica assim como potencialmente desestabilizadora para o Paquistão, o Talebã nasceu. Assim, desde 1970, na busca de estabilidade doméstica e seus interesses de política externa no Afeganistão, o Paquistão desconstruiu deliberadamente muito da antiga ordem tribal nas áreas pashtuns. Os agentes da inteligência paquistanesa perceberam, ademais, que os *mujahideens* poderiam ser úteis mesmo após a retirada soviética, tanto no nível doméstico quanto externo, de modo que os guerreiros islâmicos continuaram a receber apoio (JOHNSON; MASON, 2008: 70-72).

²³ Fato retratado no cinema pelo filme *Jogos do Poder*. O título original é *Charlie Wilson's War* (EUA, 2007), com direção de Mike Nichols. A película é baseada em livro homônimo, escrito por George Crile.

Os desafios para os interesses de segurança dos EUA no sul da Ásia, segundo Johnson e Mason, não são um problema social, religioso ou tribal, mas sim cultural, algo problemático para um país cujas crenças e paradigma de política externa são a sublimação nacional da cultura em favor da assimilação através da democracia. As táticas militares, como as operações (intrusivas) de comandos em áreas tribais²⁴, a ênfase nas missões de captura e assassinato e o uso indiscriminado do poder aéreo em áreas habitadas prejudicaram a contra-insurgência. As táticas militares dos Estados Unidos e da OTAN devem reconhecer as realidades culturais dos pashtuns. A maioria dos soldados norte-americanos enviados ao Afeganistão ainda recebe pouco treinamento em cultura local e idiomas.

3.6 DO GRANDE JOGO À GRANDE BARGANHA

O termo “Grande Jogo” foi usado pelos imperialistas britânicos do século XIX para descrever o embate entre a Grã-Bretanha e a Rússia por posições no tabuleiro de xadrez que envolvia o Afeganistão e a Ásia Central – uma competição com poucos jogadores, em sua maioria limitada a atividades de inteligência e pequenas guerras conduzidas por soldados com rifles e montados em cavalos, e com aqueles vivendo na área do tabuleiro de xadrez na condição de espectadores ou vítimas. Mais de um século depois, o jogo continua. Todavia, agora, o número de jogadores aumentou, aqueles vivendo na região do xadrez se envolveram na disputa e a intensidade da violência e das ameaças acabam por afetar todo o globo (RUBIN; RASHID, 2008).

Nenhum governo na região em volta do Afeganistão apoia uma presença de longo prazo dos EUA e da OTAN por lá. O Paquistão vê a presença atual como fortalecedora de um regime amigo da Índia em Cabul. O Irã está preocupado com o fato de que os Estados Unidos podem usar o Afeganistão como uma base para lançar uma mudança de regime em Teerã. E tanto a China, a Índia quanto a Rússia²⁵ têm reservas em relação a uma base da OTAN dentro de suas esferas de influência e acreditam que devem equilibrar as ameaças da al-Qaeda e do

²⁴ Ver, por exemplo, Yochi J. DREAZEN; Siobhan GORMAN. U.S. Hits al Qaeda in Pakistan. *The Wall Street Journal*, September 12, 2008. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB122113508844723217.html>>. Acesso 15 dez. 2008. Posteriormente, o governo de George W. Bush parou com tal política. Confirma Sean D. NAYLOR. Spec ops raids into Pakistan halted. *Army Times*, Sep. 29, 2008. Disponível em: <http://www.armytimes.com/news/2008/09/Army_border_ops_092608w/>. Acesso 17 dez. 2008.

²⁵ Em palestra na Academia de Ciências Militares, o general russo Nikolai Makarov afirmou que os EUA estão planejando bases no Casaquistão e no Usbequistão. Atualmente, a única base militar norte-americana fixa na Ásia Central é a base Manas, da Força Aérea, localizada no Quirguistão. Para mais detalhes, cf. Russian general says US plans bases in Central Asia. *Space War*, Dec. 16, 2008. Disponível em: <http://www.spacewar.com/reports/Russian_general_says_US_plans_bases_in_Central_Asia_report_999.html>. Acesso 17 dez. 2008.

Talebã contra aquelas colocadas por Washington e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (RUBIN; RASHID, 2008).

Muitos afegãos acreditam que os Estados Unidos apoiam secretamente o Talebã como uma forma de manter a guerra no Afeganistão viva e, assim, justificar uma presença de tropas que, na verdade, visaria a garantir a segurança dos recursos de energia na Ásia Central e à contenção da China (KAPLAN, 2008: A26). Muitos no Paquistão acreditam que os Estados Unidos persuadiram Islamabad para articular com Washington a própria destruição paquistanesa: a Índia e o Afeganistão formarão uma pinça em torno do Paquistão para desmembrar a única potência nuclear muçulmana. E alguns iranianos especulam que, na preparação para a vinda do *Mahdi* (grosso modo, a redenção do islã), Deus cegou o “Grande Satã” (os EUA) de seus próprios interesses, já que Washington eliminou os dois rivais sunitas do xiita Irã: o Iraque e o Afeganistão, abrindo o caminho, dessa forma, para a bastante aguardada restauração xiita. O *establishment* de segurança do Paquistão acredita que está diante tanto de uma aliança EUA-Índia-Afeganistão quanto de uma russa-iraniana, cada uma minando a influência paquistanesa no Afeganistão e, até mesmo, desmembrando o Estado paquistanês. Islamabad acredita que a Aliança do Norte está trabalhando com a Índia a partir de dentro dos serviços de segurança afegãos. Ao mesmo tempo, a Índia reestabeleceu seus consulados em cidades afegãs, incluindo algumas próximas da fronteira com o Paquistão. A Índia não deixa de ter seus interesses consulares legítimos no Afeganistão: por exemplo, as populações hindu e sikh, viagens comerciais e programas de ajuda, mas pode estar usando seus consulados contra o Paquistão, como aponta Islamabad. Nova Délhi, ademais, em cooperação com Teerã, construiu uma rodovia conectando o anel viário afegão (que liga as cidades principais afegãs) a portos iranianos no Golfo Pérsico, potencialmente eliminando a dependência do Afeganistão em relação ao Paquistão para acesso ao mar e marginalizando o novo porto paquistanês no Mar Árábico: Gwadar, o qual foi construído com apoio chinês. E o recente acordo nuclear entre os EUA e a Índia reconheceu a legitimidade de Nova Délhi como uma potência nuclear (fora do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, aliás) enquanto Washington continua a tratar o Paquistão como um pária (RUBIN; RASHID, 2008).

As percepções apontadas acima demonstram a complexidade da situação. Para além da questão geopolítica, os EUA só começaram a levar a chamada “insurgência” mais a sério a partir de 2005. Mesmo as Forças de Operações Especiais, que haviam sido centrais no que fora chamado de o “novo” modo de guerra americano, acabaram se tornando vítimas. Em 18 de agosto de 2008, uma esboscada do Talebã no distrito de Surubi, em Cabul, matou cerca de

dez e feriu cerca de 21 soldados de uma unidade militar de elite francesa, em uma das maiores operações do Talebã desde a invasão norte-americana em 2001 (MCGREGOR, 2008). Tratavam-se, entre outros, de soldados pára-quedistas da Legião Estrangeira francesa. Foi a maior perda militar da França desde que, em 1983, no Líbano, um homem bomba matou cerca de 58 soldados. Foi também o combate mais letal desde a Guerra da Argélia, encerrada em 1962. Em seguida foram publicadas fotos de um membro do Talebã vestindo o uniforme do Exército francês, o que causou indignação na França (NETTO, 2008: A16), mas não deixou de ser uma operação psicológica bastante interessante.

Relatório publicado em setembro de 2008 por Anthony Codersman, do Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos (*Center for Strategic and International Studies – CSIS*), afirmou que a OTAN está perdendo a guerra no Afeganistão, assim como aconteceu com a União Soviética nos anos 1980 e com a Inglaterra no século XIX. A situação no Afeganistão se deteriorou nos últimos cinco anos e está atingindo um nível de crise. O Talebã resurgente transformou muito do país em áreas negadas para civis e trabalhadores. A guerrilha, beneficiada pelo aumento na produção de papoula e por santuários no Paquistão, está ampliando suas capacidades e alcance geográfico²⁶.

E a situação na região continuou a confirmar o relatório de Codersman. No dia 20 de setembro de 2008, um caminhão-bomba explodiu na entrada do hotel *Marriott* em Islamabad. O ataque, considerado um dos piores da história do Paquistão – visto como o onze de setembro paquistanês – aconteceu próximo à casa do primeiro-ministro, aonde os líderes do governo jantavam após um discurso do presidente Asif Ali Zardari ao Congresso. Para Syed Saleem Shahzad, o chamado neo-Talebã, mais sofisticado do que o antigo Talebã²⁷, operando como uma *franchise* da al-Qaeda no Paquistão e no Afeganistão, organizou a escalada da resistência guerrilheira em uma estratégia militar sofisticada baseada na conduta da Guerra do Vietnã (SHAHZAD, 2008).

A ofensiva do Paquistão sobre organizações operando na região da Caxemira em 2003 provocou um êxodo dos campos militantes. Tais combatentes gradualmente migraram para as áreas tribais do norte e do sul do Waziristão, ficando próximos à fronteira com o Afeganistão. Nos anos 1990, tais grupos foram treinados nas técnicas mais modernas de guerrilha pela

²⁶ Disponível em <http://www.csis.org/media/csis/pubs/080917_afghanthreat.pdf>. Acesso 16 dez. 2008.

²⁷ Ver também Pamela CONSTABLE. A Modernized Taliban Thrives in Afghanistan. *The Washington Post*, September 20, 2008. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/19/AR2008091903980_pf.html>. Acesso 17 dez. 2008.

célula “indiana” do serviço de inteligência paquistanês (ISI). A tais organizações se juntaram alguns oficiais que saíram do Exército do Paquistão após o presidente Pervez Musharraf decidir apoiar a política norte-americana depois do onze de setembro de 2001. Tal migração foi um evento importante no processo de transformação da estratégia das tribos afegãs de uma guerra de guerrilha para uma doutrina militar sofisticada inspirada no sistema de três passos usado pelo general vietnamita Vo Nguyen Giap na guerra contra os EUA (1959-1975). Tais grupos conduziram uma grande ofensiva na primavera de 2008, seguida por ataques isolados visando a postos e pessoal de segurança e, enfim, a expansão da “insurgência” aos centros urbanos e à capital Cabul. A reestruturação estratégica foi acompanhada pela emergência de uma nova aliança de militantes árabes e da Ásia Central e a organização paquistanesa *Tehrik-i-Taliban* (acusada pelo ataque ao *Marriott*) e a *Maulana Ilyas Kashmiri*, veterana das lutas na Caxemira. Juntos, tais grupos montaram uma estratégia militar para toda a região do Afeganistão e do Paquistão, já com olhos para a Índia (SHAHZAD, 2008).

Após o onze de setembro de 2001, todos os grupos islâmicos do sul da Ásia tiveram problemas, pois Washington estava aumentando a pressão nos governos da região. Os militantes começaram a concentrar seus esforços em lutar contra a ocupação ocidental no Afeganistão. Muitos anos foram necessários para esta situação se desenvolver, mas os militantes começaram a falar sobre uma “Batalha do Fim do Tempo”, uma alusão a um *hadith* (corpo de leis, lendas e histórias) do Profeta anunciando uma guerra no *Khorasan* (área coberta pelo Afeganistão, as áreas tribais do Paquistão e porções do Irã). Como parte desta visão, voluntários se moveriam através do Oriente Médio para apoiar o esforço do *Mahdi*, o Messias, na Palestina. Estes voluntários de todo o mundo muçulmano, particularmente da Turquia e da Ásia Central, que se juntaram nas áreas tribais do Paquistão para participarem da luta no Afeganistão, vêem esta como um prelúdio para a libertação da Palestina – o triunfo do islã e da justiça na Terra (SHAHZAD, 2008).

Desde 2001, alguns eventos no sul da Ásia contribuíram para preparar o terreno para a ofensiva do Talebã na primavera de 2008. A estratégia transformou uma insurgência de baixa intensidade em uma guerra sem precedentes. O movimento dos campos na Caxemira para o Waziristão se fortaleceu em 2005. Os novos campos de treinamento receberam rapidamente apoio de militantes externos (particularmente chechenos, usbeques e turcomenos) e também de senhores da guerra locais. Em menos de dois anos uma forte ramificação da *franchise* paquistanesa da al-Qaeda nasceu, revolucionando a estratégia da resistência afegã conduzida pelo Talebã. A partir de 2007, o teatro de guerra afegão era controlado pelo neo-Talebã, que

foi mal avaliado pelos comandantes da OTAN. O Talebã começou a receber um novo treinamento em guerrilha urbana, graças aos professores oriundos da Caxemira e antigos membros do Exército paquistanês (SHAHZAD, 2008).

A verdadeira estratégia foi empregada na província afegã de Nangarhar e na área tribal paquistanesa de Khyber, as quais são parte da rota de trânsito de cerca de 80% dos suprimentos da OTAN. Em fevereiro de 2008, os comboios da OTAN foram atingidos por ataques bem organizados, tão bem-sucedidos e efetivos que compeliram a Organização a assinar um acordo com a Rússia em quatro de abril para trânsito de bens não-militares por terra em território russo. Mas tal rota poderia apertar o orçamento do ocidente e também ser anulada com o posterior conflito Geórgia-Rússia, o qual tensionou as relações ocidentais com Moscou. Para o Talebã, cortar a linha de suprimentos da OTAN que opera no Paquistão é um elemento importante de sua estratégia. Câmeras de notícias chegaram a flagrar um *Humvee* (veículo militar norte-americano) sendo dirigido por um membro da al-Qaeda na região noroeste do Paquistão, após emboscada em comboio da OTAN (BRUMMIT, 2008).

E, do chamado “grande jogo”, chegou-se à “grande barganha”. François Fitou, vice-embaixador da França no Afeganistão, escreveu um telegrama (que depois vasou para a imprensa) no qual cita *Sir* Sherard Louis Cowper-Coles, arabista e diplomata britânico, desde 2007 o embaixador da Grã-Bretanha no Afeganistão. Sherard Coles afirmou que a campanha militar liderada pela OTAN contra o Talebã falhará. A melhor solução para o país, conforme Coles, seria um “ditador aceitável”, o único modo “realista” de unir o Afeganistão. Segundo o diplomata britânico, a estratégia dos EUA para o Afeganistão estaria destinada a fracassar (SCIOLINO, 2008). Mas não é apenas o embaixador britânico que está pessimista. O mais alto comandante militar do Reino Unido no Afeganistão, brigadeiro Mark Carleton-Smith, disse que tal guerra não seria vencida. Smith sugeriu que se reduzisse o conflito ao nível de uma “insurgência administrável”, propondo também negociações com o Talebã (COGHLAN; EVANS: 2008). Em seguida, o secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates, disse que conversas com o Talebã seriam algo possível (BLITZ, 2008). Posteriormente, um Conselho Tribal afegão-paquistanês concordou em estabelecer contato com o Talebã (REUTERS *et. all*, 2008). De uma suposta rápida vitória militar que “transformaria a face da batalha”, os Estados Unidos passaram a considerar a negociação com o Talebã.

3.7 CONCLUSÃO – AFEGANISTÃO: O CEMITÉRIO DOS IMPÉRIOS

Milton Bearden serviu como chefe do serviço da CIA no Paquistão de 1986 a 1989, aonde era o responsável pelo programa de ação encoberta da agência em apoio à resistência afegã contra o governo apoiado pelos soviéticos. Segundo Louis Dupree, um eminente historiador do Afeganistão lembrado por Bearden, quatro fatores contribuíram para o desastre inglês naquele país durante a primeira guerra afegã (1839-1842): a ocupação do território afegão por tropas estrangeiras, a ascensão de um emir²⁸ impopular ao trono (a URSS começou desta maneira no final dos anos 1970, e talvez Washington tenha feito o mesmo com Hamid Karzai), as ações cruéis dos ingleses, como apoiar alguns afegãos contra seus inimigos locais (os EUA podem ter seguido o mesmo caminho com os interrogatórios na base de Bagram) e a redução dos subsídios pagos aos chefes tribais pelos agentes políticos britânicos (BEARDEN, 2001). Os britânicos repetiriam tais erros na segunda guerra afegã (1878-1881), assim como os soviéticos um século depois; os Estados Unidos teriam sido mais inteligentes se tivessem considerado a História quando invadiram o Afeganistão, mas parece que não o fizeram (como apontado por Gray, citado no segundo capítulo desta dissertação, o modo de guerra americano é praticamente “anti-histórico”). Todos os impérios tiveram problemas quando encontraram as tribos afegãs pela frente. Se qualquer um vai substituir um emir no Afeganistão, terá de ser o próprio povo afegão. Qualquer coisa, basta perguntar aos ingleses, russos e, agora também, aos americanos.

²⁸ Significando comandante, a palavra se refere a um título de nobreza historicamente usado nas nações islâmicas do Oriente Médio e do Norte da África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção norte-americana no Afeganistão foi a resposta inicial dos Estados Unidos da América aos ataques de onze de setembro de 2001. O seu objetivo era retirar o Talebã do poder e estabelecer bases estadunidenses como ponta de lança para a caçada à al-Qaeda. Washington se utilizou de um plano militar sugerido pela Agência Central de Inteligência, o qual se constituía no uso de Forças de Operações Especiais, poder aéreo e aliados locais – no caso, a Aliança do Norte. Em poucas semanas, e com um número pequeno de soldados e agentes de inteligência no solo, Cabul foi conquistada e se encerrou o governo Talebã. Tal aparente sucesso inicial teria sido resultado, conforme o discurso oficial, da “transformação militar” que estava sendo promovida pela administração de George W. Bush (filho), particularmente pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld. Todavia, passados cerca de sete anos após a invasão, a situação no Afeganistão não é das mais promissoras, e os EUA parecem estar seguindo o mesmo caminho da Inglaterra e da antiga União Soviética em um país cuja alcunha de “cemitério dos impérios” se mostra bastante ilustrativa.

As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos, historicamente marginalizadas no estamento militar americano, a partir do “sucesso” no Afeganistão passaram a ocupar um lugar de maior destaque dentro da concepção estratégica estadunidense. Existem diversos elementos que comprovam tal crescente proeminência, como foi demonstrado no final do primeiro capítulo desta dissertação. A relevância adquirida no contexto posterior ao onze de setembro de 2001 foi um fato que chamou a atenção do autor desta dissertação, o qual achou da maior importância pesquisá-las mais a fundo. O cenário escolhido foi justamente aquele no qual as Forças de Operações Especiais começaram a despertar a atenção: o Afeganistão. Elas seriam um dos pilares do que foi chamado de “novo” modo de guerra americano, ou modelo afegão, decorrente da “transformação militar” de Donald Rumsfeld. Como delineado na introdução geral desta dissertação, um dos três objetivos principais deste trabalho era demonstrar que o modelo afegão não é necessariamente um “novo” modo de guerra americano. Isto foi feito principalmente no capítulo dois, no qual um pouco do debate sobre o tema foi mostrado. O capítulo primeiro serviu de subsidiário ao segundo, o qual, por sua vez, teve seus desdobramentos no terceiro.

Todavia, ainda existem mais dois objetivos, conforme apontado na introdução geral à esta dissertação: agregar algo à literatura das Forças de Operações Especiais e apontar tendências futuras acerca das forças armadas estadunidenses. Sobre a literatura, pretende-se

alcançar o objetivo com o texto que dá forma ao apêndice desta dissertação, aonde se falará da evolução das tentativas de definição conceitual das Operações Especiais e das Forças de Operações Especiais. Já quanto às possibilidades futuras, serão desenvolvidas aqui, nas considerações finais, com base em três pontos: o debate sobre o tamanho das forças armadas norte-americanas, a permanência de um enfoque quase que obsessivo dos estadunidenses em relação à tecnologia (mesmo passados sete anos de “guerra global ao terror” – na qual o elemento fundamental é a compreensão cultural) e as chamadas missões de estabilização como talvez sendo o verdadeiro novo modo de guerra americano.

Em fevereiro de 2008 o Exército dos Estados Unidos lançou um novo manual de operações, o *FM 3-0 Operations*²⁹. Tratou-se da primeira revisão geral da doutrina do Exército norte-americano desde 2001. Seguindo os aprendizados com os conflitos no Afeganistão e no Iraque, nos quais o sucesso militar inicial foi seguido de esforços sangrentos em busca da estabilidade de tais países, o novo manual colocou as missões de estabilização no mesmo patamar da missão clássica do estamento militar terrestre estadunidense: derrotar o inimigo no campo de batalha. O documento em questão aponta que os EUA estão diante de uma era de “conflito persistente”, no qual os militares americanos vão operar freqüentemente entre civis, em países nos quais as instituições são bastante frágeis. O novo manual reflete em parte as preocupações do secretário de Defesa Robert Gates, o qual constantemente tem apontado a possibilidade das guerras irregulares serem as predominantes no futuro próximo. O manual em questão prevê que, nos conflitos dos anos vindouros, o Exército dos Estados Unidos precisará estar preparado para lidar com coalizões cambiantes e fatores culturais complexos. Segundo o manual, trata-se de uma arena na qual o sucesso não depende apenas em derrotar o inimigo, mas também estabelecer e manter uma situação de estabilidade. O manual enfatiza o elemento humano, ao contrário da ênfase em tecnologia dada por Rumsfeld e pelo tradicional modo de guerra americano. Na visão do autor desta dissertação, o novo manual representa uma grande mudança, já que o Exército não pensará mais apenas na guerra, mas também na paz subsequente. Assim, talvez isto signifique de fato um novo modo de guerra americano.

Porém, apesar da indicação de maior ênfase no fator humano – como apontado no parágrafo anterior –, a obsessão tecnológica ainda persiste. Para demonstrar isto, foram

²⁹ Disponível em: <<http://downloads.army.mil/fm3-0/FM3-0.pdf>>. Acesso 08 jan. 2009. Em outubro de 2008 foi publicado um manual específico sobre as operações de estabilização, o *FM 3-07 Stability Operations*. Este pode ser encontrado em <<http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/FM307/FM3-07.pdf>>. Acesso 08 jan. 2009.

escolhidos dois exemplos que chegam a beirar o caricato. O primeiro é o programa de inserção e transporte de uma pequena unidade espacial (*Small Unit Space Transport and Insertion (SUSTAIN) program*), que visa a enviar tropas para regiões de conflito em qualquer lugar do mundo em cerca de duas horas, por meio do espaço sideral. Os *Marines* lançaram este conceito após os ataques de onze de setembro de 2001. Eles precisavam da capacidade de transportar pequenas equipes através do cosmos para qualquer parte do planeta no caso de uma eventual contingência. Conforme os fuzileiros navais, ameaças “terroristas” aos EUA podem emergir em qualquer lugar do mundo. Uma resposta quase que instantânea de um pequeno número de tropas poderia eliminar tal ameaça. Além disto, forças lançadas por foguetes poderiam resgatar reféns atrás das linhas inimigas (BROOK, 2008). O segundo exemplo selecionado é o desenvolvimento de um avião submersível para operações de Comandos. A idéia é a de um avião que possa viajar centenas de milhas náuticas através dos oceanos ou mares e que, chegando à costa de determinado teatro de operações, vá para baixo d’água para poder infiltrar os Comandos discretamente no território hostil. O conceito está sendo elaborado no âmbito da Agência de Pesquisa de Projetos Avançados de Defesa (DARPA), que busca novas tecnologias radicais que possam dar uma vantagem avassaladora ao Departamento de Defesa dos EUA para inserir pequenas equipes clandestinamente em localidades costeiras³⁰. Muitas das tecnologias em desenvolvimento nos EUA antes do onze de setembro de 2001, como o avião caça de superioridade aérea F-22 *Raptor*, mostraram-se pouco úteis na “guerra ao terror”: um avião caça não tem muita utilidade em operações de contra-insurgência. Passados cerca de sete anos da intervenção norte-americana no Afeganistão, as respostas talvez estejam mais em conhecimento das culturas e idiomas do que na tecnologia. Entretanto, como disse Colin Gray (citado no capítulo dois desta dissertação), para mudar o modo de guerra americano, muito focado em tecnologia, é necessário mudar a sociedade americana.

Agora, finalmente, será exposto o terceiro tópico sobre as possibilidades futuras das Forças Armadas estadunidenses, o qual envolve a discussão sobre o tamanho adequado do estamento militar norte-americano e tem a ver com as missões de estabilização citadas dois parágrafos acima. O debate em questão se divide basicamente em duas visões distintas: a dos “conservadores”, aonde se encontra o coronel Gian P. Gentile, para quem o trabalho dos militares é lutar as guerras convencionais (GENTILE, 2008), e a dos “cruzadores”, aonde está

³⁰ Ver <http://www.spacewar.com/reports/Pentagon_explores_submersible_aircraft_for_commando_operations_999.html>. Acesso 09 jan. 2009.

o tenente-coronel aposentado John Nagl³¹, os quais vêem os militares como uma ferramenta adaptativa para aplicação da *realpolitik* estadunidense. Gentile desconfia da maior importância que vem sendo dada às missões de estabilização e acha que o resultado será o atrofiamento das habilidades clássicas dos militares. Já Nagl acredita que o papel dos militares americanos em guerra irregular não pode ser descartado, e o Exército tem a responsabilidade de se preparar para isto da maneira mais efetiva possível. Seria irresponsável achar que as ameaças atuais e futuras desafiarão os Estados Unidos convencionalmente, quando podem se utilizar de estratégias assimétricas. Nagl defende o aumento no número de efetivos do Exército e dos Fuzileiros Navais, assim como faz Frederick Kagan³² (citado no primeiro capítulo desta dissertação), defendendo forças armadas ricas em pessoal, não necessariamente em aparatos tecnológicos. Gentile e Nagl representam uma fissura emergente entre os militares e na comunidade de segurança nacional norte-americana como um todo. De um lado há aqueles que acreditam na “guerra longa” (o outro nome da “guerra ao terror”), os quais acham que é obrigação dos Estados Unidos conduzir uma luta prolongada nos solos do “extremismo”, e adaptar os militares para fazerem isto. Do outro lado há os chamados “conservadores”, que afirmam que o fracasso de Washington no Iraque ensinou uma lição importante sobre tentar “limpar” o mundo. Para os “conservadores”, os militares já estão por demais adaptados à contra-insurgência e devem voltar a fazer aquilo que desempenham bem: defender os EUA e lutar quando necessário³³.

A guerra do futuro provavelmente será híbrida, envolvendo elementos tanto de guerra regular quanto de guerra irregular. Assim, uma possibilidade talvez sejam forças mistas, com flexibilidade estratégica (OWENS, 2009), aptas às tarefas clássicas de combate regular e também adequadas para a contra-insurgência e para as chamadas pequenas guerras. Mas o futuro, todavia, por mais tecnologia e previsões que sejam desenvolvidas, é incerto – para o pesadelo dos planejadores de defesa e para o sonho dos pesquisadores. O assunto não está, e possivelmente nunca estará, esgotado.

³¹ É co-autor, junto do general David Petraeus, do novo manual de contra-insurgência dos Estados Unidos. Ver também John NAGL. *Learning to Eat Soup with a Knife: Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

³² Procurar por Thomas DONNELLY; Frederick KAGAN. *Ground Truth: The Future of U.S. Land Power*. Washington, D.C.: AEI Press, 2008.

³³ O debate pode ser acompanhado, entre outros lugares, no *Small Wars Journal*: <<http://smallwarsjournal.com/mag/>>. Acesso 09 jan. 2009.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- BANK, Col. Aaron. *From OSS to Green Berets*. New York: Pocket Books, 1986.
- BERNTSEN, Gary; PEZZULLO, Ralph. *Jawbreaker: The Attack on Bin Laden and Al-Qaeda, A Personal Account by the CIA's Key Field Commander*. New York: Three Rivers Press, 2006.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DONNELLY, Thomas; KAGAN, Frederick. *Ground Truth: The Future of U.S. Land Power*. Washington, D.C.: AEI Press, 2008.
- DUNNIGAN, James F. *The Perfect Soldier: Special Operations, Commandos, and the Future of U.S. Warfare*. New York: Citadel Press, 2004.
- FRIEDMAN, George. *America's Secret War: Inside the Hidden Worldwide Struggle Between America and Its Enemies*. New York: Broadway Books, 2004.
- GRAY, Colin S. *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1999 [a].
_____. *Explorations in Strategy*. Westport: Praeger, 1998.
- HERSPRING, Dale R. *Rumsfeld's Wars: The Arrogance of Power*. Kansas: University Press of Kansas, 2008.
- KAGAN, Frederick W. *Finding the Target: The Transformation of American Military Policy*. New York: Encounter Books, 2006.
- KAPLAN, Robert D. *Imperial Grunts: on the ground with the American military*. New York: Vintage Books, 2006.
- MCRAVEN, William H. *Spec ops: case studies in special operations warfare theory & practice*. Novato, California: Presidio Press, 1996.
- NAGL, John. *Learning to Eat Soup with a Knife: Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada*. Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- STENERSEN, Anne. *Al-Qaida's Quest for Weapons of Mass Destruction: The History Behind the Hype*. VDM Verlag Dr. Müller, 2008.
- STRACHAN, Hew. *Sobre a guerra de Clausewitz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- WEIGLEY, Russell F. *The American Way of War: A History of United States Military Strategy and Policy*. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

CAPÍTULOS DE LIVROS

- BARRY, James A. Covert Action Can Be Just. In: JOHNSON, Loch K.; WIRTZ, James J. (eds.). *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World – An Anthology*. Los Angeles, California: Roxbury Publishing Company, 2004, cap. 22.

BIBLIOGRAFIA

FOOT, M. R. D. Special Operations/1. In: ELLIOTT-BATEMAN, Michael (ed.). *The Fourth Dimension of Warfare*. Volume I: Intelligence, Subversion, Resistance. New York: Praeger Publishers, 1970, pp. 19-34.

_____. Special Operations/2. In: ELLIOTT-BATEMAN, Michael (ed.). *The Fourth Dimension of Warfare*. Volume I: Intelligence, Subversion, Resistance. New York: Praeger Publishers, 1970, pp. 35-51.

LIDDELL-HART, B. H. "Guerrilla War". In: _____. *Strategy*. New York: Meridian, 1991, pp. 361-370.

TAYLOR, Stan A. The Role of Intelligence in National Security. In: COLLINS, Alan (ed.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 248-269.

TUGWELL, Maurice; CHARTERS, David. Special Operations and the Threats to United States Interests in the 1980s. In: BARNETT, Frank R.; TOVAR, B. Hugh; SHULTZ, Richard H. (eds.). *Special Operations in US Strategy*. Washington: National Defense University Press, 1984, pp. 27-43.

DISCURSOS

BUSH, George W. *President Speaks on War Effort to Citadel Cadets*. The Citadel, Charleston, South Carolina, December 11, 2001. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/12/20011211-6.html>>. Acesso 15 jan. 2009.

RUMSFELD, Donald. "21st Century Transformation" of U.S. Armed Forces. Washington: National Defense University, January 31, 2002. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/speeches/speech.aspx?speechid=183>>. Acesso 15 jan. 2009.

WEINBERGER, Caspar W. *The Uses of Military Power*. Washington: National Press Club, November 28, 1984. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/military/force/weinberger.html>>. Acesso 15 jan. 2009.

PAPERS

BIDDLE, Stephen. *Special Forces and the Future of Warfare: Will SOF Predominate in 2020?* May 24, 2004. Disponível em: <http://www.dni.gov/nic/PDF_GIF_2020_Support/2004_05_25_papers/special_forces.pdf>. Acesso 15 jan. 2009.

_____. *Afghanistan and the Future of Warfare: Implications for Army and Defense Policy*. U.S. Army War College: Strategic Studies Institute, November 2002. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=109>>. Acesso 15 jan. 2009.

BRAILEY, Malcolm. *The Transformation of Special Operations Forces in Contemporary Conflict: Strategy, Missions, Organisation and Tactics*. Land Warfare Studies Centre, Working Paper No. 127, November 2005. Disponível em: <http://www.defence.gov.au/ARMY/LWSC/Publications/WP/WP_127.pdf>. Acesso 29 abr. 2008.

GRAY, Colin S. *Irregular Enemies and the Essence of Strategy: Can the American Way of War Adapt?* U.S. Army War College: Strategic Studies Institute, March 2006. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/download.cfm?q=650>>. Acesso 15 jan. 2009.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

AFSAR, Major Shahid; SAMPLES, Major Chris; WOOD, Major Thomas. The Taliban: An Organizational Analysis. *Military Review*, May-June 2008, pp. 58-73. Disponível em: <<http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/oldsite/English/MayJun08/SamplesEngMayJun08.pdf>>. Acesso 15 jan. 2009.

ANDRES, Richard B.; WILLS, Craig; GRIFFITH JR., Thomas E. Winning with Allies: The Strategic Value of the Afghan Model. *International Security*, Vol. 30, No. 3, Winter 2005/06, pp. 124-160.

BEARDEN, Milton. Afghanistan: Graveyard of Empires. *Foreign Affairs*, Vol. 80, No. 6, November/December 2001.

BOOT, Max. The New American Way of War. *Foreign Affairs*, Vol. 82, No. 4, July/August 2003.

COGAN, Charles. Desert One and Its Disorders. *The Journal of Military History*, Vol. 67, No. 1, Jan. 2003, pp. 201-216.

GATES, Robert. A Balanced Strategy: Reprogramming the Pentagon for a New Age. *Foreign Affairs*, Vol. 88, No. 1, January/February 2009. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/20090101faessay88103/robert-m-gates/how-to-reprogram-the-pentagon.html>>. Acesso 27 jan. 2009.

GRAY, Colin S. Handfuls of Heroes on Desperate Ventures: When do Special Operations Succeed? *Parameters* [U.S. Army War College Quarterly], Spring 1999 [b], pp. 2-24. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/99spring/gray.htm>>. Acesso 15 jan. 2009.

JOHNSON, Thomas H.; MASON, M. Chris. No Sign until the Burst of Fire: Understanding the Pakistan-Afghanistan Frontier. *International Security*, Vol. 32, No. 4, Spring 2008, pp. 41-77.

JONES, Seth G. The Rise of Afghanistan's Insurgency: State Failure and Jihad. *International Security*, Vol. 32, No. 4, Spring 2008, pp. 7-40.

KING, Anthony. The Special Air Service and the Concentration of Military Power. *Armed Forces & Society* [OnlineFirst], April 25, 2008.

LAQUEUR, Walter. Postmodern Terrorism: New Rules For An Old Game. *Foreign Affairs*, Vol. 75, No. 5, September/October 1996.

MALONEY, Sean M. Conceptualizing the War in Afghanistan: Perceptions from the Front, 2001-2006. *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 18, No. 1, March 2007, pp. 27-44.

O'HANLON, Michael E. A Flawed Masterpiece. *Foreign Affairs*, Vol. 81, No. 3, May/June 2002, pp. 47-63.

POWELL, Colin L. U.S. Forces: Challenges Ahead. *Foreign Affairs*, Vol. 71, No. 5, Winter 1992/1993. Disponível em: <http://www.cfr.org/publication/7508/us_forces.html>. Acesso 15 jan. 2009.

RUBIN, Barnett R.; RASHID, Ahmed. From Great Game to Grand Bargain: Ending Chaos in Afghanistan and Pakistan. *Foreign Affairs*, Vol. 87, No. 6, November/December 2008. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/20081001faessay87603/barnett-r-rubin-ahmed-rashid/from-great-game-to-grand-bargain.html>>. Acesso 15 jan. 2009.

BIBLIOGRAFIA

SIMMONS, Anna; TUCKER, David. United States Special Operations Forces and the War on Terrorism. *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 14, No. 1, Mar. 2003, pp. 77-91.

THOMAS, David. The Importance of Commando Operations in Modern Warfare 1939-82. *Journal of Contemporary History*, Vol. 18, No. 4, Military History, Oct. 1983, pp. 689-717.

TEXTOS DE JORNAIS, REVISTAS, NEWSLETTERS E DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

BACEVICH, Andrew J. Winning In Afghanistan. *Newsweek*, 31 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/id/177374>>. Acesso 23 jan. 2009.

BARNES, Julian E. U.S. special forces to stay in Iraq, Afghanistan. *Los Angeles Times*, 21 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.latimes.com/news/nationworld/world/la-fg-gates22-2008may22,0,5009594.story>>. Acesso 06 ago. 2008.

BLITZ, James. Gates says US talks with Taliban conceivable. *Financial Times*, Oct. 9, 2008. Disponível em: <http://us.ft.com/ftgateway/superpage.ft?news_id=fto100920082025295397>. Acesso 17 dez. 2008.

BOOT, Max. The Heir Up There. *The New York Times*, 16 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/06/16/opinion/16boot.html>>. Acesso 06 ago. 2008.

BROOK, Tom Vanden. Pentagon envisions spaceship troops. *USA Today*, 14 out. 2008. Disponível em: <http://www.usatoday.com/tech/science/space/2008-10-14-spacetroopers_N.htm>. Acesso 09 jan. 2009.

BRUMMITT, Chris. Vulnerabilities shown in supply-line attacks. *The Atlanta Journal-Constitution*, November 14, 2008. Disponível em: <<http://www.ajc.com/printedition/content/printedition/2008/11/14/supplies.html>>. Acesso 17 dez. 2008.

COGHLAN, Tom; EVANS, Michael. We can't defeat Taleban, says Brigadier Mark Carleton-Smith. *The Times*, October 6, 2008. Disponível em: <<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/asia/article4887927.ece>>. Acesso 15 jan. 2009.

CONSTABLE, Pamela. A Modernized Taliban Thrives in Afghanistan. *The Washington Post*, September 20, 2008. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/19/AR2008091903980_pf.html>. Acesso 17 dez. 2008.

DREAZEN, Yochi J.; GORMAN, Siobhan. U.S. Hits al Qaeda in Pakistan. *The Wall Street Journal*, September 12, 2008. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB122113508844723217.html>>. Acesso 15 dez. 2008.

EISLER, Peter. Enemies securing U.S. night-vision gear. *USA Today*, May 15, 2008. Disponível em: <http://www.usatoday.com/news/military/2008-05-14-nightvision_N.htm>. Acesso 17 dez. 2008.

GENTILE, Gian P. Is the U.S. Army ready for conventional war? *The Christian Science Monitor*, September 2, 2008. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/2008/0902/p09s01-coop.html>>. Acesso 09 jan. 2009.

GRAHAM, Bradley. Elite Marine Unit to Help Fight Terrorism. *The Washington Post*, November 2, 2005, p. A14. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/11/01/AR2005110102069.html>>. Acesso 27 jan. 2009.

GRAY, John. O islamismo não inventou o que hoje nos apavora. *O Estado de S. Paulo*, 08 jul. 2007, Aliás, p. J5.

BIBLIOGRAFIA

- HIRSH, Michael; BARRY, John. O caçador de Bin Laden. *O Estado de S. Paulo*, 09 mar. 2004, Internacional, p. A12. Publicado originalmente na *Newsweek*.
- KAPLAN, Robert. O que está em jogo no Afeganistão. *O Estado de S. Paulo*, 12 out. 2008, Internacional, p. A26.
- KAPLAN, Fred. Rumsfeld's New Man. *Slate Magazine*, June 10, 2003. Disponível em: <<http://www.slate.com/id/2084212/>>. Acesso 15 jan. 2009.
- KOEHL, Stuart. SOCOM Leads the Way? *The Weekly Standard*, 21 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.weeklystandard.com/Content/Public/Articles/000/000/015/124hraee.asp>>. Acesso 06 ago. 2008.
- KOZARYN, Linda D. U.S. Special Operations Forces Change "Face of War". *American Forces Press Service*, Washington, Dec. 14, 2001. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/news/newsarticle.aspx?id=44359>>. Acesso 15 jan. 2009.
- KRAUTHAMMER, Charles. What Happened to the Powell Doctrine? *The Washington Post*, April 20, 2002.
- MCGREGOR, Andrew. Mass Attack on French Paratroopers Heralds New Taliban Tactics. *Terrorism Focus* [The Jamestown Foundation], Vol. 5, Issue 31, September 2, 2008.
- NAYLOR, Sean D. Spec ops raids into Pakistan halted. *Army Times*, Sep. 29, 2008. Disponível em: <http://www.armytimes.com/news/2008/09/Army_border_ops_092608w/>. Acesso 17 dez. 2008.
- NETTO, Andrei. Foto de taleban com farda de francês morto causa indignação. *O Estado de S. Paulo*, 05 set. 2008, Internacional, p. A16.
- OWEN, Glen. Taliban using Skype phones to dodge MI6. *Mail Online*, Sep. 13, 2008. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/worldnews/article-1055611/Taliban-using-Skype-phones-dodge-MI6.html>>. Acesso 17 dez. 2008.
- OWENS, Mackubin Thomas. Let's Have Flexible Armed Forces. *The Wall Street Journal*, January 27, 2009. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB123302128074818175.html>>. Acesso 29 jan. 2009.
- PAE, Peter. F-117 leaving the way it arrived – stealthily. *Los Angeles Times*, April 22, 2008. Disponível em: <<http://articles.latimes.com/2008/apr/22/business/fi-stealth22>>. Acesso 26 jan. 2009.
- PRIEST, Dana. 'Team 555' Shaped a New Way of War. *The Washington Post*, April 3, 2002, p. A01. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A54162-2002Apr2.html>>. Acesso 15 jan. 2009.
- REUTERS E WASHINGTON POST. Conselho tribal convida Taleban ao diálogo. *O Estado de S. Paulo*, 29 out. 2008, Internacional, p. A15.
- SALHANI, Claude. Covert forces trumpet successes in war on terror. *The Washington Times*, October 31, 2008. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2008/oct/31/covert-forces-trumpet-successes-in-war-on-terror/>>. Acesso 15 jan. 2009.
- SCIOLINO, Elaine. Em telegrama, embaixador britânico defende ditador para o Afeganistão. *Folha de S. Paulo*, 04 out. 2008, Mundo, p. A14. Publicado originalmente no *The New York Times*.

BIBLIOGRAFIA

SHAHZAD, Syed Saleem. Afghanistan: the neo-Taliban campaign. *Le Monde Diplomatique*, October 2008. Disponível em: <<http://mondediplo.com/2008/10/08neotalibans>>. Acesso 15 jan. 2009.

SHANKER, Thom; SHANE, Scott. Elite Troops Get Expanded Role on Intelligence. *The New York Times*, March 8, 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/03/08/international/americas/08forces.html>>. Acesso 26 jan. 2009.

TYSON, Ann Scott. Army's Next Crop of Generals Forged in Counterinsurgency. *The Washington Post*, May 15, 2008. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/05/14/AR2008051403366.html>>. Acesso 19 mai. 2008.

_____. New Plans Foresee Fighting Terrorism Beyond War Zones. *The Washington Post*, April 23, 2006 [b]. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/04/22/AR2006042201124.html>>. Acesso 19 mai. 2008.

_____. Ability to Wage 'Long War' Is Key To Pentagon Plan. *The Washington Post*, February 4, 2006 [a]. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/02/03/AR2006020301853.html>>. Acesso 26 jan. 2009.

WHITE, Josh. Gates Sees Terrorism Remaining Enemy No. 1. *The Washington Post*, July 31, 2008, p. A01. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/7/30/AR2008073003240.html>>. Acesso 27 jan. 2008.

DOCUMENTOS OFICIAIS

DEPARTMENT OF DEFENSE. Joint Publication 1-02, *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*. As amended through 17 October 2008. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/>>. Acesso 15 jan. 2009.

_____. *Quadrennial Defense Review Report*. February 6, 2006. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/qdr/report/Report20060203.pdf>>. Acesso 31 mar. 2008.

GLOSSÁRIO³⁴

ANTI-TERRORISMO: medidas defensivas para diminuir a vulnerabilidade em relação às ações terroristas.

CONTRA-INSURGÊNCIA: ações militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e civis conduzidas por um governo para derrotar a insurgência.

CONTRA-TERRORISMO: medidas ofensivas para prevenir, dissuadir e responder ao terrorismo.

GRANDE ESTRATÉGIA: o desenvolvimento, aplicação e coordenação dos instrumentos do poder nacional para alcançar objetivos que contribuam para a segurança nacional.

GUERRA ASSIMÉTRICA: originalmente se refere a um conflito entre dois beligerantes que tenham uma significativa disparidade de poder. Atualmente pode descrever um conflito no qual os recursos de dois beligerantes difiram na essência e no esforço, na interação e nas tentativas de explorar as fraquezas alheias.

GUERRA CONJUNTA: trata-se da integração das várias ramificações dos serviços armados em um comando unificado, envolvendo o Exército, Marinha, Força Aérea, Forças de Operações Especiais, etc.

GUERRA COMBINADA: uma operação conduzida por forças de duas ou mais nações aliadas atuando juntas para atingirem os objetivos de uma missão.

GUERRA IRREGULAR: conflito entre atores estatais e não-estatais buscando legitimidade e influência sobre determinada população. Envolve meios indiretos e assimétricos, mas também pode empregar métodos convencionais para erodir o poder, influência e moral do adversário.

GUERRA NÃO-CONVENCIONAL: guerra que envolva armas nucleares e/ou táticas irregulares.

INSURGÊNCIA: um movimento organizado visando a derrubada de um governo constituído através do uso de subversão e conflito armado.

MANOBRA: um movimento para colocar navios, aviões ou forças terrestres em uma posição de vantagem sobre o inimigo.

PODER DE FOGO: a capacidade de levar fogo a um determinado alvo.

SUBVERSÃO: uma ação designada para minar as forças militares, econômicas, psicológicas, políticas e/ou morais de um regime.

TERRORISMO: o uso ou ameaça de violência ilegal para promover o medo.

³⁴ Trabalhar com definições é uma tarefa complexa. Dessa forma, o objetivo deste glossário é apenas dar uma idéia geral dos termos que abrange.

APÊNDICE

AS OPERAÇÕES ESPECIAIS E AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

SUMÁRIO: 1.1 Considerações Iniciais; 1.2 Definindo as Operações Especiais; 1.2.1 Carl von Clausewitz; 1.2.2 Guerrilha; 1.2.3 Terrorismo; 1.2.4 Contexto de Guerra Convencional de Alta-Intensidade: Os Comandos; 1.2.5 Uma Definição mais Ampla das Operações Especiais; 1.3 Teoria das Operações Especiais; 1.4 As Forças de Operações Especiais; 1.4.1 Pequenas Guerras.

RESUMO: Neste apêndice será feita uma reconstrução histórica sobre as tentativas realizadas para se definir as Operações Especiais e as Forças de Operações Especiais. Estas são chamadas de “irregulares dentro dos regulares”. Dessa forma, antes de defini-las propriamente, é importante entender o que são os irregulares. Para tanto, serão estudados a guerrilha e o terrorismo. E, para se entender o que são os irregulares, é necessário saber sobre os regulares. Assim, passar-se-á também, em primeiro lugar, por Carl von Clausewitz.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como as Forças de Operações Especiais são um ponto essencial desta pesquisa é necessário compreendê-las com mais cuidado e profundidade, a começar pela própria definição de Operações Especiais, isto é, sua extensão ou os seus limites, explicando seu significado. Assim, o primeiro lugar aonde foi procurada uma definição de Operações Especiais foi em um dicionário. Mais especificamente, um dicionário de termos militares. Acabou-se por encontrar o *Dicionário de Termos Militares* do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, elaborado pela Divisão de Doutrina Conjunta do Estado-Maior Conjunto daquele país. Embora um dicionário oriundo do Pentágono possa não ter a neutralidade necessária para uma pesquisa acadêmica como esta, não deixa de ser um primeiro passo, que pode trazer novas possibilidades para compreensão do significado do termo em questão. Dessa forma, segundo a publicação supra citada, as Operações Especiais são (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2008):

Operações conduzidas em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, para alcançar objetivos militares, diplomáticos, informacionais e/ou econômicos, empregando capacidades militares para as quais não há necessidade de uma ampla força convencional. Essas operações freqüentemente requerem capacidades encobertas, clandestinas ou de baixa-visibilidade. As operações especiais são aplicáveis em toda a extensão de operações militares. Podem ser conduzidas independentemente ou conjuntamente com operações de forças convencionais ou de outras agências do governo e podem incluir operações por meio de, com ou por forças nativas ou substitutas. As operações especiais diferem das operações convencionais no grau de risco físico e político, técnicas operacionais, modo de emprego,

independência de apoio amigo e dependência de inteligência operacional detalhada e ativos nativos. Também chamadas de OE.

A definição apontada acima apresenta outros termos que são próximos às Forças de Operações Especiais e que, portanto, também precisam ser entendidos mais razoavelmente. A referência é, mais especificamente, às seguintes palavras e expressões: “negados”, “força convencional”, “encobertas” e “clandestinas”. Em conformidade com o *Dicionário de Termos Militares* do Pentágono, uma “área negada” é uma “área sob controle inimigo ou não-amigável, na qual forças amigas não podem esperar operar com sucesso dentro dos constrangimentos operacionais e das capacidades de força existentes”. Segundo o mesmo dicionário, “forças convencionais” são “forças capazes de conduzir operações usando armas que não as nucleares” ou “forças outras que não as forças de operações especiais”. Para “clandestinas” e “encobertas”, usar-se-á definição sucinta de Kevin O’Brien, para o qual (O’BRIEN apud BRAILEY, 2005: 06):

operações clandestinas se referem a operações conduzidas por soldados uniformizados ... de modo que suas atividades não podem ser nem confirmadas nem negadas, mas de uma maneira que tais operações não sejam realizadas aos olhos do público; em contraste, operações encobertas se referem à operações conduzidas por soldados não uniformizados e/ou por civis, de modo que seu envolvimento possa ser negado³⁵.

Conforme Stan A. Taylor, algumas das atividades encobertas são relativamente “benignas” e “pouco intrusivas”. Outras claramente violam a exigência das Nações Unidas em não interferir na independência política ou integridade territorial de outros Estados. O uso de atividades encobertas para influenciar situações em outras nações é um instrumento bastante delicado da política externa de um país. De acordo com Taylor, aqueles que tentam justificar as atividades encobertas argumentam que estas preenchem uma lacuna entre a diplomacia e a guerra. Trata-se da “teoria da lacuna da Ação Encoberta” – a qual afirma que, após um Estado ter adotado determinadas políticas, começando com a menos intrusiva e evoluindo para ações diplomáticas mais ofensivas, considerando que o irrompimento da guerra é visto como aparentemente inevitável, alguns argumentam que determinadas variações de atividades encobertas podem ser opções melhores do que a guerra, podendo, inclusive, evitá-la. Segundo Taylor, um esforço para tentar fazer a atividade encoberta mais

³⁵ Enquanto que o termo “clandestino” se refere à situação de secreta da própria operação, a palavra “encoberto” (também definida como “atividade especial”) diz respeito à qualidade de secreto do patrocinador da operação.

eticamente aceitável é aplicar, às atividades encobertas, alguns dos princípios extraídos da “Teoria da Guerra Justa”³⁶ (TAYLOR, 2007: 262).

Segundo Malcolm Brailey, o entendimento de Operações Especiais por parte do Departamento de Defesa dos EUA demonstra, a partir de uma definição política similar própria, a abrangência de uma definição acadêmica de Operações Especiais mais antiga (BRAILEY, 2005: 07). Trata-se de significação sugerida por Maurice Tugwell e David Charters, possivelmente a mais concisa e inclusiva definição de Operações Especiais – a qual, apesar de ter sido escrita em 1984, continua particularmente relevante na atualidade (BRAILEY, 2005: 06). Porém, antes de ser dada atenção à tal “moderna” definição, merecem uma observação as tentativas anteriores de definição do termo em questão. Ainda que tais experiências em tentar explicar o significado de Operações Especiais sejam consideradas deficientes ou insuficientes por Tugwell e Charters, são importantes em um contexto mais amplo dos esforços visando a definir as Operações Especiais.

1.2 DEFININDO AS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Segundo Colin S. Gray, os termos guerra irregular e não-convencional têm algum mérito sobre as Operações Especiais e o conflito de baixa-intensidade. Esses termos possuem a vantagem de capturar o modo de ser do assunto Operações Especiais, quer dizer, o caráter não usual do que é descrito frente a frente às atividades normais das forças armadas regulares. Infelizmente, conforme Gray, tanto a guerra irregular como a não-convencional carregam uma bagagem histórica que não auxilia: sugerem um foco – não necessariamente apropriado – em guerra de guerrilha e de contra-guerrilha. Todavia, do lado positivo, as guerras irregular e não-convencional implicam na inclusão de atividades prolongadas – o que contrasta com o foco *raid* (ataque súbito, rápido e intenso) que pode ser atribuído às Operações Especiais. Estas têm como sua identidade central a condução aberta ou encoberta de um ataque excessivamente perigoso por um grupo pequeno de guerreiros de elite visando altos ganhos operacionais ou estratégicos (GRAY, 1998: 144).

Além disso, Colin Gray também sugere que as Forças de Operações Especiais agem como “guerrilhas com uniformes” – pelo fato de que elas devem confundir o inimigo superior em massa e em poder de fogo militar, os guerreiros das Forças de Operações Especiais devem

³⁶ Ver, por exemplo, James A. BARRY. Covert Action Can Be Just. In: Loch K. JOHNSON, James J. WIRTZ (eds.). *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World – An Anthology*. Los Angeles, California: Roxbury Publishing Company, 2004, cap. 22.

funcionar como guerrilhas. Todavia, ao contrário da guerrilha, as Forças de Operações Especiais não “nadarão como peixes em um mar de pessoas”, mas agirão em pequenas unidades, de maneira clandestina, encoberta ou aberta para efetuar missões heterodoxas de modos não-convencionais. Tais unidades também vão operar em condições excepcionalmente de alto risco, na busca de objetivos políticos ou militares significativos. São um exemplo do princípio militar clássico de economia de força (GRAY, 1999a: 287).

Ainda segundo Gray, as Forças de Operações Especiais também atuam na condição de “terroristas com uniformes”: tanto operadores que se utilizam de táticas terroristas quanto as Forças de Operações Especiais devem operar encobertamente atrás das linhas inimigas, necessariamente em condições de perigo pessoal e em números desproporcionais. Por causa das assimetrias entre a guerra regular e o terrorismo, as Forças de Operações Especiais são tipicamente a “espada mais afiada” nos níveis tático e operacional para suprimir o terrorismo. Operações convencionais, regulares e massivas engajadas em contra-terrorismo são contra-produtivas. São necessários “terroristas”, ao menos Forças de Operações Especiais habilitadas em contra-terrorismo, para pegar terroristas (GRAY, 1999b: nota 38).

Destacadas tais características, antes de ser dada atenção à definições mais específicas sobre as Operações Especiais, bem como acerca das Forças de Operações Especiais, é necessário um enfoque, ainda que breve, nas definições e conceitos de guerrilha e de terrorismo, mas não sem antes serem lembradas algumas idéias propostas pelo general prussiano Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780-1831).

1.2.1 Carl von Clausewitz

Serão apontadas aqui algumas opiniões que Carl von Clausewitz apresenta em sua obra máxima e clássica: *Vom Kriege (Da Guerra)*, livro em três volumes escrito na língua alemã e publicado pela primeira vez entre 1832-1834, ou seja, após o falecimento do general. Tais propostas auxiliarão a melhor compreender aquilo que será tratado no decorrer deste apêndice, sendo por isso fundamental lembrá-las. Inicialmente é importante destacar que existem diversas interpretações da obra de Carl Clausewitz³⁷, sendo que o enfoque adotado aqui será essencialmente no livro oito de *Da Guerra* (1996): O Plano de Guerra, que é suficiente para os intentos deste apêndice, embora insumos serão buscados também no livro IV – A Defesa – na porção final desta parte.

³⁷ Uma biografia e algumas das leituras de *Da Guerra* estão disponíveis em Hew STRACHAN. *Sobre a guerra de Clausewitz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

O título do capítulo seis do livro VIII – “Influência do objetivo político sobre o propósito militar e a guerra é um instrumento da política”, diz muito; aliás, trata-se da máxima clausewitziana: para Clausewitz, “a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996: 870). A guerra é apenas uma parte das relações políticas e, conseqüentemente, de modo algum independente. Não se pode separar a guerra das relações políticas. Segundo o estrategista militar prussiano, a guerra tem a sua própria gramática, mas não tem a sua própria lógica. A lógica é a da política.

No primeiro capítulo do livro oito, Clausewitz relembra o que concluiu no Livro I (“A natureza da guerra”) – que o objetivo capital de todo ato de guerra é a derrota do inimigo, quer dizer, a destruição de suas forças militares (CLAUSEWITZ, 1996: 825). O meio do ato de guerra é o “recontro”, isto é, o embate dos que lutam (lembrando que “embate” é um choque impetuoso – sendo diferente de “combate”, que é uma ação bélica de amplitude menor do que a batalha, travada em área restrita, entre unidades militares de pequeno vulto). De acordo com Clausewitz, é contra o “centro de gravidade” do inimigo, um centro de poder e de movimento, que se deve desferir o golpe concentrado de todas as forças (CLAUSEWITZ, 1996: 854).

Embora a “guerra real” tenha se aproximado de seu conceito ou “perfeição absoluta” com Napoleão Bonaparte (1769-1821), a teoria da guerra, com a sua lógica rigorosa, é impotente contra a força das circunstâncias, idéias e sentimentos (em geral, “fricções”). A determinação das diversas circunstâncias e suas muitas relações é um grande problema, que constitui um rasgo de gênio – o golpe de vista do general ou estadista – que, colocado diante das circunstâncias, rapidamente adota a via justa, enquanto que o estudo acadêmico não permitiria dominar a complexidade (CLAUSEWITZ, 1996: 830, 837).

Outras passagens fundamentais em Carl von Clausewitz, e que serão retomadas adiante no item 1.3 (Teoria das Operações Especiais), são os conceitos de ataque e defesa. No primeiro capítulo (Ataque e Defesa) do livro VI (A Defesa), Clausewitz aponta as vantagens da defensiva. O objetivo da defesa é conservar, o que é mais fácil do que adquirir (o que faz o ataque). Se os meios são iguais nos dois lados, a defesa é mais fácil do que o ataque. O tempo/expectativa é favorável ao defensor, e uma vantagem decorrente desta é que a defesa pode se colocar no terreno, tendo um uso preferencial do mesmo. Em suma (CLAUSEWITZ, 1996: 467):

Já salientamos de uma maneira geral que a defesa é mais fácil do que o ataque. Mas como a defensiva tem um objeto negativo, o de *conservar*, e a ofensiva um objeto positivo, o de *conquistar*, e como este último aumenta os nossos próprios recursos de guerra, enquanto a conservação não o faz, devemos dizer, para nos exprimirmos com precisão, que *a forma defensiva de guerra é em si mesma mais forte do que a ofensiva* [destacado no original]

Porém, a Teoria das Operações Especiais proposta por William McRaven mostrará que, com o uso de uma Força de Operações Especiais, o ataque pode se tornar mais forte do que a defesa, invertendo a fórmula sugerida por Clausewitz e desafiando o conhecimento convencional na área. Isto será visto no item 1.3. Agora, com os subsídios de Clausewitz, tem-se mais ferramental para se estudar a guerrilha (que Clausewitz de certa forma já aponta no capítulo XXVI – “O armamento do povo” do livro IV) e o terrorismo (que serão os instrumentos para melhor se entender as Operações Especiais).

1.2.2 Guerrilha

Não é a tática que define o tipo de guerra, mas sim a política que a comanda, conforme visto acima com Carl von Clausewitz – a guerra como um instrumento da política. Dessa forma, como observa Héctor Luis Saint-Pierre, a guerrilha é mais corretamente definida como tática do que como guerra (SAINT-PIERRE, 2000: 173, 175). No capítulo seis de *A Política Armada* (“Guerrilha e Revolução”), Saint-Pierre discute os elementos definicionais e as características fundamentais da guerrilha. Para tanto, debate idéias de pensadores, entre outros, como o alemão Carl Schmitt e a sua Teoria do Guerrilheiro (presente no texto *O Conceito do Político*), o francês Raymond Aron e o argentino Ernesto “Che” Guevara. Não haverá aqui um aprofundamento em tal discussão, mas sim se destacará os pontos mais importantes para auxiliar na compreensão das Operações Especiais.

Do ponto de vista técnico, a tática de guerrilha se constitui em uma forma armada não regular: caracteriza-se por uma estrutura armada que não possui nenhuma das características identificadoras de um exército regular (como uniforme reconhecido, exibição ostensiva do armamento, bandeiras de identificação, hierarquia rígida e reconhecimento internacional) como exigidas pela Convenção de Haia (1907) e pela Convenção de Genebra (1949), as quais versam sobre o direito na guerra, particularmente sobre os combatentes irregulares. Assim, a guerrilha apresenta uma metodologia diferente das tropas regulares. Dessa forma, e levando em conta inferência de Schmitt (SAINT-PIERRE, 2000: 183-184):

Como a tática de guerrilha é caracterizada por uma forma “irregular” de guerra, ela se constitui definicionalmente como a negação da guerra regular. Daí que ela possa ser ancorada historicamente na existência do exército regular, isto é, no exército moderno como hoje é entendido. Portanto, embora todos reconheçam que a tática de guerrilha é tão antiga quanto a própria guerra, poder-se-ia datar a sua origem, como exército irregular e por contraste definicional com o exército regular, a partir da resistência armada e não regular ao exército moderno, ao napoleônico, pois é a partir do republicano francês que os exércitos assumem as características de regularidade e modernidade que tentamos apontar.

A guerrilha, da mesma forma como é irregular, igualmente é formada por contingentes de ampla mobilidade tática. Ao contrário dos grandes exército regulares e convencionais, que têm cada avanço pensado e calculado em função da capacidade da linha de suprimentos e da configuração do terreno para a disposição do conjunto de soldados, o operador da guerrilha carrega o mínimo de equipamento e material possível, o que lhe garante a possibilidade de ampla mobilidade tática. De maneira inesperada, o guerrilheiro pode emergir no meio das fileiras inimigas, desencadear uma situação caótica e desaparecer, tão inesperadamente como surgiu, amparado pela névoa da guerra. O operador guerrilheiro não necessita de amplas vias ou estradas para se locomover, assim como não precisa de grandes acampamentos para descansar ou de linhas de suprimento para se alimentar. Terá a natureza – sob a forma da selva, montanha, deserto – como sua fonte de abastecimento (SAINT-PIERRE, 2000: 191).

Do ponto de vista tático para a teoria da guerra, a guerrilha abre uma nova dimensão no campo de batalha: a dimensão da profundidade. Normalmente, o teatro de operações é composto pelas dimensões do comprimento e da largura. Com a artilharia e o poderio aéreo, somou-se outra dimensão ao campo: a da verticalidade. Do mesmo modo como o submarino introduziu um elemento novo na guerra naval, isto é, a surpresa oriunda das profundezas dos oceanos, o guerrilheiro o fez na guerra terrestre. Da mesma forma como o submarino pode atacar e desaparecer, antes do inimigo poder articular uma resposta, assim também faz o operador da guerrilha, o qual, após atacar, “submerge” no tecido social (SAINT-PIERRE, 2000: 195-196):

A profundidade do campo de combate é a própria do tecido social. Assim como o combatente irregular que atua no âmbito rural se mimetiza, pela camuflagem, com o meio em que desenvolve sua luta, na cidade, o guerrilheiro urbano assume as características típicas de seus habitantes. Ele procurará não apresentar qualquer elemento que possa distingui-lo da população na qual se encontra e atua. Por isso os exércitos invasores alemães durante a Segunda Guerra Mundial, ante a impossibilidade de prender os guerrilheiros da resistência que desgastavam a moral de suas tropas com surpreendentes ataques da profundidade, manifestavam sua impotência fuzilando sumária e aleatoriamente parte da população civil. Além de satisfazer o ânimo de vingança da tropa, provocavam uma cisão entre a população e a

guerrilha por meio do terrorismo; dessa maneira, esperavam eliminar o apoio logístico que a resistência obtinha do povo. Por essas características especiais e por sua analogia com a guerra submarina, Carl Schmitt denominou “dimensão de profundidade” esta ruptura do campo de batalha.

Além de Héctor Saint-Pierre, Basil Henry Liddell Hart (1895-1970), mais conhecido pelas siglas B. H. Liddell Hart, também faz algumas considerações sobre a guerrilha que são interessantes para apoiar o entendimento das Operações Especiais. Em capítulo dedicado à “guerra de guerrilha” do livro *Estratégia*, Liddell Hart lembra-se que cunhou a máxima “se você quer a paz, entenda a guerra” para substituir a antiga passagem “se você deseja a paz, prepare-se para a guerra”. Em seguida, Hart muda seu próprio aforismo para o seguinte: “se você deseja a paz, entenda a guerra – particularmente a guerrilha e as formas subversivas de guerra”. Conforme Basil Liddell Hart, a guerrilha, apesar de ser um fenômeno antigo, e de ter sido brevemente tratada por Clausewitz em *Da Guerra* (armando o povo, uma medida defensiva contra o invasor, cap. XXVI do livro VI), só entrou na agenda da teoria militar ocidental a partir do século XX (LIDDEL HART, 1991: 361).

Uma análise mais ampla e profunda do tema guerrilha, conforme o capitão Basil Hart, aparece no livro *Os Sete Pilares da Sabedoria* (1935), obra autobiográfica do oficial britânico Thomas Edward Lawrence (1888-1935), também conhecido pelas iniciais T. E. Lawrence ou como Lawrence da Arábia (sobre o qual há um longa-metragem lançado em 1962 e dirigido por David Lean). Segundo Hart, o ponto principal da teoria de guerrilha “lawrenciana” é o enfoque no valor ofensivo da mesma. Trata-se de produto da experiência e reflexão de T. E. Lawrence na revolta dos árabes contra os turcos, o único episódio, onde a guerrilha teve uma influência relevante durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Já ao longo da Segunda Guerra Mundial, a guerrilha se difundiu ao ponto de se tornar um recurso universal (LIDDEL HART, 1991: 362).

O desenvolvimento posterior da guerrilha e da guerra subversiva se intensificou com o que Liddell Hart chamou de “glorificação das armas nucleares”. Para a contenção da ameaça comunista, os ocidentais ficaram mais dependentes das armas convencionais. Essa conclusão, entretanto, não significava que se deveria voltar aos métodos convencionais anteriores: pelo contrário, tratava-se de um incentivo para o desenvolvimento de novos métodos de guerra. Assim, o 35o. presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), patrono importante das Forças Especiais/Boinas-Verdes, orientou seu secretário de Defesa, Robert Strange McNamara (1961-1968), a expandir rapidamente e substancialmente,

em cooperação com os países aliados, a orientação das forças militares existentes para a conduta de guerra não-nuclear, operações pára-militares e guerras sub-limitadas/não-convencionais (LIDDEL HART, 1991: 364). Nas guerras passadas, a guerrilha foi a arma do lado mais fraco e, assim, primariamente defensiva, mas, na era atômica, ela pôde ser desenvolvida amplamente como uma forma de agressão, sendo conveniente para explorar a paralisação nuclear. Assim, o conceito de Guerra Fria, segundo Basil Henry Liddell Hart, estaria desatualizado, e deveria ser substituído por “guerra camuflada” (LIDDEL HART, 1991: 367).

De acordo com Hart, a violência é muito mais profunda em uma guerra irregular do que na regular. Nesta, a violência é contrabalançada pela obediência à autoridade constituída, enquanto que, na guerra irregular, a desobediência à autoridade e a violação da regras – a dimensão da ilegalidade do operador guerrilheiro (SAINT-PIERRE, 2000: 184-188) – são consideradas virtudes. Fica muito difícil reconstruir um país, e um Estado estável, em uma fundação derrubada pela experiência da guerra irregular. Dessa forma, um entendimento dos perigos posteriores a uma guerra de guerrilha fez com que Hart refletisse sobre as campanhas de T. E. Lawrence na Arábia. O livro em que Hart analisa tais campanhas – onde o autor faz uma exposição sobre a teoria da guerrilha – foi tomado como guia por inúmeros líderes de unidades de Comandos e movimentos de resistência (LIDDEL HART, 1991: 369).

1.2.3 Terrorismo

O fenômeno do terrorismo, da mesma forma como as Operações Especiais e a tática de guerrilha, não é um acontecimento inteiramente novo, quer dizer, não foi inventado pela organização al-Qaeda (A Base), Exército Republicano Irlandês (IRA) ou pelo grupo Pátria Basca e Liberdade (ETA), entre outros. Basta que se lembre, por exemplo, do período do Terror na própria Revolução Francesa (desencadeada em 1789), compreendido entre 1793 e 1794, isto é, iniciando-se com a queda dos Girondinos e se encerrando com a prisão do ex-líder dos Jacobinos, Robespierre. Trata-se de um momento no qual as garantias civis foram suspensas e quando o governo revolucionário, dominado pela facção Montanha do partido Jacobino, perseguiu e assassinou seus adversários, os quais foram quase todos guilhotinados. Este caso não deixa de ser um tipo de terrorismo de Estado. No século seguinte, ademais, parece que ninguém estava a salvo das práticas terroristas. Como lembra o pesquisador Walter Laqueur (1996):

Em 1894 um anarquista italiano assassinou o presidente francês Sadi Carnot. Em 1897 anarquistas golpearam fatalmente a Imperatriz Elizabeth da Áustria e mataram Antonio Canovas, o primeiro-ministro espanhol. Em 1900 Umberto I, o rei italiano, foi morto em outro ataque anarquista; em 1901 um anarquista americano matou William McKinley, presidente dos Estados Unidos. O terrorismo se tornou a preocupação principal de políticos, chefes de polícia, jornalistas e escritores de Dostoievsky a Henry James. Se no ano de 1900 os líderes das principais potências industriais tivessem se reunido, a maioria deles insistiria em dar prioridade ao terrorismo em suas agendas, como o presidente Clinton fez no Grupo dos Sete após o bombardeio de junho no complexo militar americano em Dhahan, Arábia Saudita.

Segundo John Gray, ao longo do século XX o terrorismo foi usado em ampla escala por regimes seculares. Embora os terroristas islâmicos da atualidade afirmem rejeitar todas as características modernas e ocidentais, eles dão continuidade à tradição ocidental moderna de usar a violência sistemática para transformar a sociedade. As raízes do terrorismo contemporâneo estão muito mais na ideologia ocidental radical – especialmente no leninismo, conforme Gray – do que na religião. Para Vladimir Lênin (1870-1924), o terror não era só um meio de defender a revolução contra os inimigos, mas também uma ferramenta fundamental de engenharia social. Juntamente com Leon Trotsky (1879-1940), Lênin criou campos de concentração, instituiu um sistema de reféns para assegurar a obediência de grupos suspeitos e executou um número razoável de pessoas. Os líderes bolcheviques julgavam que o terror de Estado era indispensável para se alcançar uma sociedade comunista em que o Estado, juntamente com a guerra, pobreza e religião, não existiria mais. John Gray (2007) continua:

Ao usar o terror para tentar alcançar objetivos utópicos, os líderes bolcheviques fizeram parte de uma longa tradição que continua até hoje. Na Rússia do final do século XIX, havia os nihilistas – intelectuais revolucionários para quem os atos espetaculares de terror individual podiam abalar a ordem existente em suas fundações e ajudar a inaugurar um novo mundo. Uma figura seminal foi Sergei Netchaiev, autor de *Catecismo de um Revolucionário* (1869), no qual defendia a chantagem e o assassinato como estratégias políticas legítimas, e que matou um de seus camaradas por deixar de cumprir ordens. Costumamos pensar em um nihilista como alguém que despreza todos os ideais humanos, mas Netchaiev e seus pares acreditavam apaixonadamente em ciência, progresso social e bondade humana. Em termos de estratégia revolucionária, eles diferiam de Lênin, que condenava como ineficazes os atos de terror individuais; era o terror de Estado altamente organizado que ele privilegiava. Mas Lênin e os nihilistas estavam juntos em sua fé de que o terror era necessário para avançar os ideais iluministas de progresso humano.

A ascensão do islamismo não significou a decadência do terrorismo secular. Consoante Gray, o atentado suicida pode ser a técnica islâmica do momento, contudo foram os Tigres Tâmeis – um grupo marxista-leninista que recruta principalmente na população hindu de Sri Lanka, mas que, como outros grupos do mesmo gênero, é militantemente hostil a

toda forma de religião – que o idealizaram. Foram os Tigres Tâmeis que desenvolveram o cinturão explosivo usado por terroristas suicidas do Hamas e da Jihad Islâmica. Até a guerra do Iraque (2003), os Tigres Tâmeis haviam cometido mais desses ataques do que qualquer outra organização do mundo. A primeira onda de ataques suicidas no Líbano nos anos 1980 também foi obra, em grande parte, de grupos seculares. De 41 ataques entre 1982 e 1986, incluindo o ataque em 1983 que matou mais de uma centena de *marines* norte-americanos e resultou na brusca retirada das forças estadunidenses pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989), 27 foram realizados por membros de grupos esquerdistas como o partido comunista libanês e a União Socialista Árabe. Somente oito eram islâmicos – e três eram cristãos.

Conforme Anna Simmons e David Tucker, quando ambos tratam das Forças de Operações Especiais dos EUA na “guerra ao terror”, lembram que o terrorismo é uma tática que se caracteriza por ser um esforço político e psicológico mais direto do que a guerra, já que os terroristas manobram em torno do escudo militar de um determinado país para atacar diretamente o processo político, atingindo os não-combatentes que o conduzem. De acordo com os analistas, para conter organizações terroristas, deve-se, assim como elas mesmas, fazer uma manobra para conter o apoio político e psicológico à tais grupos. Uma organização terrorista se constitui basicamente de um núcleo composto por estrategistas e operadores fortemente compromissados com a causa. Em torno deles há pessoas que os apoiam e dão assistência logística e de inteligência. Estes, por sua vez, são protegidos por simpatizantes, que ajudam com recursos. Finalmente, há os neutros e, depois deles, aqueles que condenam o emprego dos métodos terroristas. Para agirem, os terroristas precisam estar escondidos e protegidos e é por isso que as camadas de apoiadores e simpatizantes são necessárias. Porém, os neutros também são importantes, já que podem ser convertidos em simpatizantes ou apoiadores para que a organização se fortaleça (SIMMONS; TUCKER, 2003: 78-79).

1.2.4 Contexto de Guerra Convencional de Alta-Intensidade: Os Comandos

Agora que já há bases mais sólidas, isto é, após ter-se visto Carl von Clausewitz, as táticas da guerrilha e do terrorismo, é hora de se atentar com mais segurança no campo das Operações Especiais. Para continuar com o desenvolvimento do argumento, agora será lembrado o historiador britânico M. R. D. Foot. Para contextualizá-lo, Foot entrou em um batalhão de engenharia do exército britânico quando explodiu a Segunda Guerra Mundial e depois foi transferido para a artilharia real. Da mesma forma, também atuou na resistência francesa à invasão alemã e trabalhou como oficial de inteligência – sendo o que

particularmente interessa aqui. M. R. D. Foot tem diversos trabalhos sobre o Executivo de Operações Especiais (ou, em inglês, *Special Operations Executive* – SOE) britânico, braço das forças armadas inglesas responsável pela condução de guerra não-convencional na Europa dominada pelos alemães. A experiência de Foot com as Operações Especiais o levou a escrever sobre as mesmas. Dentre o material que foi pesquisado para esta dissertação, parece ser dele a primeira tentativa de definir especificamente o que são as Operações Especiais (FOOT, 1970: 19):

O que são operações especiais? São golpes súbitos heterodoxos, isto é, golpes de violência inesperados, geralmente concebidos e executados fora do estamento militar corrente, exercendo um efeito surpreendente sobre o inimigo, de preferência em seu mais alto nível. O tipo ideal de operação especial é aquele que deixa fora de atividade todo o Estado-Maior do inimigo em um único e inesperado sopro.

Consoante Foot, as Operações Especiais estão entre os mais antigos e importantes princípios de guerra, onde o fundamental é a surpresa. Uma boa Operação Especial também envolve economia de força, divertimento e engano do inimigo, podendo alcançar resultados desproporcionais (algumas Operações Especiais na Segunda Guerra Mundial foram mais efetivas em castigar o inimigo do que ataques convencionais de aviões bombardeiros). Uma Operação Especial bem-feita está fora dos limites da probabilidade normal, não deixa vestígios e pode até ser conduzida em tempos de paz nominal. Foot aponta que a principal característica de uma Operação Especial é ser algo que acontece de uma forma completamente inesperada. Além disso, Foot lembra de Joe Holland, um engenheiro militar regular britânico, que estava chocado com o método irlandês de guerra revolucionária subversiva, e determinado, caso tivesse uma chance, a testar tal modelo. Por acidente, a ele foi oferecida, em 1938, uma posição no escritório de guerra, onde o mesmo poderia pesquisar qualquer assunto de seu interesse, e ele resolveu fazer pesquisa sobre guerra subversiva. Acabou por fundar o corpo clandestino Pesquisa de Inteligência Militar (MIR, na sigla em inglês), inventou os comandos (designação oriunda do modo de guerra dos Böers) e a maior parte do Executivo de Operações Especiais (SOE). Desenvolveu grande parte das operações subversivas que podem ser levadas a cabo contra o Estado industrial moderno (FOOT, 1970: 40-41).

Foot tenta concluir seu argumento fazendo um sumário daquilo que acha necessário para o estabelecimento de uma Força de Operações Especiais que terá um uso político ou militar sério. A primeira característica absolutamente essencial é sorte. A segunda são informações precisas de inteligência sobre o que o inimigo é capaz de fazer. A terceira, quase

sempre indispensável, é ter uma grande potência para apoiá-lo. Outra necessidade é ter uma população que coopere, mesmo que decorrente do terror, ou preferencialmente da simpatia e, além disso, são necessárias as virtudes militares ordinárias: coragem, tenacidade, flexibilidade e velocidade. Sem elas, não é possível vencer uma batalha militar convencional; sem elas, não é possível vencer uma Operação Especial. Entretanto, há resistência institucional às Operações Especiais. Foot lembra que, em Estados antigos e já constituídos, os estamentos militares e os chefes dos Estados-Maiores suspeitam dos corpos que executam as Operações Especiais. Porém, critica M. R. D. Foot, o que tais “conservadores” tem a oferecer no lugar das Operações Especiais? O holocausto nuclear, que de qualquer maneira não oferece nenhum panorama para a humanidade (FOOT, 1970: 45-47);

De maneira parecida com Foot, o analista militar estadunidense Edward Luttwak (*et all.*) descreve as Operações Especiais como “ações de guerra auto-contidas encaminhadas por forças auto-suficientes operando dentro de território hostil” (LUTTWAK, Edward; CANBY, S. L.; THOMAS, D. L. apud BRAILEY, 2005: 5). Entretanto, o capitão australiano Malcolm Brailey observa que, no pensamento militar ocidental, as Operações Especiais são comumente definidas em um contexto de guerra convencional de alta-intensidade, como foram formadas pela experiência de conflitos interestatais significativos durante o século XX. Porém, Brailey aponta que Maurice Tugwell e David Charters notaram corretamente que as definições como as de Foot e Luttwak são deficientes, pois falham em considerar que as Operações Especiais contemporâneas são freqüentemente conduzidas fora do contexto de guerra convencional – isto é, sem um inimigo bem definido, muitas vezes não necessariamente em um território hostil (embora ainda bastante perigoso) e nem sempre envolvendo a utilização da violência (BRAILEY, 2005: 5). E isso leva à uma definição mais precisa das Operações Especiais, como será visto no item a seguir.

1.2.5 Uma Definição mais Ampla das Operações Especiais

Tugwell & Charters afirmam que muitos analistas ocidentais enfrentam um dilema conceitual nas tentativas de definir as Operações Especiais. Geralmente trabalham dentro de um contexto filosófico ocidental que tendeu a traçar distinções bastante claras entre a paz e a guerra. Há uma tendência, consoante Tugwell e Charters, a definir as Operações Especiais apenas em termos militares. Já os soviéticos (T&C escrevem em 1984), por outro lado, com uma ideologia de esforço permanente e apreciação clausewitziana de um contínuo entre a política e a guerra, não fizeram uma distinção clara entre guerra e paz ou entre assuntos

puramente políticos ou puramente militares. Assim, os soviéticos tinham diferentes conceitos para cobrir um amplo espectro de Operações Especiais, aplicáveis a uma ampla variedade de situações políticas e militares. São as chamadas “Medidas Ativas”, que envolvem atividades militares e pára-militares, operações abertas e encobertas, métodos violentos ou não-violentos. O objetivo é político, para apoiar os objetivos da política externa soviética, envolvendo conflitos de baixa-intensidade, guerra limitada ou total. Porém, conforme Tugwell e Charters, muito do que era entendido pelos soviéticos como Operações Especiais, no ocidente é entendido como ação da diplomacia. Ao contrário dos soviéticos, os britânicos absorveram a idéia de um contínuo entre a paz e a guerra, mantendo suas tradições democráticas. Tugwell e Charters revêem algumas definições para proporem uma nova, mais concisa, inclusiva e útil delimitação das Operações Especiais (TUGWELL; CHARTERS, 1984: 35):

Operações de pequena escala, clandestinas, encobertas ou públicas, de uma natureza heterodoxa e freqüentemente de alto-risco, levadas a cabo para alcançar significativos objetivos políticos ou militares em apoio à política externa. As Operações Especiais são caracterizadas tanto por simplicidade quanto por complexidade, por sutileza e imaginação, pelo uso discriminado de violência, e por supervisão do mais alto nível. Recursos militares ou não-militares, incluindo avaliações de inteligência, podem ser usados no concerto.

1.4 TEORIA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS

O Contra-Almirante da força *Seals* da Marinha dos Estados Unidos William “Bill” McRaven – que comandou a Força Tarefa 121 (do Comando Conjunto de Operações Especiais dos EUA), uma força de ataque que fundiu recursos da CIA, da Força Delta e da Força Aérea, ajudando a capturar Saddam Hussein no Iraque e buscando por Osama bin Laden³⁸ – vai além dos esforços por uma definição e propõe uma teoria das Operações Especiais. Ainda que McRaven utilize como base uma definição de Operações Especiais não tão completa como a de Tugwell e Charters, uma que se parece mais com as de M. R. D. Foot e de Edward Luttwak, isto é, as Operações Especiais como “missões de ações diretas” (essencialmente “ações de Comandos”), ou seja, “uma operação especial é conduzida por forças especialmente treinadas, equipadas e apoiadas para um alvo específico, cuja destruição, eliminação ou resgate (no caso de reféns) é um imperativo político ou militar” (MCRAVEN, 1996: 2), tem o mérito do desenvolvimento de uma teoria.

³⁸ Michael HIRSH; John BARRY. O caçador de Bin Laden. *O Estado de S. Paulo*, 09 mar. 2004, Internacional, p. A12. Publicado originalmente na *Newsweek*.

E por que uma teoria das Operações Especiais é importante? Pois uma Operação Especial bem-sucedida desafia o conhecimento convencional usando uma pequena força para derrotar um oponente muito maior ou mais bem entrincheirado. O livro de William McRaven – que se originou a partir da tese de doutorado do autor – desenvolve uma teoria das Operações Especiais para explicar porque tal fenômeno acontece. O autor demonstrará que, com o uso de certos princípios da guerra, uma Força de Operações Especiais pode reduzir para um nível controlável o que Clausewitz chama de “fricções da guerra”. Minimizando tais “fricções”, a Força de Operações Especiais pode alcançar uma relativa superioridade sobre o inimigo. Uma vez que tal superioridade relativa é alcançada, a força de ataque não está mais em desvantagem e tem a iniciativa de explorar as fraquezas do inimigo e garantir a vitória. Embora a obtenção da superioridade relativa não garanta o sucesso, é necessária para o mesmo (MCRAVEN, 1996: 1).

De acordo com Bill McRaven, todas as Operações Especiais (mais precisamente, “ações diretas de Comandos”), são conduzidas contra posições fortificadas. Estas refletem situações envolvendo guerra defensiva por parte do inimigo. Conforme Carl von Clausewitz, como visto acima, a forma defensiva de guerra é intrinsecamente mais forte do que a ofensiva. Trata-se de um poder de resistência, a habilidade de se preservar e de se proteger. Dessa forma, a defesa geralmente tem um propósito “negativo”, de resistir à vontade do inimigo. Se uma operação ofensiva será montada para impor nossa vontade ao inimigo, é necessário desenvolver força o suficiente para exceder a superioridade inerente das defesas inimigas. Para Clausewitz, a melhor forma de derrotar a “forma superior de guerra”, isto é, a guerra defensiva, é ter um contingente maior de soldados. Entretanto, como uma Força de Operações Especiais, que tem um número reduzido de pessoas e se utiliza da forma “mais fraca de guerra”, isto é, a ofensiva, pode alcançar a superioridade em relação ao inimigo? Para McRaven, entender tal “paradoxo” é compreender as Operações Especiais (MCRAVEN, 1996: 03-04).

A superioridade relativa é um conceito crucial para a teoria das Operações Especiais. Basicamente, a superioridade relativa é uma condição que se instala quando uma força de ataque, geralmente em menor número do que a defesa, obtém uma vantagem decisiva sobre um inimigo mais bem posicionado na defensiva. O valor do conceito de superioridade relativa se baseia em sua habilidade de ilustrar quais forças positivas influenciam o sucesso de uma missão e em mostrar como as fricções da guerra influenciam a realização do objetivo. A superioridade relativa tem três princípios básicos (MCRAVEN, 1996: 04-06):

1. A superioridade relativa é obtida no momento pivô de um engajamento;
2. Uma vez alcançada, a superioridade relativa precisa ser mantida, de modo a garantir a virória;
3. Se a superioridade relativa é perdida, é difícil reconquistá-la.

Embora na guerra existam fatores difíceis de se controlar, a teoria das Operações Especiais mostra que existem seis princípios que podem ser controlados e que têm um efeito na superioridade relativa. São eles: simplicidade, segurança, repetição, surpresa, velocidade e propósito (MCRAVEN, 1996: 8). McRaven chega aos seis princípios a partir da análise de oito casos históricos:

1. O ataque alemão a Eben Emael (um forte belga) em 10/05/1940;
2. O ataque de um torpedo tripulado italiano em Alexandria, em 19/12/1941;
3. Operação Carruagem: O ataque britânico em Saint-Nazaire, em 27-28/03/1942;
4. Operação *Oak*: O resgate de Benito Mussolini, em 12/09/1943;
5. Operação *Source*: Ataque de um submarino do tipo Midget ao Tirpitz, em 22/09/1943;
6. O ataque dos *Rangers* norte-americanos a Cabanatuan, em 30/01/1945;
7. Operação *Kingpin*: O ataque do exército norte-americano a Son Tay, em 21/11/1970;
8. Operação Jonathan: O ataque israelense a Entebbe, em 04/07/1976.

Robert G. Spulak Jr., do Departamento de Estudos Estratégicos do Laboratório Nacional Sandia, em Albuquerque, Novo México, expande o estudo de William McRaven em uma publicação da Universidade de Operações Especiais Conjuntas do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos³⁹.

1.5 AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Voltando a Colin S. Gray, o analista infere que, apesar da proeminência política da guerra de guerrilha, e ainda que ela tenha estado na moda por algum tempo, provavelmente a impressão mais duradoura a ser deixada nas areias da história por este comportamento violento seja a criação de Forças de Operações Especiais permanentes e institucionalizadas (GRAY, 1999a: 273). Há muitos antecedentes históricos às Operações Especiais da Segunda Guerra Mundial, mas a organização e o treinamento sistemático de pequenos grupos de soldados de elite para inserção profunda na retaguarda do inimigo é essencialmente uma inovação recente da guerra (GRAY, 1996: 146). Em países como os Estados Unidos, um patronato civil forte – como os presidentes Franklin Roosevelt (para o Escritório de Serviços

³⁹ O trabalho de Spulak Jr. não será analisado aqui pois o portal na internet aonde está disponível já há algum tempo não está acessível.

Estratégicos – OSS) e John F. Kennedy (conforme apontado acima) e, mais recentemente, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, no contexto da “guerra ao terror” – geralmente foi necessário para que as Forças de Operações Especiais prosperassem (GRAY, 1996: 154-155). O estudioso David Thomas afirma ser paradoxal que o Exército dos EUA, país cuja fase colonial inventou a guerra irregular dos tempos modernos, tenha falhado em compreender o conceito de guerra de comandos na 2a. GM (THOMAS, 1983: 708). Já o acadêmico Eliot Cohen afirma que a proeminência de unidades de elite ocorre apenas durante uma crise político-militar (como, quem sabe, na “guerra ao terror”), pois é quando o povo busca por heróis e os políticos por panacéias (COHEN apud GRAY, 1996: 155). Gray, que elabora um conceito de utilidade estratégica para as Forças de Operações Especiais, assim as define (GRAY, 1996: 190):

Embora esta formulação esteja longe de englobar a totalidade do que elas fazem, as Forças de Operações Especiais têm como seu conceito estratégico a condução de operações heterodoxas de pequena escala e alto-risco, que estão fora dos limites da guerra regular. Dependendo criticamente da surpresa – para compensar suas limitações em número de indivíduos e poder de fogo – as Forças de Operações Especiais conduzem missões que as forças regulares ou não podem fazer ou não conseguem fazer a custos aceitáveis. Além da surpresa, o sucesso das Operações Especiais depende tipicamente de um apropriado treino não-convencional e de equipamento. Em tempos de paz, tais operações estão propensas a ser conduzidas visando objetivos, e passando por condições, de alta sensibilidade política.

1.5.1 PEQUENAS GUERRAS

Para se entender melhor as Forças de Operações Especiais, é útil saber o que são as pequenas guerras: trata-se de um termo cunhado por Charles E. Callwell em 1906 no livro *Small Wars: A Tactical Textbook for Imperial Soldiers*, e que significa “todas campanhas que não sejam aquelas onde os dois lados opostos consistem-se de tropas regulares”. Uma pequena guerra, definida dessa forma, não precisa ser necessariamente uma guerra conduzida em pequena escala. Callwell escreve sobre pequenas guerras – guerras conduzidas entre forças regulares e irregulares (tribos, partisans, pessoas inspiradas religiosamente, moradores locais, etc). Essencialmente, Callwell escrevia sobre guerra assimétrica, “não-civilizada” e, até mesmo, “selvagem”. Essa distinção era suficientemente clara para os contemporâneos do autor na Inglaterra, França, Espanha, Rússia, Alemanha e EUA. Havia a “guerra civilizada”, ou européia, entre Estados, sociedades e forças armadas similares, bem como havia a guerra “não-civilizada”, ou “selvagem”, conduzida para espalhar a civilização, avançar a religião cristã, fazer dinheiro ou aventura e por muitos outros motivos GRAY, 1999a: 273, 275).

De acordo com Callwell, a conduta das pequenas guerras é, de certa forma, uma arte em si mesma, diferenciando-se daquilo que é adaptado às condições da guerra regular. As pequenas guerras desafiam o teórico estratégico com uma atraente diversidade. Nas pequenas guerras, como explica Callwell, o grande problema militar-operacional para o lado dos regulares é encontrar alguma maneira de trazer para a batalha um inimigo difícil de se compreender. Forças Armadas que não levam as pequenas guerras a sério como uma forma de arte militar com suas próprias regras táticas, operacionais e políticas – embora não necessariamente estratégicas – são derrotadas. Alguns elementos entre as forças regulares podem operar como guerrilhas, embora não se eles funcionem em maneiras regulares – guerra irregular é um estado da mente, um recorte, assim como um conjunto de habilidades táticas – e eles podem operar em um modo anti-guerrilha. Pequenas guerras de vários tipos estão preocupando muitos profissionais militares atualmente porque tais conflitos aparentemente continuarão existindo nos próximos anos (GRAY, 1999a: 276-280).

Gray percebe que há um crescimento extraordinário das atividades irregulares por parte dos regulares. O que nunca esteve em tamanha manifestação do aparente paradoxo de tropas regulares organizadas, treinadas, equipadas e direcionadas a conduzir guerra de maneira não-convencional é o que se conhece como Operações Especiais. Apesar disso, conforme Gray, a literatura sobre as Operações Especiais é profundamente insatisfatória⁴⁰ (GRAY, 1999a: 286).

Apesar da sua estreita afinidade tática com a guerra de guerrilha, as Operações Especiais são um elemento permanente adicional ampliando a complexidade da guerra e estratégia modernas. A estratégia moderna não inventou a guerra especial, mas depois de 1939 ela inventou as Forças de Operações Especiais para engrenar a garantia de um efeito estratégico através de um estilo não-convencional. A invenção de Forças de Operações Especiais particulares na Segunda Guerra Mundial e depois da mesma é historicamente

⁴⁰ De acordo com Gray, proeminentes entre os melhores estudos estão M. R. D. FOOT. *Special Operations /1 e Special Operations /2*. In: Michael ELLIOTT-BATEMAN (ed.). *The Fourth Dimension of Warfare*. New York: Praeger Publishers, 1970, v. 1 (Intelligence, Subversion, Resistance), pp. 19-34 e 35-51. Frank R. BARNETT; B. Hugh TOVAR; Richard H. SCHULTZ (eds.). *Special Operations in US Strategy*. Washington, DC: National Defense University Press, 1984. Rod PASCHALL. *LIC 2010: Special Operations and Unconventional Warfare in the Next Century*. Washington, DC: Brassey's Inc, 1990. Lucien S. VANDENBROUCKE. *Perilous Options: Special Operations as an Instrument of U.S. Foreign Policy*. New York: Oxford University Press, 1993. William H. MCRAVEN. *Spec ops: case studies in special operations warfare theory & practice*. Novato, California: Presidio Press, 1996. John ARQUILLA (ed.). *From Troy to Entebbe: Special Operations in Ancient and Modern Times*. Lanham, Md.: University Press of America, 1996. Susan L. MARQUIS. *Unconventional Warfare: Rebuilding U.S. Special Operations Forces*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1997. Thomas K. ADAMS. *US Special Operations Forces in Action: The Challenge of Unconventional Warfare*. London: Frank Cass Publishers, 1998.

comparável à invenção de uma infantaria leve especializada no papel de escaramuçar no final do século XVIII. A guerra popular que apareceu tão ameaçadoramente nos anos 1950 e 1960 tem provavelmente menor significância do que a regularização da técnica de guerrilha nos manuais de guerreiros regulares não-convencionais. O domínio da estratégia moderna deve estar preparado para tomar mais nota das habilidades do guerreiro especial do que do ativista revolucionário (GRAY, 1999a: 289).

Embora a longa e algumas vezes distinta história em guerra irregular, os EUA no século XX foram um lugar difícil para o desenvolvimento de Forças de Operações Especiais. Por diferentes razões, nem os Estados Unidos ou a Alemanha na Segunda Guerra Mundial foram amigáveis culturalmente às Forças de Operações Especiais. Os britânicos e os soviéticos, por outro lado, tinham culturas que favoreceram a abordagem estratégica das Forças de Operações Especiais. Nos EUA, o modo de guerra americano não acomodou as unidades especiais como um instrumento estratégico importante. O exército norte-americano é herdeiro do orgulho da tradição jominiana de aplicar força esmagadora no ponto decisivo. Esta tradição, conforme interpretada e aplicada, dificultou o encontro de papéis úteis às Forças de Operações Especiais. Quanto mais intenso o nível de conflito, maior a resistência de uma visão estratégica das Forças de Operações Especiais. O modo de guerra americano mal se dedicou ao conflito de baixa-intensidade, o que ajuda a explicar a pobremente organizada resistência americana às Forças de Operações Especiais em tal nível de guerra (GRAY, 1999b: 3).

ANEXO I

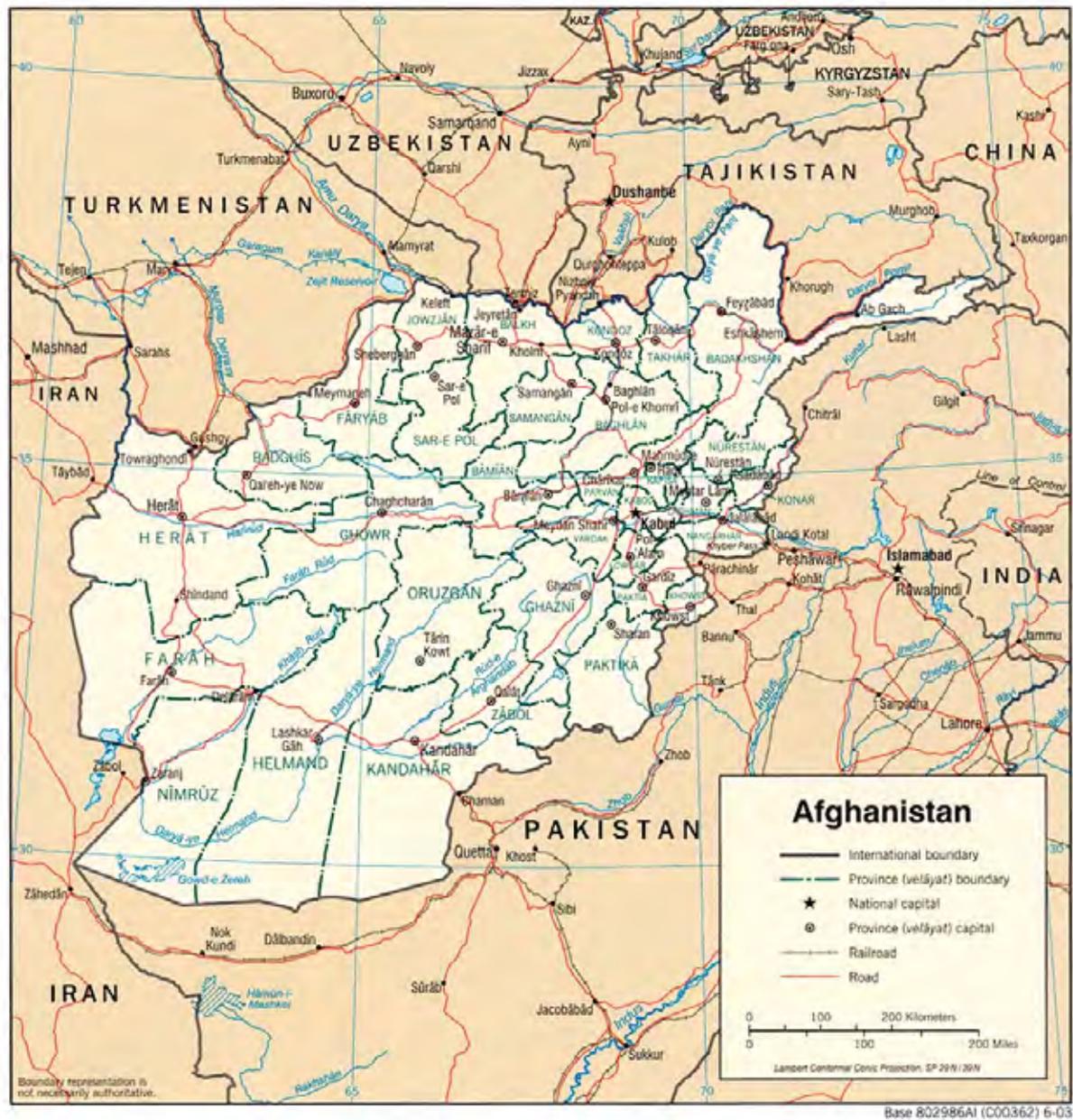
Nas duas fotos abaixo, soldados das Forças Especiais dos EUA montados em cavalos no Afeganistão durante o início da Operação Liberdade Duradoura em 2001.



Fonte: *The US Army in Afghanistan Operation Enduring Freedom*. Disponível em: <<http://www.history.army.mil/brochures/Afghanistan/Operation%20Enduring%20Freedom.htm>>. Acesso 12 jan. 2009.

ANEXO II

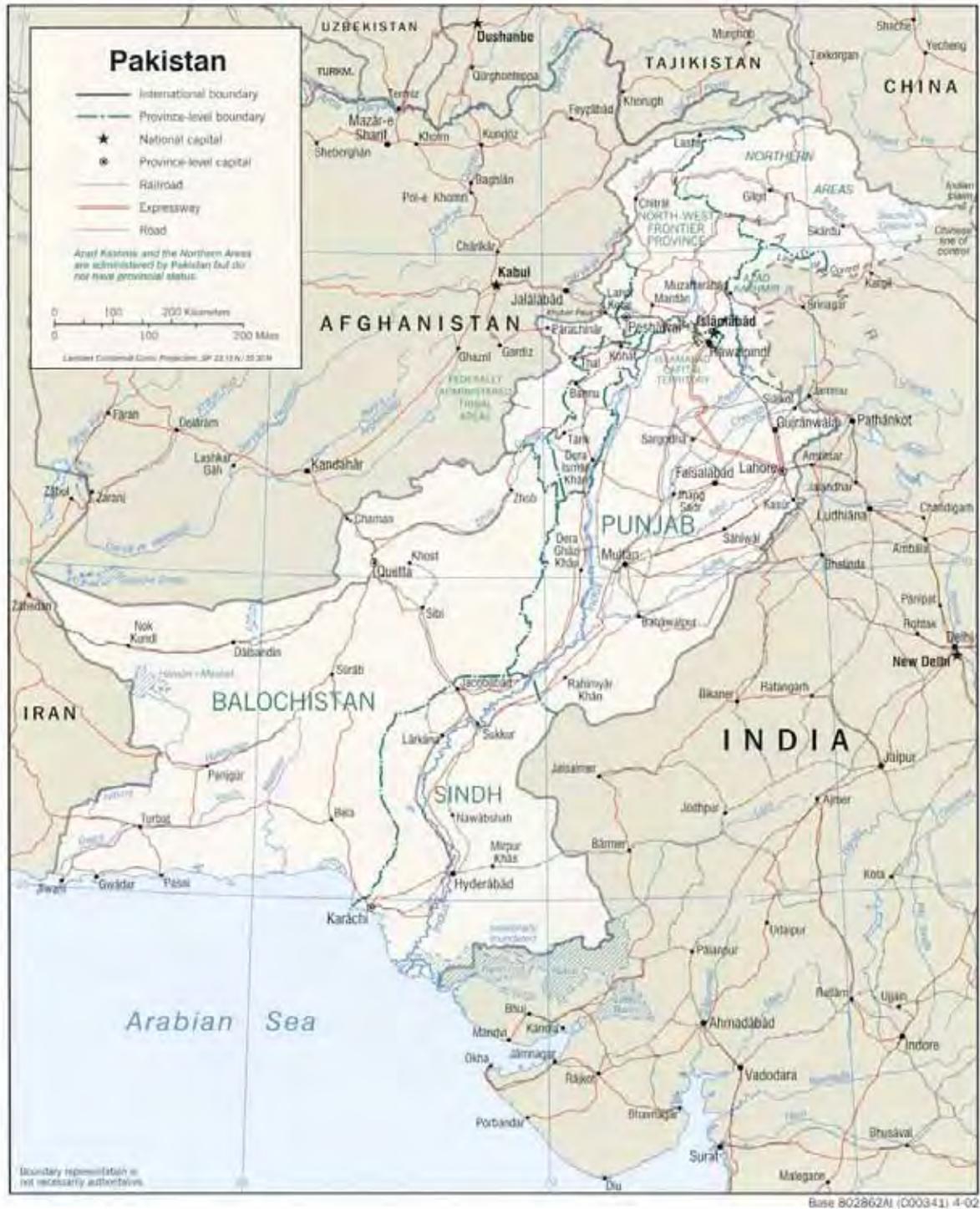
MAPA DO AFGANISTÃO



Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection, The University of Texas at Austin. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/afghanistan_pol_2003.jpg>. Acesso 12 jan. 2009.

ANEXO III

MAPA DO PAQUISTÃO



Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection, The University of Texas at Austin. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/pakistan_pol_2002.jpg>. Acesso 12 jan. 2009.

ANEXO IV

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL⁴¹

AFEGANISTÃO

JALALI, Ali A. The Future of Afghanistan. *Parameters*, Spring 2006, pp. 04-19. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/06spring/jalali.pdf>>. Acesso 29 jan. 2009.

JOHNSON, Thomas H.; MASON, M. Chris. Understanding the Taliban and Insurgency in Afghanistan. *Orbis*, Vol. 51, No. 1, Winter 2007, pp. 71-89. Disponível em: <<http://www.nps.edu/programs/ccs/docs/pubs/understanding%20the%20taliban%20and%20insurgency%20in%20afghanistan.pdf>>. Acesso 29 jan. 2009.

MOORE, Robin. *The Hunt for Bin Laden: Task Force Dagger*. New York: Random House, 2003.

ROTHSTEIN, Hy S. *Afghanistan & the Troubled Future of Unconventional Warfare*. Manas Publications, 2006.

SCHROEN, Gary C. *First In: An Insider's Account of How the CIA Spearheaded the War on Terror in Afghanistan*. New York: Presidio Press, 2007 [publicado originalmente em 2005].

TANNER, Stephen. *Afghanistan: A Military History from Alexander the Great to the Fall of the Taliban*. Cambridge: Da Capo Press, 2002.

WOODWARD, Bob. *Bush em Guerra*. São Paulo: Arx, 2003.

AL-QAEDA

COLL, Steve. *Os Bin Laden: Uma família árabe no século norte-americano*. São Paulo: Globo, 2008.

MORRIS, Michael F. Al Qaeda as Insurgency. *Joint Forces Quarterly*, Issue 39, 4th Quarter 2005. Disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/jfq_pubs/1039.pdf>. Acesso 29 jan. 2009.

NASIRI, Omar. *Por dentro do Jihad: Uma história de espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RIEDEL, Bruce. *The Search for Al-Qaeda: Its Leadership, Ideology, and Future*. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

WRIGHT, Lawrence. *O Vulto das Torres: A Al-Qaeda e o caminho até o 11/09*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

BEST JR., Richard A.; FEICKERT, Andrew. *Special Operations Forces (SOF) and CIA Paramilitary Operations: Issues for Congress*. CRS Report for Congress, The Library of

⁴¹ Trata-se de material coletado ao longo da pesquisa, mas que acabou não sendo utilizado na versão final desta dissertação. Todavia, foi compilado neste anexo quatro com o objetivo de auxiliar em eventuais pesquisas sobre algum dos temas abordados ao longo deste trabalho.

Congress, 2005. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/crs/RS22017.pdf>>. Acesso 29 abr. 2008.

BRUNER, Edward F.; BOLKCOM, Christopher; O'ROURKE, Ronald. *Special Operations Forces in Operation Enduring Freedom: Background and Issues for Congress*. CRS Report for Congress, The Library of Congress, 2001. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/6208.pdf>>. Acesso 29 abr. 2008.

CLINE, Lawrence E. Special Operations and the Intelligence System. *International Journal of Intelligence and Counterintelligence*, Vol. 18, No. 4, Winter 2005, pp. 575-592.

COLLINS, John M. *Green Berets, Seals & Spetsnaz: U.S. & Soviet Special Military Operations*. Virginia: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers, 1988.

DENÉCÉ, Éric. *Forces Spéciales, L'Avenir de la Guerre? De la guérilla aux opérations clandestines*. Paris: Éditions du Rocher, 2002.

FEICKERT, Andrew. *U.S. Special Operations Forces (SOF): Background and Issues for Congress*. CRS Report for Congress, The Library of Congress, 2004. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RS21048.pdf>>. Acesso 29 abr. 2008.

FINLAN, Alastair. Warfare by other means: special forces, terrorism and grand strategy. *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 14, No. 1, Mar. 2003, pp. 92-108.

FITZSIMMONS, Michael. The Importance of Being Special: Planning for the Future of US Special Operations Forces. *Defense and Security Analysis*, Vol. 19, No. 3, Set. 2003, pp. 203-218.

GRAY, Colin S. *Another Bloody Century: Future Warfare*. London: Phoenix, 2006.

HANEY, Eric L. *Força Delta: Por dentro da tropa antiterrorista americana*. São Paulo: Landscape, 2003.

HORN, Bernd; TAILLON, J. Paul de B.; LAST, David (eds.). *Force of Choice: Perspectives on Special Operations*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.

ISENBERG, David. Special Forces: Shock Troops for the New Order. *Middle East Report*, No. 177, Jul.-Aug. 1992, pp. 24-27.

JOGERST, John. What's So Special about Special Operations? Lessons from the War in Afghanistan. *Aerospace Power Journal*, Summer 2002. Disponível em: <<http://www.airpower.au.af.mil/airchronicles/apj/apj02/sum02/jogerst.html>>. Acesso 29 abr. 2008.

KAPLAN, Robert D. *Hog Pilots, Blue Water Grunts: The American Military in the Air, at Sea, and on the Ground*. New York: Random House, 2007.

KIBBE, Jennifer D. The Rise of the Shadow Warriors. *Foreign Affairs*, Vol. 83, Iss. 2, Mar/Apr 2004, pp. 102-115.

MCMANNERS, Hugh. *Ultimate Special Forces*. London: Dorling Kindersley, 2003.

PAUTREMAT, Pascal Le. *Forces spéciales: nouveaux conflits, nouveaux guerriers*. Paris: Éditions Autrement, 2003.

ROBINSON, Linda. *Masters of Chaos: The Secret History of Special Forces*. New York: PublicAffairs, 2005.

TUCKER, David; LAMB, Christopher J. *United States Special Operations Forces*. New York: Columbia University Press, 2007.